CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER?
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO NEOLIBERAL

Marcelli Braga dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER), do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Cristina Giorgi
Coorientador: Prof. Dr. Décio Rocha

Rio de Janeiro
Setembro de 2023

LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER?
UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO NEOLIBERAL.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Relações Étnico-raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestrado em Relações Étnico- raciais.

Marcelli Braga dos Santos

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professora Dra. Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ – Orientadora)

_____

Professor Dr. Décio Rocha (UERJ – Coorientador)

_____

Professor Dr. Dyego de Oliveira Arruda (CEFET/RJ – Examinador Interno)

_____

Professora Dra. Mônica de Souza Houri (UFRJ – Examinadora Externa)

_____

Professora Dra. Dayala de Medeiros Paiva Vargens (UFF – Examinadora Externa)

SUPLENTES

_____

Professor Dr. Alexandre de Carvalho de Castro (CEFET/RJ)

_____

Professora Dra Maria Dell Carmem Fátima González Daher (UFF- RJ)

Rio de Janeiro
Setembro de 2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S237 Santos, Marcelli Braga dos
Lugar de mulher é onde ela quiser? uma análise discursiva da mulher negra no mercado de trabalho neoliberal / Marcelli Braga dos Santos. — 2023.
117f. : il. (algumas color.) , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2023.
Bibliografia: f. 110-117
Orientadora: Maria Cristina Giorgi
Coorientador: Décio Rocha

1. Negras. 2. Mercado de trabalho. 3. Desigualdade Racial. 4. Neoliberalismo. I. Giorgi, Maria Cristina (Orient.). II. Rocha, Décio (Coorient.). III. Título.

CDD 305.48

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado força e coragem para chegar até aqui.

Aos meus pais Gilsa e Severino por terem acreditado no meu sonho, me incentivando e me apoiando nos momentos de dificuldade. Consegui mãe!

Agradeço as minhas irmãs Gabrielle e Danielle pelo afeto e incentivo que sempre demonstraram por mim. Somos irmãs de sangue e de alma.

À Manu e Helena pelos sorrisos e abraços nos momentos de tristeza. A tia ama muito vocês duas!

Quero agradecer aos meus companheiros de orientação Marllon e Glauce, em especial ao Maxwel, pela amizade e parceria construída no decorrer do mestrado, que espero, seja pra vida toda.

Às amigas Cecília, Janaína e Giselle pelas palavras de apoio e motivação. Aos amigos construídos no grupo AnaCarDis, em especial a Ariane (minha dupla), Roberta, Bibiana e Mônica.

Ao meu coorientador que colaborou para o meu amadurecimento crítico. Obrigada Décio! Aproveito para reiterar meus agradecimentos às professoras Beatriz e Mônica e o professor Dyego pela disponibilidade e por contribuírem para finalização deste trabalho.

Sou grata aos professores do PPRER. Mas quero, em especial, agradecer ao professor Fábio Sampaio pela leveza e compreensão nas aulas.

Impossível não lembrar das mulheres que trabalharam comigo na linha de produção, sob um regime de trabalho exaustivo e humilhante. Companheiras, meu desejo é que vocês também consigam percorrer novos caminhos!

Por fim, agradeço à minha orientadora e amiga Maria Cristina pelo incentivo, paciência, carinho, doçura e confiança depositada durante a construção desta pesquisa.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à minha orientadora Maria Cristina Giorgi. Sem ela essa jornada até a conclusão desta pesquisa não seria possível.
Obrigada por me tirar da zona de Desconforto!
Obrigada por acreditar em mim!

Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra.

Conceição Evaristo

RESUMO

Lugar de mulher é onde ela quiser?
Uma análise discursiva da mulher negra no mercado de trabalho neoliberal

A presente dissertação permite conhecer enunciados apresentados pela revista Exame e pelo Portal Geledés, entre os anos de 2021 e 2023, com o objetivo de refletir acerca do lugar das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro. Com isto, realizou-se o estudo a partir da articulação de dados quantitativos de pesquisa para identificar a relação entre o processo de produção discursiva desses dados e o apagamento das mulheres negras na sociedade. Esta dissertação tem como base a Análise do discurso (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021) nessa direção, apontamos como as questões de gênero e raça (BENTO, 2003; GONZALÉZ, 2020) estão sendo divulgadas pela mídia. Para análise do corpus, nos apoiamos na perspectiva dialógica da linguagem (BAKHTIN, 2000 ;2006) e nos conceitos de linguagem- intervenção (ROCHA, 2006;2014) e interdiscurso (PÊCHEUX, 2009). O conceito de neoliberalismo fundamenta a pesquisa enquanto racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2016) e como estrutura econômica para acumulação do capital (ANTUNES, 2018), assim como, raça e racismo foram pensadas como categorias discursivas (HALL, 2003; ALMEIDA, 2019). A hipótese inicial nesta pesquisa é de que ambos os sites em que os textos foram retirados podem apresentar narrativas que as diferenciam, assim como, abrigam e reforçam um discurso hegemônico e contra-hegemônico. Inicialmente os textos colhidos foram de mídias opostas, na tentativa de antecipar uma comparação com discursos neoliberais que estejam associados a uma sociedade marcadamente patriarcal e, do outro lado, encontrar textos que contribuem com a produção de sentidos para uma prática antirracista.

Palavras-chave: Mulher negra; Mercado de Trabalho; Desigualdade Racial, Neoliberalismo

ABSTRACT

Is a woman's place wherever she wants?
A discursive analysis of black women in the neoliberal job market.

This dissertation allows us to learn about statements presented by Exame magazine and Portal Geledés, between the years 2021 and 2023, with the aim of reflecting on the place of black women in the Brazilian job market. With this, the study was carried out based on the articulation of quantitative research data to identify the relationship between the process of discursive production of this data and the erasure of black women in society. This dissertation is based on Discourse Analysis (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021) in this direction, we point out how issues of gender and race (BENTO, 2003; GONZALÉZ, 2020) are being publicized by the media. To analyze the corpus, we relied on the dialogical perspective of language (BAKHTIN, 2000;2006) and the concepts of language- intervention (ROCHA, 2006;2014) and interdiscourse (PÊCHEUX, 2009). The concept of neoliberalism underlies research as rationality (DARDOT; LAVAL, 2016) and as an economic structure for capital accumulation (ANTUNES, 2018), just as race and racism were thought of as discursive categories (HALL, 2003; ALMEIDA, 2019. The initial hypothesis in this research is that both sites from which the texts were removed may present narratives that differentiate them, as well as harbor and reinforce a hegemonic and counter-hegemonic discourse. Initially, the texts collected were from opposing media, in an attempt to anticipate a comparison with neoliberal discourses that are associated with a markedly patriarchal society and, on the other hand, to find texts that contribute to the production of meaning for an anti-racist practice.

Keywords: Black woman; Job market; Racial Inequality, Neoliberalism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Revista Exame online. Publicado em 31 de outubro de 2020..... 87

Figura 2 – Revista Exame online. Publicado em 11 de abril de 2022..... 89

Figura 3 – Revista Exame online. Publicado em 11 de abril de 2022..... 92

Figura 4 – Revista Exame online. Publicado em 29 de novembro de 2022..... 94

Figura 5 – Portal Geledés. Publicado em 08 de março de 2023..... 97

Figura 6 – Portal Geledés. Publicado em 06 de março de 2021..... 100

Figura 7 – Portal Geledés. Publicado em 26 de julho de 2022..... 102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Figura, Texto e Mídia..... 86

SUMÁRIO

Introdução..... 12

Objetivo e Córpus 18

1 - Capitalismo Neoliberal: uma nova lógica de mercado, uma nova governamentalidade do Estado, uma nova conduta das pessoas 24

1.1- Reflexões sobre a mundialização do capitalismo, suas crises e o papel do estado..... 25

1.2 - Estado Produtor e Regulador: Políticas de gerência e controle de trabalho..... 33

1.3. ‘’A crise dos anos dourados’’ e a ‘’toyotização’’..... 40

1.4- A finitude do trabalho, empreendedorismo e meritocracia: a produção do sujeito neoliberal..... 43

2 – As relações entre trabalho, gênero, classe e raça: reflexões sobre a centralidade das mulheres no desenvolvimento e manutenção do capitalismo..... 56

2.1 – A exploração feminina pelo capitalismo: a perspectiva feminista na luta de classes... 56

2.2 – A desigualdade no mercado de trabalho: meritocracia e racismo..... 62

2.3 - O que foi o golpe de 2016? Uma discussão sobre as (contra)reformas do Estado e seus impactos na vida das mulheres negras. 68

3. O lugar da trabalhadora negra é mesmo onde ela quiser? 77

3.1- A análise do discurso: Conceito e Utilização 79

3.2 - A produção de sentido em torno da divulgação dos dados censitários sobre a situação da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro..... 84

Considerações Finais (Atuais) 106

Referências..... 110

Introdução

A história do meu projeto de pesquisa de mestrado surge, justamente, da minha descoberta como mulher preta, das reflexões sobre minha infância e adolescência, da minha trajetória na faculdade e principalmente do meu percurso no mercado de trabalho. Diante do medo de uma qualificação e das dúvidas sobre a minha capacidade, tento a partir de agora, seguindo a orientação de Maria Cristina, exercitar o conceito de escrevivência, cunhada por Conceição Evaristo, para sua literatura, como método de produção de conhecimento:

> Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende barrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo -voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertence também, (EVARISTO, 2020, p. 30)

Acho importante dizer que é sofrido ter presteza na necessidade de escrever e duvidar da própria capacidade. Para mim, usar a noção de escrevivência, ou seja, de escrever sobre as minhas vivências não é tarefa fácil. E essa é uma dificuldade que vem acompanhada pela vergonha de não saber falar e escrever bem o português. Apesar de achar que não tenho aptidão para escrever, sempre gostei muito de ler e estudar e acho que por esse motivo passei muito bem pela faculdade e cheguei até aqui. Durante a graduação, estudava muito para acompanhar todas as leituras, e mesmo no estado de desespero e ansiedade tirava ótimas notas nas avaliações. Foram os professores da graduação e colegas de curso que me incentivaram muito em perseguir o sonho do mestrado.

Assim, começo as minhas motivações iniciais para escrever sobre mim. Sou mulher preta, nascida e criada em Duque de Caxias- RJ, no bairro de Campos Elíseos localizado no 2º distrito, área de pouca estrutura e esquecida pelo poder público. Venho de uma família com poucos recursos financeiros, por isso meus pais trabalharam muito para que minhas irmãs e eu concluíssemos o ensino médio em escola particular. Meus pais não tiveram o direito de estudar, deixaram a escola no antigo primário para trabalhar e cresci vendo meu pai trabalhando na feira e minha mãe como caixa de mercado.

Em 2004 concluí o ensino médio técnico; naquele momento não tive o incentivo da família para prestar o vestibular, de modo que a conclusão do ensino técnico era vista como um futuro. Nessa época, foi por influência das amigas da escola e de minha irmã mais velha que tentei o vestibular. Não fui aprovada em nenhuma das duas instituições públicas para as quais prestei exame, mas consegui aprovação na rede particular. Cheguei a realizar matrícula, mas logo percebi que não teria como arcar com as mensalidades. Erroneamente

me convenci de que a faculdade não era para mim. Fui trabalhar, fiz alguns cursos e comecei a contribuir financeiramente nas despesas da casa, e a independência financeira me proporcionou ter coisas que eu sempre quis e meus pais não podiam comprar.

Trabalhei como funcionária terceirizada na secretaria de uma escola municipal aqui do meu bairro, onde aprendi muito, conheci professoras que despertaram novamente a minha vontade de entrar na faculdade. Quando o meu contrato com o município encerrou, fui trabalhar na produção de um laboratório, a partir daí tive a carteira assinada duas vezes nessa função. Foi lá no chão de fábrica, numa produção majoritariamente feminina, embalando remédios o mais rápido possível, com a esteira de produção ligada, trabalhando na velocidade das máquinas, que comecei a refletir sobre a precarização nos processos de trabalho e desigualdade de gênero. Embora a dinâmica do trabalho robotizado tenha me despertado um certo olhar crítico, o meu incômodo estava voltado para pagamentos atrasados e correção do preço das horas, pois ficava pensando que não queria passar o resto da vida naquela função que exigia grande esforço físico e muitas humilhações.

Em 2013, iniciei a graduação em Serviço Social na Unigranrio. Escolhi o curso sem saber muito o que esperar da profissão de assistente social, o meu foco, o meu desejo era somente o diploma de nível superior. Mas isso mudou. A cada semestre percebia que tinha feito a escolha certa para seguir. Continuei ao longo do curso na linha de produção, e além do cansaço de conciliar trabalho pesado com estudo, existia a incerteza de não conseguir pagar as mensalidades que aumentavam todo semestre. Como cursei o ensino médio em escola particular sem bolsa de estudo integral, não tive direito ao Prouni, o que me causou muita indignação, uma vez que tinha renda familiar compatível para entrar no programa. Já cursando a faculdade, me informei sobre o financiamento estudantil oferecido pelo Fies, aí veio o medo de depois de formada não conseguir emprego na área e não ter dinheiro para honrar as parcelas. Então segui pagando as mensalidades contando com a ajuda da minha família. Considerando essas experiências, dizia que as ações governamentais de incentivo à graduação não me contemplavam. Por outro lado, afirmei muitas vezes que a possibilidade de entrar na universidade pública era para quem estudou naquelas escolas públicas consideradas de excelência ou para alunos de escolas particulares mais caras, que sempre estão no ranking dos primeiros lugares nos vestibulares.

O meu trabalho de conclusão de curso abordou a reincidência e permanência de mulheres no ciclo da violência, e foi nesse momento, durante os desdobramentos da pesquisa, que senti a necessidade de falar especificamente sobre mulheres pretas. Em 2017, concluí a graduação sendo a única da minha família que chegou à universidade, e romper esse ciclo não foi fácil. Olhando especificamente para minha trajetória acadêmica, me permiti sonhar e correr atrás da aprovação no mestrado.

Depois de formada me foquei em editais de residência e mestrado no Serviço Social,

era desanimador pensar que todo o meu comprometimento e esforço com a graduação só me faziam chegar perto de conseguir uma vaga. Reconheço que não é somente a questão do ser capaz ou do esforçar-se muito, mas também das diferenças de caminhos percorridos para se chegar ao mestrado. Em 2018 tomei conhecimento do edital do Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET (PPRER), e o meu interesse foi imediato, porém, naquele momento devido a imprevistos familiares não consegui estar presente no dia da prova. Dois anos depois, novamente fiz inscrição para concorrer a uma vaga no PPRER, enviei o meu projeto e para minha surpresa passei para segunda etapa de seleção, pois nunca tinha chegado à fase de entrevistas. Fui aprovada num contexto de pandemia, cheio de incertezas no mundo, com um governo fascista comandando o Brasil, em um cenário de inflação e desemprego.

No início desse relato, disse que as ações governamentais não me contemplavam, no entanto tenho total consciência de que cheguei ao mestrado através da luta contra-hegemônica daquelas que não chegaram com destaque aos enfrentamentos do movimento negro como sujeito político. Por fim, quero dizer que sou discente de um programa de pós-graduação que é fruto da lei 10.639/2003, implementado no bojo das ações afirmativas.

Meu ponto de partida para pesquisar sobre o lugar das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro, bem como, a problematização sobre a racionalidade neoliberal focada na destruição do trabalho partiu, primeiramente, do grande volume de registro de dados sobre desigualdade de gênero no mercado de trabalho que não aborda a questão racial e os processos de subalternização das trabalhadoras pretas desde a colonização no Brasil. Ou seja, o debate sobre os impactos da desigualdade de gênero feito pela mídia, reflete a literatura brasileira que, desde sempre tem situado a mulher negra na desigualdade de gênero estabelecida nas relações sociais capitalistas, mas não aborda as suas lutas e demandas históricas, ignorando que a mulher negra teve seu protagonismo negado e, foi colocada no “lugar" inferior ao da mulher branca na luta por direitos sociais.

Gonzalez (2020) argumenta que

> (...) se constata na leitura dos textos e da prática feminista, são as referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial, sustentado por uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade. (ibid, 2020, p. 13)

A autora afirma que o esquecimento da questão racial está nas bases do feminismo e destaca raça e gênero enquanto ideologias de dominação. Com o mesmo ponto de vista, Sueli Carneiro (2003) pensa na dimensão racial do feminismo que fica escondida no mito da democracia racial. Ela compreende que o feminismo se estabeleceu nos meandros do capitalismo, e esse sistema de produção se desenvolveu pela exploração de gênero e raça, então, por esta razão o feminismo não se coloca contra o capital. Diante dessas afirmações,

reconheço aqui, o conceito de racismo e suas concepções: individual, institucional e estrutural

> O racismo é definido então pelo seu caráter sistêmico. Não se trata portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e privilégio que se distribuem em grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política econômica e nas relações cotidianas. (ALMEIDA, 2019, p. 27)

Essas concepções são aparentemente similares, mas ganham especificidades na dinâmica da discriminação racial fundamentada nas relações de poder operadas pela lógica capitalista. O entendimento institucional de racismo é apontado por Almeida (2019) como estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na ideia de raça que são produzidos e reproduzidos na superestrutura social. São as instituições que estabelecem, regulamentam e reafirmam normas e padrões que atendem aos interesses dos grupos dominantes e mantêm-os no poder.

Nocontexto sócio-histórico desta pesquisa, pretendo evidenciar a governamentalidade neoliberal (Foucault 2008) para assim enfatizar uma das principais particularidades das políticas neoliberais que é a flexibilidade da produção e do mercado de trabalho. Conforme o avanço do capitalismo, tecnologias cada vez mais sofisticadas foram empregadas no processo de produção, com base na reflexão de Dardot e Laval (2016), as formas contemporâneas de gestão do trabalho remetem ao contexto de dominação da mentalidade neoliberal. Sendo assim, a categoria trabalho assume, na contemporaneidade, papel específico na racionalidade neoliberal que orienta os sujeitos.

Segundo Antunes (1999; 2018) a desigual divisão sexual do trabalho, operada pelo capitalismo, estabelece o princípio da hierarquização, onde atividades de menor qualificação são destinadas às mulheres. O aumento do trabalho feminino vai ao encontro do novo regime de acumulação flexível do capital, iniciado na década de 1970, que promove a liquidação de direitos trabalhistas e privilegia contratos temporários. Antunes (1999) defende que a reestruturação produtiva ocorrida com crise do padrão de acumulação taylorista/fordista para o Toyotista, intensificou de maneira mais proeminente a precarização da “classe-que-vive-do- trabalho”. Esses novos processos de trabalho submetem os trabalhadores à contratação temporária, com jornada de trabalho intermitente, sem registro em carteira, desprovida de direitos trabalhistas. Ainda conforme as análises de Antunes (2018) estamos diante da nova era da precarização estrutural do trabalho.

Partindo da leitura dos autores citados acima, apresento a seguinte reflexão: frente às exigências dos ajustes neoliberais as mulheres negras dentro do espaço profissional já somam as barreiras criadas historicamente pelo racismo e a desigualdade de gênero, isso significa que o mercado de trabalho é onde as mulheres pretas e pardas mais sentem os

efeitos relacionados às questões de gênero e raça.

É notório que as questões de gênero ocupam um lugar central para entender o modo como se estabelecem as relações entre homens e mulheres na sociedade capitalista, porém, nas últimas décadas, a lutas das mulheres pretas contra a dominação, opressão e exploração está trazendo para o centro do debate a questão da raça. Sueli Carneiro assevera que

> As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. (CARNEIRO 2013, p. 118)

Mas como a sociedade percebe as mulheres pretas, considerando o lugar ocupado por elas no mercado de trabalho? Como a sociedade percebe a presença das mulheres pretas na estruturação do mercado de trabalho brasileiro? Fazendo uma rápida busca pelo Google ou visitando páginas de rede social direcionadas à organização política de mulheres negras contra o racismo, aparecem os mesmos dados que inserem mulheres pretas em cargos de menor escolaridade, em funções domésticas e informais. Para além das estatísticas, a veiculação e articulação desses indicadores sociais sobre a situação da mulher preta no mercado de trabalho revelam uma permanência subalterna historicamente predeterminada no imaginário social, na sociedade; o lugar das mulheres negras é sempre em cargos tidos como de menor prestígio social, depois das mulheres brancas.

Já que o título e desenvolvimento dessa pesquisa será largamente utilizado o termo negra, acho importante destacar a perspectiva do censo demográfico brasileiro sobre as classificações de raça e etnia. De acordo com a classificação racial oficial do Brasil, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a regra para declarar a cor ou raça parte de como a pessoa se vê, ou seja, é ela quem vai dizer entre as opções branca, preta, parda, indígena ou amarela qual é a sua própria cor. Ou seja, o IBGE trabalha com o quesito cores étnicas, com métodos de autoidentificação e heteroidentificação para delimitar a população brasileira através de cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. Logo, percebemos que o IBGE trabalha com o viés de condições biológicas com a qual nascemos, onde os pretos são as pessoas consideradas com descendência de origem africana, os brancos de origem européia enquanto as pessoas pardas apresentam uma mistura entre duas ou mais etnias.

Para não deixar dúvidas que não existe a cor negra, no artigo IV do estatuto da igualdade racial a população negra é definida como o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, adotados IBGE. Isto é, de acordo com a legislação específica 12.288/10 a população negra é formada por pessoas pretas e pardas, sendo. o conceito de

negro enquanto raça o somatório dessas pessoas. Portanto, é correto aqui no Brasil usar as expressões preto ou preta como identificação pessoal, o que caracteriza crime de racismo é quando esses termos vêm acompanhados de palavras ofensivas ou contra a vontade do interlocutor.

Como já mencionado, raça não é uma categoria biológica e o conceito de negro enquanto raça é um posicionamento político. Nessas perspectivas, as intelectuais negras Nilma Lino Gomes e Conceição Evaristo destacam que nos processos identitários e de construção da identidade negra, o movimento negro brasileiro como sujeito político, foi o responsável por ressignificar e politizar a ideia de raça e deram uma semântica positiva ao termo negro. Nilma Lino Gomes (2011 e 2017) afirma que o movimento negro a partir de 1970 se difere dos demais movimentos sociais pelas ações de combate ao racismo e por trazer novo sentido a terminologia negro, eliminando o caráter negativo. Dentro do contexto social de redemocratização do pais iniciado nos anos 80, já existia um novo perfil de intelectual negro com uma consciência positiva e valorosa sobre a negritude. A visão política de reconhecer as conquistas e o valor da negritude, não somente para cor da pele, elevou o termo negro a classificação de identidade de um povo.

Para Hall (2003) e Munanga (2012), os debates sobre a formação identitária dos africanos e de seus descendentes se materializaram na definição de raça como categoria discursiva, articulada a sustentação do sistema econômico, ou seja, ultrapassando o conceito científico da biologia sobre diferentes tipos de raça. No diálogo com outros intelectuais sobre a função cultural da ciência na propagação do racismo, do ponto de vista teórico, Munanga (2012) assinala que não existe uma definição para conceituar a identidade negra. É que, para Munanga, “ a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento da população brasileira excluída de sua participação política e econômica”. Assim, percebemos a descrição da perspectiva histórica enquanto fator mais importante na construção da identidade negra brasileira, entendendo, que a unificação da nossa identidade está no racismo sofrido por, nos, negros e negras.

No mesmo campo analítico, Hall (2003) centraliza a cultura e a linguagem sobre a construção do conceito de raça. O autor apresenta a definição de raça como um significante ou uma categoria discursiva. Portanto, na direção apontada por Hall, quando falamos em raça não podemos perder de vista a existência deste ‘’significante’’ como um sistema classificatório dos grupos humanos e, que está articulado a sustentação do sistema econômico e é responsável pela produção de realidades e percepção de sentidos. Em comparação com os discursos propagados sobre a formação das raças o termo etnia opera como dispositivo para a discriminação cultural de povos não europeus.

Diferente dos países europeus que o conceito de raça significa abordar toda a ancestralidade do indivíduo, no Brasil a raça é um conceito social que diz respeito à

aparência física do indivíduo, mas também está ligado a posição que ele ocupa dentro das relações sociais, sendo reconhecido como parte de uma determinada população ou não, e tendo ou não, acesso a determinadas realidades de privilégios condicionadas pela aparência física (SCHUCMAN, 2012).

No meu registro de nascimento a cor declarada é parda, termo este atestado pelas lideranças negras como pejorativo, construído em torno da ideia de miscigenação, nas teorias de branqueamento e democracia racial propagadas em meados do XIX (SCHWARCZ, 1993). Particularmente, em uma conversa pessoal prefiro ser identificada como mulher preta. Mas, a leitura em Césaire (2011), foi fundamental para destacar o protagonismo negro no combate aos efeitos nefastos da colonização como gerador de uma mudança social, assim, a mudança do termo mulher preta para mulher negra nesta pesquisa seguiu como um compromisso ético-político de afirmação com a minha própria negritude.

Ainda sim, observando criticamente a discussão de nomenclatura para pessoas negras, pretas ou pardas surge especificamente para este grupo, porque existe uma necessidade de informar a cor delas, isto é, a questão da racialização só se impõe para os não brancos. Dificilmente se questiona a diferença do loiro de olhos azuis para os arianos ‘’puros’’.

Objetivo e Córpus

A partir desses questionamentos, a presente proposta de trabalho propõe como objetivo geral:

- Refletir acerca do lugar das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro a partir da articulação dos gêneros textuais artigo de opinião e reportagem que exploram em seu discurso midiático o uso de dados quantitativos e identificar a relação entre o processo de produção discursiva desses dados e o apagamento das mulheres negras na sociedade.

Como desdobramentos de nossos objetivos gerais apontamos como objetivos específicos:

- Produzir uma análise cartográfica do modo como essas questões são apresentadas pela mídia.
- Analisar o contexto de produção de dados de pesquisa que circulam na internet.

A partir do exposto, no intuito de melhor níveis de ocupação das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro, selecionei três textos jornalísticos e três artigos que recorreram aos dados quantitativos oriundos de indicadores sociais e, que tenham realizado

o recorte por raça, gênero e trabalho.

Cabe aqui acrescentar que a abrangência da proposta do córpus inicialmente se colocou como dificuldade para a realização do recorte. No momento anterior à qualificação não estava sendo possível fazer um recorte de análise menor que uma década para responder às questões acerca das mulheres negras no mercado de trabalho neoliberal. Outra dificuldade estava sendo em tentar fazer um comparativo dentro do córpus, uma vez que, as reformas do estado de ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários não vieram pelo governo de Michel Temer ou de Jair Bolsonaro.

Posterior a qualificação, pensando nas possibilidades de recorte para o avanço da pesquisa delimitou-se o escopo desta investigação: Assim, o presente trabalho realizará considerações acerca dos impactos das contrarreformas do estado neoliberal sobre a vida das trabalhadoras negras, tendo como destaque para o recorte temporal o Golpe de 2016 que destituiu Dilma Rousseff da presidência do país.

Com o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff o ilegítimo governo de Michel Temer apresentou uma cartilha neoliberal de ofensiva às políticas sociais, tendo como principal foco a aprovação da Reforma Trabalhista no ano de 2017. As mudanças desta reforma impactaram as relações de trabalho que atingiram frontalmente a classe trabalhadora no que se refere a uma desproteção social. De modo geral, a Reforma Trabalhista permitiu aos empregadores contratarem trabalhadores em regimes intermitentes, parciais, remotos ou terceirizado. Em meio à eleição de Jair Bolsonaro e os discursos de crise econômica dos últimos anos o governo apresentou medidas para combater o déficit previdenciário, dentre as estratégias apresentadas no ano de 2019, está a aprovação da Reforma da Previdência. Uma das principais mudanças que a reforma trouxe para as trabalhadoras foi o aumento da idade mínima para aposentadoria das mulheres.

Desde 2016 a lógica neoliberal se enuncia principalmente nos espaços de poder, vimos o alinhamento dos últimos governos com essa lógica. Trata-se de mudanças nas legislações que fazem parte de um processo compreendido como contrarreforma do estado, isso porque a maior parte dos efeitos ligados ao sistema previdenciário descaracteriza o sistema de proteção social estabelecido na constituinte de 1988.

Esta dissertação, como mencionado, articula dados quantitativos objetivando compreender a produção de sentidos em torno desses dados, considerando os seus desdobramentos e veiculação desses em campos opostos de mídia. Sendo assim, o córpus desta pesquisa se compõe a partir da articulação e reflexão de dados censitários, que em diferentes âmbitos, no campo afro-referênciado e mídia tradicional, através dos registros numéricos e das tabelas divulgadas em textos e matérias, apontam para as relações da mulher negra no mercado de trabalho neoliberal.

Com esse objetivo, a opção é apresentar a abordagem qualitativa por outras bases

diferentes das perspectivas formuladas sobre os aspectos qualitativos e quantitativos. Nesse sentido, Minayo e Sanches (1993, p. 242) afirmam que “é função da estatística estabelecer a relação entre o modelo teórico proposto e os dados observados no mundo real, produzindo instrumentos para testar a adequação do modelo”. Nessa mesma direção, Cano (2012) ressalta que ‘’ambas as abordagens podem ser consideradas complementares muito mais que antagônicas’’ (CANO 2012, p. 110). Em outro momento Minayo (2010), considera que a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e, se adéqua a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares específicos a indivíduos e grupos. Porém, o uso do aspecto quantitativo presente nesta pesquisa não deseja se alinhar em abordagens que direcionam o quantitativo para uma possível interpretação da linguagem matemática presente nos dados. Dessa forma, me alinho com a concepção da pesquisa cartográfica que desloca a discussão do quantitativo e qualitativo e ultrapassa

> [..] a perspectiva ditocômica de ‘’quali-quanti’’, tendo em vista o caráter incontornável assumido pela atenção ao plano de produção de subjetividade e objetividade, que os marca por sua provisoriedade e impermanência e os anima incessantemente. Entendemos, portanto, que uma problematização do quatitativo e do qualitativo pode nos auxiliar a ampliar nossos modos de fazer pesquisa. Com isso, afirmamos que a pesquisa cartográfica, inclusive na montagem de seus instrumentos, possui o compromisso com acesso à experiência, e não com a descrição, o mapeamento e a mensuração de um vivido separado do seu plano de produção. (PASSOS; KASTRUP, 2014, p.156)

Sendo assim, não tenho a intenção de coletar dados estatísticos e descrevê-los indo além da porcentagem que está sendo analisada, ou escolher uma abordagem que me permita compreender o fenômeno para além do objetivo concreto.

Primeiramente, a escolha das mídias para análise foi feita através de pesquisa no Google com as buscas: ‘’a situação da mulher negra no mercado de trabalho’’ e a situação da mulher negra depois das reformas trabalhista e da previdência’’. Após uma análise prévia, selecionei publicações de matérias jornalísticas na revista exame online e artigos publicados com exclusividade pelo portal Gedelés - Instituto da Mulher Negra, especificamente entre os anos 2017 até 2023, produzidos e veiculados para internet e, que tenham utilizado dados quantitativos em seus textos. A princípio, optei por trabalhar somente com a veiculação de dados do IBGE e IPEA, porém as matérias e artigos que tratam sobre mulher negra e mercado de trabalho procuram utilizar fontes de dados variados. Diante disso, selecionei os textos que apresentam dados de pesquisa do (IBGE, IPEA, Associação Pacto da Equidade Racial, Box 1824, Indique uma Preta, Potências (in)visíveis, Gestão Kairós e Fundação Getúlio Vargas).

Serão analisadas três matérias que foram publicadas na revista Exame online

versão grátis de economia, entre os anos de 2020 e 2022. E na tentativa de fazer oposição às estratégias discursivas da revista, analisarei três artigos publicados no portal do Instituto Geledés da Mulher Negra, entre os anos de 2021 e 2023. Logo, a análise se concentra no período pós-golpe de 2016 para que se possa mensurar não só os efeitos políticos e econômicos do golpe, mas a percepção social desses rebatimentos e assim, indicar os efeitos que as reformas trabalhista e da previdência podem significar para as mulheres negras considerando as suas condições históricas de inserção e ocupação no mercado de trabalho.

Primeiramente, as escolhas das mídias diversificadas se deu ao fato de apresentarem distintas propostas, com públicos diferenciados para apresentação dos mesmos dados censitários. Além da possibilidade de analisar de maneira ampla a presença da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro, a reflexão de duas mídias que trabalham para campos opostos, tem por objetivo pensar nos processos discursivos que envolvam a relação do emissor e as representações do receptor em relação à mulher negra no mercado de trabalho. Sobre a revista Exame, na edição de agosto de 2022 em comemoração aos cinquenta e cinco anos de história, a mesma refere que foi fundada em 1967, com o slogan: ‘’ **ajudar o empresário a tomar decisões**’’. Com o intuito de ajudar o empreendedor brasileiro e ser o maior veículo de economia e negócio do país. Ao longo de 56 anos, a revista se orgulha de ter publicado matérias com conteúdo de forte apelo à tecnologia e à inovação e suporte aos grandes e pequenos empresários. Tanto em seu modelo impresso quanto o da web oferecem serviços de assinatura voltado para um público interessado em negócios, política e economia. Até essa fase da pesquisa a citada revista representa o leitor-consumidor dos discursos neoliberal sobre cidadão-patrão-de-si. Na tentativa de relacionar e comparar textos dentro do mesmo tipo que usa recurso censitário, mas com outros enunciados farei uso, como já mencionado, dos artigos publicados com exclusividade pelo portal Geledés.

O portal Geledés é um espaço público relacionado a todos os acontecimentos, ações e informações feitas no instituto. Sendo assim, a Geledés - Instituto da mulher negra, foi fundada em 30 de abril de 1988, na capital paulista pelas intelectuais Solimar Carneiro, Edna Roland, Sueli Carneiro, Nilza Iraci, Ana Lucia Xavier Teixeira e Maria Lucia da Silva. As integrantes fundaram a ONG com o intuito de estimular uma estratégia para dar visibilidade ao problema racial do Brasil, assim, elas apresentam a Geledés como uma ‘’**organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.**’’ Sendo uma das maiores ONG’S de feminismos negro do Brasil, com a tuação voltada para ação política e social contra o

racismo e sexismo e demais formas de discriminação. Os projetos desenvolvidos pela Geledés se tornaram referência para pesquisa no âmbito racial e de gênero. Dito isto, os artigos exclusivos publicados pelo portal Geledés que serão por mim analisados trazem a princípio em seu conteúdo assuntos que interessam principalmente as mulheres negras, mas não que seja exclusivo para elas. Ou seja, a Geledés para esta pesquisa representa a voz de defesa dos direitos humanos em oposição aos discursos igualdade, livre concorrência e liberdade econômica.

É importante identificar qual a abordagem conceitual que direciona o que é nível de ocupação nesta pesquisa. Tomo por base a definição do IBGE, que define nível de ocupação a partir do percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar, com 16 anos ou mais de idade. Ainda de acordo com o IBGE que classifica como ocupadas as pessoas que na semana da referência censitária, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana da referência. Enquanto que a população desocupada são classificadas como as que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência. Também são classificadas como desocupadas as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que, no entanto, não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, apresento brevemente o desenvolvimento do capitalismo para assim refletir sobre o que é o neoliberalismo e suas metamorfoses para além do mundo do trabalho. Desenvolvo as minhas argumentações sob a influência de autores marxistas e foucaultianos, o que, para mim, têm sido um desafio. Recorro a teóricos que se debruçam em analisar o capitalismo e o pensamento neoliberal como Marx (1993; 2007), Foucault (2005; 2008) Netto e Bráz (2008), Harvey (1989, 1993; 2008), Antunes (1999; 2018), Montaño (2011), Behring (2011), Dardot e Laval (2016; 2021), Brown (2019), Santos (2008), Chagas (2013), Mészáros (2009; 2011), Boschetti (2009), Pinto (2010), Lukács (2013) e Neto (1993; 2004).

No segundo capítulo, tratarei da discussão acerca do patriarcado para apontar o trabalho não remunerado exercido pelas mulheres como reprodutoras de trabalhadores na sociedade de classes com base em Silvia Federici (2017, 2021). e Saffioti (2004; 2013)

Também quero refletir sobre o papel da família com Teixeira (2015) e o estabelecimento do feminismo ocidental nos meandros do capitalismo a partir de intelectuais não brancas, e apontar o feminismo afro-latino-americano como o maior instrumento epistemológico de luta contra o sistema de subordinação que estrutura a exploração de classe e a dominação racial. Nessas reflexões tenho como influência decolonial Lélia Gonzalez (2011; 2020), Suelli Carneiro (2003), Grada Kilomba (2019), bell hooks (2006), Akotirene (2019), Djamila Ribeiro (2018) Sobre desigualdade racial nas empresas e reprodução de privilégios da branquitude usar as reflexões de Eurico (2013), Bento (2002; 2007; 2014). Schucman (2012) e Almeida (2019). O golpe de 2016 será abordado com base em Alves (2016) e Souza (2016).

No terceiro capítulo, além de apresentar a trajetória das mulheres pretas no Brasil considerando as suas funções no imaginário social, busco refletir sobre a situação da mulher negra no mercado de trabalho e o apagamento dessa questão, além de desenvolver reflexão sobre a situação da trabalhadora negra no contexto brasileiro a partir da compreensão de dados quantitativos, junto com a produção e veiculação desses dados com a perspectiva discursiva. Isto é, cartografar discursos que circulam sobre os impactos da reforma trabalhista e a nova previdência para as trabalhadoras pretas. Para tal, no embasamento sobre linguagem me pauto na visão dialógica de linguagem de Bakhtin (2000; 2006) e Bezerra (2016), na análise de discurso de Rocha e Deusdará (2006; 2021), Pêcheux (1995) e Rocha (2006; 2014).

1. Capitalismo Neoliberal: uma nova lógica de mercado, uma nova governamentalidade do Estado, uma nova conduta das pessoas

O que é o neoliberalismo?

Para responder esta pergunta, este primeiro capítulo possui como fontes de inspiração teórico-metodológicas as discussões referentes aos fundamentos marxistas sobre a disseminação do neoliberalismo como filosofia econômica para o livre mercado, bem como, a expansão da mentalidade neoliberal baseada em termos foucaultianos.

Como Brown (2019) afirma que as abordagens neomarxistas e foucaultianas do neoliberalismo não devem ser tratadas como opostas. Isso significa, primeiramente, que, para a autora, a compreensão materialista de uma política econômica comandada pelo capital ou por uma compreensão ideacional do poder e da mudança histórica dos sujeitos, constituem de fontes de pensamento diverso. Todavia Brown emprega as análises foucaultiana e marxistas justamente pelas diferentes dimensões que elas apresentam do neoliberalismo. A autora reconhece que tanto as análises marxistas quanto as foucaultianas trazem explicações para sem entender as raízes do neoliberalismo e as transformações que ocorreram para a atual conjuntura. Em segundo lugar, Brown aponta limitações entre as abordagens – os marxistas priorizam os efeitos na economia e não consideram o neoliberalismo como um modo de governar e produzir sujeitos, por sua vez, as formulações foucaultianas se dedicam em pensar o neoliberalismo como uma racionalidade que molda a política, os sujeitos e a sociedade, mas negligenciam a crítica aos resultados do capital – no entanto, a autora refere que a sua pretensão não é mesclar tais abordagens, a intenção está na possibilidade de ‘’expansão de ambas para saldar sua negligência mútua do aspecto moral do projeto neoliberal [...] repensar os elementos e efeitos da racionalidade neoliberal e ampliar a nossa compreensão dessa racionalidade’’(BROWN, 2019, p. 32). Assim, sobre a influência das abordagens foucaultianas e neomarxistas, como perspectivas complementares, Brown percorre a relação entre neoliberalismo e democracia.

Sendo assim, através da compreensão de Wendy Brown (2019) que me proponho a equacionar a visão marxista no advento do neoliberalismo - como resposta a restauração do capital, articulada a reestruturação produtiva e a financeirização - e a influência de autores foucaultianos que pensam o neoliberalismo como processo de subjetividade, uma nova racionalidade.

1.1. Reflexões sobre a mundialização do capitalismo, suas crises e o papel do estado

Com relação ao neoliberalismo, minha base teórica se resumia ao regime de acumulação flexível com argumentos do referencial de análise marxista. Sob as abordagens de Montaño (2011) e Harvey (2008) e especialmente de Ricardo Antunes (2018) o regime de acumulação flexível é decorrente da estratégia traçada pelo grande capital para restabelecer a sua taxa de lucro, que, como resultado, gerou mudanças na divisão social e técnica no mundo do trabalho, ocasionando a queda do modelo Fordista e implementação do modelo Toyotista. O esgotamento do padrão Fordista[1] de acumulação no início dos anos de 1970 desencadeou a reestruturação na produção, trazendo um novo planejamento para os processos de trabalho, padrões de consumo e mudanças na implementação das políticas sociais.

E esse novo projeto de acumulação colocou o modo de produção capitalista sobre a hegemonia de sua forma financeira, e seguiu em três caminhos centrais: privatização; monopolização do mercado; flexibilização dos direitos trabalhistas. A lógica de precarização e o desmonte de direitos se organiza em três frentes: ofensiva contra o trabalho e as lutas sindicais de esquerda; reestruturação produtiva e (Contra) reforma do estado. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). A reorganização do capital passa pelo livre mercado, voltado para competitividade entre as empresas e essa emergência do mercado produz indivíduos cada vez mais consumistas de mercadorias variadas e heterogêneas. Com essa inspiração teórica, no Brasil, o neoliberalismo emergiu da implementação de políticas do governo federal, na década de 1990. A expansão e estrutura do neoliberalismo era por mim compreendida como uma tendência de flexibilização nas relações de trabalho que invadia as políticas sociais e a vida das pessoas.

Considerando o conteúdo das orientações, grupo de estudo, novas leituras e das aulas expositivas no mestrado, minha compreensão acerca do referencial teórico neoliberal se expandiu. Assim, de início, diferentes abordagens e concepções sobre o capitalismo neoliberal me foram sendo apresentadas. Foi com Dardot e Laval (2016) que tive uma primeira interpretação do capitalismo neoliberal não ser somente um sistema econômico ou uma ideologia de acumulação, mas uma racionalidade. Os autores argumentam que a mentalidade é o ponto central do sistema neoliberal.

> Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, entendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. (DARDOT; LAVAL, 2016; p. 7).

[1] A técnica de organização da linha de produção fordista e políticas keynesianas, a partir de meados da década de 1960 passou a comprometer a acumulação de capital nos países de capitalismo avançado.(ANTUNES, 1999)

Do ponto de vista teórico, Dardot e Laval (2016) descrevem o conceito de sociedade neoliberal como algo distinto do que foi produzido nos últimos anos. Assim, para os autores a nova racionalidade capitalista se impõe na ação dos governantes e dos governados. Nessas reflexões, têm-se como premissa pensar o neoliberalismo com o conceito de racionalidade política elaborado por Michel Foucault em cursos ministrados no College de France, no final dos anos 1970. É nesse processo que Foucault desenvolve a governamentalidade, termo que não corresponde a uma definição de governo, ao contrário, a nova razão do capital é um sistema de ação que orienta a conduta dos homens em um quadro normativo que conduz e organiza os governos. Sustentando-se em Foucault, Dardot e Laval (2016) pensam o neoliberalismo pela via política como uma atividade engendrada na maneira de governar. Para eles, não caberiam compreensões de estado mínimo e alargamento do mercado, sem excluir ou deixar de reconhecer as políticas de reajustes neoliberal (por exemplo, no Chile), e avançam na crítica sobre o erro de diagnóstico em várias outras análises do neoliberalismo. Assim, os erros de diagnósticos consistem em que o neoliberalismo seria um projeto de economia de mercado que incorpora e enquadra todas as esferas da vida.

Conforme a afirmação de Brown (2019), o termo neoliberalismo não tem uma definição estabelecida, ou seja, existem diferentes abordagens que discutem como o neoliberalismo se constitui e vem operando. Considerando as diversas abordagens, a autora caracteriza a origem do termo ao Colóquio Walter Lippmann, em 1938 (tratarei mais adiante sobre essa reunião, seus participantes e desdobramentos até a fundação da Sociedade de Mont Pelerin) o que importa salientar é que nesse contexto o termo neoliberalismo surgiu associado a um conjunto de políticas de combate ao intervencionismo estatal, privatização dos serviços públicos, ataque ao trabalho, defesa do mercado desregulado a partir da diminuição dos gastos estatais e aumento dos juros.

Segundo a autora, essas medidas foram adotadas primeiramente na América do Sul pelo então presidente do Chile, Augusto Pinochet, e seus assessores, os Chicagos Boys, em 1973. Posterior à experiência no Chile, entre meados das décadas de 1970 e 1980, outros países da América do Sul, Europa e América do Norte também adotaram diversas políticas de reajustes como no governo da primeira-ministra inglesa, Margaret Thatcher e de Ronald Reagan. Na Europa Ocidental, a queda do muro de Berlim e o colapso do Bloco soviético, em 1989, favoreceram o projeto neoliberal. Portanto, para Brown, essa análise do neoliberalismo apresenta expressões de uma abordagem neomarxista que ‘’concebe o neoliberalismo como um ataque ao estado de bem-estar keynesiano, as sociais-democracias e ao socialismo [...] um projeto global de soberania econômica’’ (BROWN, 2019, p. 29). Numa outra perspectiva, a autora refere-se à produção conceitual de Michel Foucault, em

que o filósofo caracteriza o neoliberalismo como ‘’reprogramação do liberalismo uma nova racionalidade, cujo alcance vai muito além da política econômica e do fortalecimento do capital’’ (BROWN, 2019, p. 30).

A tradição marxiana (de responsabilidade da própria obra de Karl Marx) e a tradição marxista já reconheciam que o capitalismo organiza e domina a produção material e mental no mundo. Em a Ideologia Alemã (2007), Marx e Engels afirmam que na base da ideologia, enquanto sinônimo de consciência humana invertida, estão as condições materiais existentes em uma dada época histórica. A ideologia

> [...] a conexão da estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio (MARX e ENGELS, 2007; p. 93)

E continuam

> A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida, do mesmo modo porque a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico [...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo que corresponde a vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (MARX e ENGELS, 2007; p. 94)

Os escritos que compõem a Ideologia Alemã de Marx analisam a construção ideológica de pensadores alemães posteriores a Hegel: Ludwig Feuerbach, Bruno Bauer e Max Stirner. Esses pensadores se baseavam no idealismo filosófico hegeliano, e, para eles, as ideias geram as condições materiais de vida, ou seja, os pensadores do idealismo alemão do século XIX concebiam a ideia como sendo algo anterior e superior daquilo que encontramos na vida material. Na dialética de Hegel, o homem, existe como um ser histórico, dotado de racionalidade e de verdades imutáveis, mas em seu conceito dialético a consciência humana – a responsável pelas transformações materiais –, as mudanças sociais são objetivações da essência humana, perspectiva contrária ao materialismo dialético marxiano em que a existência determina a consciência.

Em síntese, o conceito de ideologia em Marx e Engels é feito a partir da crítica à natureza do Estado e à sociedade civil hegeliana. Para Marx, a ideologia é algo que

expressa a consciência equivocada da realidade, sendo resultado da cosmovisão hegemônica, ou seja, o pensamento da realidade, a visão de mundo predominante são as ideias produzidas pela classe dominante. Desse modo, as representações que os homens fazem da vida no mundo real são sustentadas por uma base material invertida e agem sobre a dimensão da aparência, por isso a ideologia é considerada por Marx como algo negativo, uma ‘’ consciência equivocada da realidade, porém necessária aos homens em sua convivência e em sua atividade social ‘’ (MARX e ENGELS, 1993; p. 32) A ideologia remete, portanto, a esfera da superestrutura.

Chagas (2013) aponta que a questão da subjetividade no pensamento de Marx foi pouco explorada, sendo colocada a um reducionismo econômico entre objetividade e a subjetividade, sem efetivar a esfera da unificação. A partir das ideias apresentadas por Marx, não apenas na esfera da economia e da política, mas, também, nos processos de formação do ser social, o seu pensamento contribui para uma construção teórica da subjetividade. Ou seja, tomando por base a referência de Chagas (2013) pode-se afirmar que Marx, ao longo de suas obras refletiu acerca da subjetividade como sendo uma realidade inseparável à existência humana. Em suas análises, Marx observará a sociedade civil, enquanto sociedade burguesa, providencial da estrutura econômica, base de formação da super superestrutura, em que as formas de consciência social são produzidas. Conforme Chagas (2013), na definição de base e superestrutura é que Marx oferece aspectos sobre o método e do materialismo histórico e dialético. Ou seja, ao mesmo tempo que vivemos com as determinações econômicas, políticas e sociais do capital não temos assim uma imposição para reproduzir mecanicamente tudo que é imposto pela sociedade. Portanto, Marx não trata os homens como meros reprodutores de destino, mas como construtores da sociedade a partir de suas relações sociais. Assim, em suas formulações, a subjetividade está relacionada com o inconsciente humano pautado no concreto. Percebemos em suas obras a reflexão a respeito de uma subjetividade humana no âmbito da sociedade capitalista, explicitado por meio de conceitos, como: a ontologia do ser social, trabalho e divisão de classes, a relação entre produção de mercadoria e o fetiche do capital na sociedade moderna, ideologia e superestrutura.

Filósofos da tradição marxistas como Gramsci (1977) e Lênin (2005) direcionaram algumas de suas obras para a noção de caráter cultural contidos na Revolução Burguesa e nas colonizações imperialistas Tomando por base a referência de autores marxistas contemporâneos: Harvey (1989), Carnoy (1988) Bobbio e Bovero (1994), Mészáros (2011) já se observara a introdução do debate sobre o neoliberalismo ser mais que uma política de revitalização econômica, de maneira que as décadas de 70 e 80 no advento do pós-modernismo e da globalização, junto com a introdução tecnológica na indústria, incrementada às políticas neoliberais e as relações sociais passaram a influenciar na

produção de mercadorias e no modo de vida dos sujeitos. Entretanto, a partir da perspectiva apresentada por Dardot e Laval (2016) os argumentos acima citados, fundamentados pelos marxistas, não explicam a nova mentalidade global que orienta a sociedade, enquadra os sujeitos e produz novas subjetividades.

É importante destacar que a tradição marxista está nos fundamentos do serviço social brasileiro, minha área de formação como já disse. A afinidade entre o Serviço Social e a perspectiva de análise Marx é inegável, a relação do seu método com a profissão está no aspecto que possibilita ao assistente social fazer uma análise crítica da sociedade contemporânea, denunciar a desigualdade social provocada pelo modo de produção capitalista e relacionar que o acúmulo de capital através da propriedade privada do burguês é obtido com a exploração dos trabalhadores. Desse modo, a lógica que impulsiona a produção capitalista está na exploração de uma classe sobre a outra, e a questão social e suas expressões como miséria, racismo, pobreza e desemprego não são naturais, mas sim produto humano, produzido historicamente através da ordem econômica. As questões postas pelo pensamento de Marx são fundamentais para entender o trabalho atual na contradição do modo de produção capitalista baseada na socialização de produção e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Marx é um teórico central na compreensão do capitalismo, suas obras trazem determinações sobre os sujeitos na sociedade capitalista e as primeiras indicações de como superar a propriedade privada. Necessário para discussão sobre a relação do trabalho atual e o modo de produção capitalista.

Não pretendo aqui abordar as críticas dos marxistas em relação a Foucault ou vice-versa, tampouco trazer a aproximação e distanciamento entre essas tradições. Busco pensar o conceito de neoliberalismo presente nas formulações desses teóricos e fazer o contato necessário e possível (dentro dos limites desta pesquisa) entre eles através da complementaridade nas perspectivas. Partindo das argumentações apresentadas anteriormente, ainda me fundando em uma visão marxista e partilhando o debate com outros autores críticos que se apóiam em elementos fundamentais da análise foucaultiana, entro numa discussão a respeito do desenvolvimento do capitalismo e na profunda transformação desse sistema a partir do neoliberalismo.

Netto e Braz (2008) consideram que o desenvolvimento do capitalismo é marcado por uma sucessão de crises, tais crises fazem parte do ciclo econômico que se estabelece no próprio modo de produção capitalista. Os autores contabilizaram que de 1825 até o segundo pós-guerra quatorze foram as fases de prosperidades que vieram acompanhadas por depressões, tendo sido a mais grave do século XIX, eclodida em 1873, trazendo uma onda de estagnação até 1893. Em meados do século XVIII, encerra o estágio inicial do capitalismo designado comercial ou mercantil, então, e este ingressa num novo estágio, o

concorrencial, vinculado às mudanças políticas da época: a Revolução Burguesa que pôs fim ao Estado absolutista e o advento da Revolução Industrial na Europa. Até o século XVIII a sociedade era vista como um coletivo, mas na oitava década deste século o pensamento liberal trouxe ideia de individualização, considerando as pessoas livres, iguais e racionais.

Ainda de acordo com Netto e Braz (2008), no curso do segundo estágio, houve o avanço da indústria moderna e a criação do mercado mundial, que sob a liderança da Inglaterra, estabeleceu vínculos econômicos (pela via da invasão comercial e militar) com outras nações em busca de matérias-primas e para escoar suas mercadorias produzidas em larga escala. Nessas condições, o capitalismo da segunda metade do século XVIII, em seu estágio concorrencial, se caracteriza pela existência de muitas indústrias que, a partir da circulação e exportação de mercadorias entre os países, impulsionaram um sistema econômico internacional. Na consolidação da sociedade capitalista liberal e burguesa, a livre iniciativa impulsionava, como já mencionado, um cenário com muitas indústrias de capitais diversos concorrendo entre si. No entanto, não havia controle das taxas de lucro na comercialização das mercadorias, o que acarretava uma concorrência desenfreada provocando consecutivas falências, mas, simultaneamente, priorizavam os grandes capitalistas em detrimento das indústrias de pequeno e médio porte, que assim podiam acumular em maior quantidade. No período concorrencial, as tendências à concentração e à centralização do capital – identificadas na obra de Marx –, permitiram o surgimento dos monopólios.

Segundo Netto e Braz (2008), a passagem do capitalismo concorrencial para um novo estágio é determinada por três processos significativos. O primeiro de caráter científico-técnico engloba os avanços no estudo das ciências naturais que tiveram impacto no desenvolvimento da produção até uma segunda revolução industrial. Os outros dois processos são o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos e estão no plano da economia. O papel dos bancos, que na fase concorrencial, funcionavam como intermediário de pagamentos das pequenas indústrias, com a fusão de grupos capitalistas nacionais, passa a ser registrar e controlar valores milionários, culminando na disponibilidade de empréstimos e possibilidade de investimentos milionários para os capitalistas.

A relação entre os monopólios industriais e monopólios bancários está ligada diretamente à constituição do capital financeiro. A partir da interpretação de Lênin, Netto e Braz afirmam que o capital financeiro avança pelo século XIX e ganha centralidade no terceiro estágio evolutivo do capitalismo, o estágio imperialista e apontam que, para Lênin

> o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do

> mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda terra entre países capitalistas mais importantes. (NETTO; BRAZ, 2008, p. 180)

No último terço do século XIX, encerra-se o segundo estágio do capitalismo que durou cerca de cem anos. Assim, o estágio imperialista ou monopolista se difere do concorrencial considerando que nesta última houve o desenvolvimento do comércio externo, com meios de produção e trabalho já controlados pela burguesia, que são os donos da indústria, ao passo que na primeira, o capital monopolista vemos ganhar importância a exportação de capitais para além da exportação de mercadorias, criada e consolidada no estágio anterior. Então, é a concentração e centralização de capital por grupos capitalistas que referencia a passagem do capitalismo concorrencial para o estágio monopolista (NETTO; BRAZ, 2008).

Discorrendo sobre a nova corporação monopolista, Netto e Braz consideram que

> Uma vez controlados os mercados dos seus próprios países (*o controle dos mercados é o objetivo dos monopólios*), as gigantescas empresas monopolistas tratam de ganhar mercados externos e, nesse processo, elas se associam a empresas similares de outros países capitalistas de forma a selecionar áreas de atuação. De fato, dividem entre si as regiões do mundo que pretendem subordinar a seus interesses (NETTO; BRAZ, 2008, p. 182).

O surgimento dos monopólios não impactou apenas o controle dos mercados pela partilha econômica do mundo, visto que, no processo de monopolização as grandes empresas passaram a influenciar na economia mundial e isso alterou as condições de produção e organização do trabalho. (MANDEL, 1982).

O final do século XIX – período de transição do capitalismo concorrencial para a fase monopolista – é marcado pelas duas grandes guerras mundiais. No intervalo entre elas o capital passa por longas fases de recessão, as diversas crises mantinham a queda da taxa de lucro, desemprego em massa, e ao mesmo tempo, como bem pontuam Netto e Braz (2008), esse contexto é marcado por dois fenômenos interligados: a organização da luta mundial da classe trabalhadora que desde última década do século XIX mobilizou grande contingentes de trabalhadores e a Revolução Socialista na Rússia, em 1917.

Foi no Segundo Pós-Guerra que se consolidou a transferência de hegemonia da capital mundial da Inglaterra para os Estados Unidos. Depois da derrota do fascismo, em 1945, os Estados Unidos da América se impuseram às outras potências como a nova força imperialista, as guerras ainda contribuíram para aumentar a economia estadunidense por meio do investimento tecnológico e produtivo na fabricação e comercialização de materiais de guerra. Os Estados Unidos diversificaram as áreas lucrativas e colocaram fim em sua crise de superprodução. Durante a consolidação do Imperialismo clássico[2], as guerras

[2] Vivemos, por conseguinte, numa época peculiar da política colonial mundial, que se encontra intimamente relacionada com a ‘‘fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo’’, com o capital financeiro[...]. Em

mundiais foram funcionais para a propagação da cultura imperialista, a luta de classes deu lugar a guerra entre as nações.

Nas palavras de Netto e Braz (2008)

> Essa partilha territorial do mundo foi posta em questão em 1914: como já não existam mais territórios ‘’livres’’, qualquer nova expansão haveria de fazer-se mediante o confronto entre os estados imperialistas – é assim que explode a Primeira Guerra Mundial, expressão dos conflitos interimperialistas, conflitos que também responderiam pela Segunda Guerra Mundial. De fato, a guerra, no estágio do capitalismo dos monopólios, constitui a forma extrema de partilhas do mundo pelas potências imperialistas. (NETTO; BRÁZ 2008; p. 183)

Com a queda da bolsa de valores de Nova York em 1929, o mundo capitalista sofreu uma Grande Depressão. Para além das guerras, a crise de superacumulação iniciada no sistema financeiro estadunidense em outubro de 29 se alastrou pelo mundo por toda a década de 1930, reduzindo o comércio internacional, com queda nas ações da bolsa e altos índices de desemprego. A crise de 29, exigiu do capital soluções político-econômicas voltadas para reativar a produção e o consumo. As soluções a que se referem Behring (2011) e Netto e Braz (2008) certamente são caracterizadas pela descrença da burguesia na doutrina liberal sobre manter o mercado no centro da regulação econômica. No período depressivo, em países como Itália e Alemanha, que não tiveram a consolidação do movimento operário anos antes, o capital combateu a crise instaurando ‘’o regime político mais adequado ao livre desenvolvimento dos monopólios – o fascismo.’’ (NETTO; BRÁZ, 2008; p. 194). Contraditoriamente, o fascismo não foi uma ferramenta utilizada em todos os países. Como mencionado, no meio da primeira Guerra Mundial ocorreu a Revolução Russa (em 1917), dirigida pelos bolcheviques, que teve grande impacto econômico, e logo depois se consolidou a experiência socialista na União Soviética. No segundo pós-guerra o mundo já estava dividido em dois grandes blocos de influência.

Nesse sentido, Behring (2011) corrobora com a análise de Mandell (1982) para argumentar que

> Como bem pontua Mandell, o fascismo deu fôlego imediato ao período de expansão subsequente, através da extração desmensurada da mais-valia absoluta por métodos bárbaros durante a guerra, a exemplo dos campos de extermínio nazistas. Porém, nessa forma de organização política, o nível de tensão entre em classes sociais, no qual a margem de discussão e de negociação com a classe operária se reduzia a patamares mínimos, não

---

primeiro lugar surgem duas questões concretas: verifica-se uma acentuação da política colonial, uma exacerbação da luta pelas colônias, precisamente na época do capital financeiro? Como precisamente se encontra repartido o mundo, na atualidade, desse ponto de vista? [...] É indubitável, por, por conseguinte, que a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com a exacerbação da luta pela partilha do mundo [...] Em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, todos os Estados capitalistas se esforçaram por adquirir colônias, o que constitui um fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa. (LÊNIN, 2011; p. 36 e 37)

> poderia se sustentar a médio ou longo prazo. Essa tensão entre a saída fascista, liberal-burguesa e socialista se resolveu temporariamente na Segunda Guerra Mundial com a vitória dos aliados – o que inclui um acordo com a União Soviética que foi decisivo para derrotar o nazi - fascismo. Naquela época, estavam em disputa econômica e territorial três grandes projetos – dois no campo da burguesia (o fascismo e o projeto liberal – reformista) – e o projeto socialista, já nesse momento sob a condução de Stálin. (BEHRING 2011, p. 70)

Posterior à experiência do New Deal norte-americano[3], as potências imperialistas precisam combater os efeitos da crise. Como alternativa ao fascismo e principalmente para impedir a possibilidade do avanço político-ideológico da Revolução Soviética para o Ocidente, no fim da Segunda Guerra são adotadas como referência teórica pelos países desenvolvidos as propostas de Keynes sobre o papel do Estado para salvar o capitalismo. (MONTAÑO, 2011).

Para Foucault (2005), a guerra é uma modalidade de poder da sociedade civil. Para este autor, ao se pensar na operacionalização do conceito de poder nas sociedades democráticas houve um deslocamento na utilização do modelo da guerra. Seguindo essa perspectiva, Dardot e Laval (2016) refletem que no interlavo entre as guerras mundiais e a depressão de 1929 as ações e pensamentos dos dois tipos de liberalismo entraram em conflito. O direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada são dogmas do liberalismo clássico, mas em meados do século XIX já não são considerados princípios unânimes pelos teóricos da corrente liberal. As reformas sociais frente às exigências de organização do capitalismo o laissez-faire deixou de ser um dogma.

> A “crise do liberalismo” revelou a insuficiência do princípio dogmático do laissez-faire para a condução dos negócios governamentais. O caráter fixo das “leis naturais” tornou-as incapazes de guiar um governo cujo objetivo declarado é assegurar a maior prosperidade possível e, ao mesmo tempo, a ordem social. Entre os que permanecem apegados aos ideais do liberalismo clássico, foram formulados dois tipos de resposta que devem-se distinguir, ainda que, historicamente, elas tenham se misturado algumas vezes. A primeira em ordem cronológica é a do “novo liberalismo”, a segunda é a do “neoliberalismo”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 48)

1.2 - Estado Produtor e Regulador: Políticas de gerência e controle de trabalho

Em 1936, John Maynard Keynes publicou o livro ‘’Teoria geral do emprego, do juro e da moeda’’, obra em que defende mudanças na relação do estado com a economia, rompendo parcialmente com os princípios do liberalismo. Keynes estava preocupado em reativar a produção econômica, que no contexto da Grande Depressão, não consegue

[3] Acordo entre o governo e o congresso para aprovação de leis, feito no governo de Franklin Delano Roosevelt (entre 1933 e 1937), com objetivo de recuperar a economia norte-americana. O plano implementou uma série de programas com investimentos estatais e privados.

alavancar, acarretando a estagnação das mercadorias. Discordando dos princípios liberais, mas sem romper com os interesses da burguesia, Keynes propõe a intervenção parcial do estado para reverter a crise, que segundo ele, é gerada pelo próprio sistema. Assim, o objetivo do Estado é estimular a produção e o consumo e ampliar o investimento público.

No lugar da mão invisível do mercado de Adam Smith (2007), o keynesianismo desloca para o estado a responsabilidade de assumir o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, através da intervenção na relação capital/trabalho e ‘’por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. ‘’ (BEHRING 2011, p. 85). Esse pensamento influenciou a reforma previdenciária na Inglaterra e em alguns países da Europa Ocidental, também foi a referência para o Plano Beveridge, na Inglaterra em 1942 e para a lei do ‘’pleno emprego’’, nos Estados Unidos em 1946. E mesmo nas experiências singulares de construção do Welfare State, o ideário keynesiano de intervenção estatal aparece como fundador.

As políticas econômicas keynesianas de emprego deram as condições necessárias para os trabalhadores acreditarem na estabilidade no emprego e, assim, reorganizar as lutas e demandas de classe. No campo político-cultural houve as alianças por parte do movimento sindical e operário nas empresas, gerando o abandono da classe trabalhadora no projeto de socialização da economia em troca das políticas públicas e do isolamento da esquerda.

Com base em Harvey (1993), Montaño descreve a nova ordem mundial no segundo pós-guerra, asseverando que,

> É também pela influência do processo desenvolvido por Ford para produção industrial (sua linha de montagem) e sua articulação entre a produção em grande escala (produção em massa) e o consumo, que também se costuma designar esse período do desenvolvimento industrial de fordista (...) nele, para promover o desenvolvimento industrial/comercial, e para reverter a influência ideológica e política do ‘’campo socialista’’, o grande capital produtivo e o comercial, fundamentalmente instrumentalizando o Estado, promovem uma nova estratégia hegemônica que, permeada por demandas trabalhistas (dos setores industrial-urbanos), persegue a efetivação do processo de industrialização. (MONTAÑO 2011; pg.155; 156).

As determinações político-econômicas que permitiram no pós-45 a expansão do estado de bem-estar social nos países desenvolvidos, se estruturam primeiramente na utilização do estado como um instrumento de intervenção com o objetivo de retomar o equilíbrio econômico, na implementação de políticas keynesianas de pleno emprego, na reorganização da produção unida aos avanços tecnológicos implementados nas fábricas para a superexploração dos trabalhadores e apropriação de mais-valia. No pós-45, sob a hegemonia dos Estados Unidos, as tecnologias desenvolvidas pela indústria bélica usadas

nas guerras foram aproveitadas pela produção industrial civil.

Na organização da intervenção keynesiana, a ação estatal é pensada por intermédio de duas vias: geração de empregos na produção de serviços públicos e privados, com investimento em infraestrutura e no aumento do acesso ao consumo e renda, com a regulamentação de leis trabalhistas e políticas sociais. Junto às abordagens teóricas do keynesianismo, no pós-45, os métodos fordistas também foram adotados, trazendo como afirma Harvey (1993), não só uma reorganização do processo de trabalho com um novo sistema de configuração da força de trabalho imbricada a uma nova forma de regulação das relações sociais. Ou seja, como mostrarei mais à frente, o gerenciamento da crise implicará uma nova dinâmica social, através de mudanças no padrão produtivo, estatal e ideológico-cultural.

Diante da monopolização do capital a estratégia anticrise pressupunha

> profundas alterações nos padrões de acumulação e regulação, enfrentando e revertendo a queda da taxa de lucro e combatendo e minimizando a conflitividade social das lutas de classes; os objetivos eram ampliar a acumulação capitalista e legitimar a ordem social vigente. (MONTAÑO 2011, p.150)

O padrão produtivo fordista inicialmente se desenvolveu na indústria automobilística. Em 1914, a montadora Ford implementou em sua linha de montagem um método que trazia um tipo específico de organização e gerenciamento da produção. O dono da fábrica norte-americana de carros introduziu para os seus trabalhadores uma jornada de oito horas a cinco dólares. A ideia de Henry Ford não era apenas disciplinar o trabalhador para aumentar o volume da produção ao mesmo tempo em que se reduzia os custos de produção da fábrica, visto que, o desenvolvimento tecnológico entre os anos de 1893 e 1914, gerou aumento de produtividade no trabalho. As tendências mundiais da segunda revolução tecnológica[4] (MANDELL,1982) eram percebidos nas propostas de gerenciamento científico do Taylorista e de Fayol.

Bering e Montaño afirmam que o diferencial entre o Taylorismo e o Fordismo está no reconhecimento deste último de que na proposta de produção em massa se exige o consumo em massa. Em tal sentido, nos termos de Harvey (1993), para que a produção em série funciona o mercado deve consumir em massa, a partir de ‘‘um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de gerência e controle do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.’’ (HARVEY, 1993, p. 121)

Na experiência de reorganização do processo de trabalho dentro das indústrias em

[4] Fase do capitalismo monopolista entre 1893 e 1914, marcada por um processo de sofisticação tecnológica caracterizado pelo uso da máquina elétrica, do aço, do petróleo e do motor a explosão

busca dos lucros, entre as décadas de 1940 e 1970, se destaca o modelo fordista. No ‘*’pacto fordista”* houve uma mudança técnica na linha de montagem das indústrias com a proposta de transformar o trabalhador em um especialista, e estender esses princípios fabris para controlar os modos de vida e consumo das pessoas. Parafraseando a obra de Gramsci, Harvey salienta que o *americanismo e o fordismo* impulsionaram ‘’um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem’’. (HARVEY, 1993, p. 121)

Naquele momento, a forte presença estatal impulsionou o avanço da grande empresa monopolista, além de uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores fora das fábricas. Bering (2011) explica como a organização estatal do Keynesianismo se agregou ao pacto fordista

> Assim, o keynesianismo e o fordismo, associados, constituem os pilares do processo de acumulação acelerada de capital no pós- 1945, com forte expansão da demanda efetiva, altas taxas de lucro, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital, sob o comando da economia norte-americana, que sai da guerra sem grandes perdas físicas e com imensa capacidade de investimento e compra de matérias-primas, bem como de dominação militar.(BEHRING 2011, p. 88)

Os modelos de proteção social no mundo aconteceram depois do pós-45, e apesar das políticas sociais no período de 1945 até 1970 não terem seguido o mesmo modelo de desenvolvimento em cada país, foi no padrão fordista que houve o reconhecimento dos direitos sociais e o desenvolvimento do estado de bem-estar social. Pois bem, esse estado regulador e produtor só obteve aprovação da burguesia por que agregou-se ao modelo fordista, ou seja, como afirma Netto (1992, p. 29) a política social “não é decorrência natural do Estado Burguês’’ então, nesse cenário de expansão das políticas sociais dos ‘’anos dourados’’ é incontestável a participação de luta dos trabalhadores.

Efetivamente, os aspectos produtivo/estatal que envolveram a produção e o consumo em massa foram formas de regulação das relações sociais do capital monopolista, em suas condições políticas. Porém, este modelo de acumulação (fordista – keynesiano) que combinava pleno emprego e crescimento econômico – em certo momento ficou insuficiente para as exigências do capital. Concretamente, na passagem dos anos de 1960 para a década de 1970, o capital mostrou uma tendência de queda da taxa de lucro, iniciada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1975, desdobrando-se em uma nova fase de crise.

E no Brasil?

Santos (2008) atesta que no Brasil, diferente do que aconteceu nos países de capitalismo central nas décadas de 1940 até 1970, o fordismo não foi acompanhado de ações governamentais. A autora argumenta que o capitalismo brasileiro nunca realizou transformações, mantendo a raiz da expropriação a partir do modelo de latifúndio da

monocultura extensiva, tendo em vista a exploração e os processos de revolução passiva somada à exclusão do povo dos processos decisórios. Isto é, as alterações ocorridas no Brasil a partir da década de 1930, têm como indicadores o processo de industrialização, a redefinição do papel do estado e o surgimento das políticas sociais.(BRAVO, 2009). No contexto do pós-30, na era Vargas, a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, não eliminou as ações de repressão aos trabalhadores, que juntamente com o imposto sindical combinaram no aumento do controle dos sindicatos e na proibição das greves. Santos (2008) ressalta que a partir da inserção da justiça do trabalho, na Constituinte 1934, que passa a arbitrar os conflitos, houve a proibição do direito de greve, atestando que toda reivindicação coletiva resultava em dissídios. A autora ainda afirma que a proteção social no Brasil nasceu atrelada à lógica contributiva.

> .[...] o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, operado no quadro do capitalismo dos monopólios, continuou limitado por mecanismos protecionistas de acesso à tecnologia por parte dos países cêntricos, o que não permitiu qualquer eversão no lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho. Esse quadro deve ainda ser complementado, de acordo com Machado (2002), pela ausência, no Brasil, de um núcleo endógeno de inovação tecnológica. Isso ocorreu porque os benefícios concedidos pelo Estado intervencionista à burguesia nacional não eram acompanhados de exigências mínimas de investimento em pesquisa e desenvolvimento – que deveriam funcionar como uma espécie de contrapartida, no sentido de consolidar alguns aportes que possibilitasse autonomia tecnológica em médio-longo prazos.(SANTOS, 2008, p. 65)

Santos (2008) pontua que, ao contrário do pleno emprego do fordismo clássico, os direitos sociais no Brasil foram instituídos em plena ditadura militar em meio a restrição de direitos políticos e civis. Dessa forma, o contexto antidemocrático inviabilizou a organização e atuação dos sindicatos com as premissas de manutenção da segurança nacional e da paz social Como exemplo, já no período ditatorial, em 1966, houve a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. O FGTS não suprimiu as vantagens da lei de estabilidade enquanto garantia de renda e emprego. Sendo assim, devido ao desenvolvimento tecnológico tardio e pouco democrático o "fordismo à brasileira" manteve um padrão de intervenção social baixo, com resultados compensatórios. Isto porque este foi predominantemente marcado pelo regime autocrático dos governos militares. A extinção da estabilidade no emprego acelerou o aprofundamento da flexibilidade e precariedade do trabalho que se fez presente nas décadas de 1980 e 1990. Sob a influência de Matos e Baltazar (1996), Santos ressalta as particularidades da questão social brasileira no pós-64

> após 1964 ela adquire outra dimensão com a deliberada política de concentração de renda, viabilizada por meio da excepcionalidade do quadro político-institucional, impossibilitando que a maioria dos trabalhadores usufruísse de aumentos substanciais no poder de compra dos salários, mesmo quando posicionados em ocupações de elevado nível de

> produtividade (ibid, 2008, p.136 -137)

Para Boschetti (2009) a seguridade social se estruturou nos países da Europa Ocidental e América Latina tendo como referência a organização social do trabalho. Os direitos de seguridade social, seja os com princípios no modelo bismarkiano ou berevidgiano, têm como parâmetro os direitos do trabalho. Historicamente, o trabalho sempre foi condição para garantir o acesso à seguridade social. No Brasil a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, sustentado na lógica do seguro. Com direitos dependentes do trabalho (previdência), os de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência). Logo, não se instituiu um padrão de seguridade social homogêneo

> O capitalismo brasileiro implantou um modelo de seguridade social sustentado predominantemente na lógica do seguro. Desde o reconhecimento legal dos tímidos e incipientes benefícios previdenciários com a Lei Elóy Chaves em 1923, predominou o acesso às políticas de previdência e de saúde apenas para os contribuintes da previdência social. (BOSCHETTI, 2009, p. 8)

Para Neto (2004), o golpe de abril de 1964 está inserido dentro de um processo global, ou seja, entender a ditadura militar brasileira vai além do contexto sócio histórico nacional. No início da década de 1960 o presidente João Goulart numa perspectiva de revolução social, demonstrou interesse em trazer benefícios para a classe trabalhadora. Tendo Brizola como seu aliado, apresentou um governo com traços populistas e um projeto de reformas democráticas, antiimperalistas e antilatifundista. Dentro de um processo global de novo padrão da divisão internacional do trabalho e, para manter as suas bases de acumulação e a hegemonia do bloco capitalista, o capital nacional visando manter os padrões de acumulação iniciado na década de 1950, com o Plano de Metas de Jucelino Kubitschek, mas que estava dando sinais de esgotamento causando desequilíbrio monetário, estabeleceu um pacto contra-revolucionário.

> [...] a articulação político-social que fundava o Estado brasileiro às vésperas de 1964 problematiza a continuidade do padrão de desenvolvimento dependente e associado que se engendra em meados da década de cinquenta. (ibid, 2004, p.27)

De acordo com Neto, a contrarrevolução preventiva no Brasil se deu a partir do golpe militar, concentrando os interesses da burguesia brasileira e do capital estrangeiro (bloco imperialista). O estado depois do golpe buscou assegurar o esquema de acumulação. O autor aponta que a finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice: adequar os padrões de desenvolvimento do país ao aprofundamento do capital; controlar os grupos que impediam a inserção subalterna do Brasil ao capital estrangeiro dos países considerados desenvolvidos; dinamizar tendências contrarrevolucionárias, mostrando que

não existe formas de avançar com o comunismo, o bloco capitalista em comparação ao soviético é a melhor alternativa de produção. De forma tecnocrática e conservadora, o estado que se gestou no pós-64 é composto pela burguesia brasileira e militares. Na área política, a autocracia burguesa, além de defender os interesses do capital estrangeiro e reprimir os opositores, demarca quem seria os privilegiados desse novo esquema de acumulação. Na economia, o estado passa a assumir funções que seriam do mercado, investindo em serviços e obras não lucrativas para o uso da iniciativa privada. O Brasil viveu uma modernização conservadora, com desenvolvimento industrial a serviço dos monopólios estrangeiros que entraram no país, isto é, manteve as suas bases históricas subalternas. Segundo Neto (2004), o regime ditatorial também buscou realizar o controle cultural,além da forma repressiva que punia os opositores. Usando a mídia, a educação e a diversão das famílias, a autocracia burguesa passou a privilegiar e promover qualquer política, personalidade da mídia, programas de rádio e televisão ou manifestação que não fosse contrária a sua lógica.

> No seu processo, a autocracia burguesa enfrentou-se, como não poderia deixar de ser, com o mundo da cultura. Ao longo de sua vigência, desenvolveu em face dele um conjunto de procedimentos que, variando ao longo de três lustros, procurou sempre, colimar um objetivo preciso: controlar a vida cultural no país. (ibid, 2004, p. 44)

Behring e Boschetti (2011) apontam que as políticas sociais no período ditatorial tinham um caráter dual com restrição de acesso para quem pode e para quem não pode pagar, ou seja mesmo com a institucionalização. No ano de 1966, houve a unificação, uniformização e centralização da previdência social com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o ocorrido retira definitivamente os trabalhadores da gestão da previdência social, que começa a ser tratada como questão técnica e atuarial. Em 1967 os acidentes de trabalho em 1967 passam para a gestão do INPS, apesar das seguradoras privadas serem contrárias. Nesse contexto, diferente da lógica contributiva, foi instituído em 1971 o Funrural, uma resposta da previdência para os trabalhadores rurais sem a exigência de contribuição. Em 1972, a cobertura previdenciária é ampliada e chega até as empregadas domésticas, além dos jogadores de futebol, em 1973 passa a cobrir os autônomos, e posteriormente os ambulantes em 1978. Em 1974 é criada a Renda Mensal Vitalícia para os idosos pobres, no valor de meio salário mínimo para aqueles que tivessem contribuído pelo menos um ano para a previdência. Depois de uma reforma administrativa, em 1977 é criado o Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS), que compreendia o INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica (Inamps) e o Instituto Nacional de Administração da Previdência Social (Iapas) dentre outras instituições. A associação entre previdência, saúde e assistência impos a medicalização da vida social

privilegiando o setor privado de medicamentos e equipamentos hospitalares. Essa intensa institucionalização da previdência, da saúde e, da assistência social que era basicamente implementada pela rede conveniada e de serviços prestados pela Legião Brasileira de Assistência, veio acompanhada também no regime militar pela criação de uma política de habitação com a implementação do Banco Nacional de Habitação (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Para as autoras, o rápido desenvolvimento da economia brasileira, por meio do chamado Milagre brasileiro começa a perder força em meados dos anos de 1970 em função da política economia internacional que já estava sob o efeito neoliberal e também por limites internos, que ocorre pela crise econômica crônica causada pelo endividamento externo e insatisfação da burguesia nacional. O projeto tecnocrático e modernizador-conservador do regime militar, em vez de eliminar, reproduziu um elevado índice de pobreza.

1.3. ‘’A crise dos anos dourados’’ e a ‘’toyotização’’

Tratarei neste subtítulo da crise dos ‘’anos dourados do capital’’ (ANTUNES, 1999, 2018; NETTO; BRÁZ, 2008) e abordarei os aspectos que marcaram a transição para acumulação flexível (HARVEY 1993, 2008; PINTO 2010) segundo os autores, no pós-1945, o capitalismo adentrou em sua fase madura, marcada pela forte expansão dos modelos de proteção social no mundo, crescimento econômico e pleno emprego. O fordismo do pós-guerra começa a dar sinais de esgotamento a partir do fim dos anos de 1960.

Mas antes de entender as consequências que explicam o fim dos ‘’anos dourados’’ quero salientar algumas considerações sobre os fundamentos sócio- históricos que marcam essa fase. Alguns autores (fundamentalmente da tradição marxista) consideram que a crise que pôs fim ‘’aos anos dourados’’ é consequência do próprio capitalismo em sua fase madura que não consegue escoar tudo que produz.

Para Antunes (1999) a crise do padrão Taylorista/Fordista dos anos de 1970, é ‘’em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital’’, mediante *a ‘’intensificação de tendência decrescente de valor de uso das mercadorias,* e como *incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital*. Nessa direção, Mészáros (2009), ao abordar o fordismo/keynesianismo no início dos anos de 1970, conclui que *houve um excesso de capacidade de produção que não encontra retorno nas vendas*. Netto e Bráz (2008), ao fazerem um balanço sobre ‘’os anos dourados’’, consideraram que nessa longa onda de expansão econômica a crise e seus impactos foram reduzidos, percebidos em pequenos episódios de recessão, mas não foram suprimidos.

Porém, entre os anos de 1968 e 1973 a taxa de lucro começa a cair rapidamente em vários países. Harvey aponta como início desse processo a formação do eurodólar e a contratação de crédito no período de 1966 e 1967 indicando a redução do poder Norte Americano e, nesse mesmo período, a onda de industrialização em países de terceiro mundo (principalmente da América Latina e no Sudeste Asiático). Como consequência desse processo, surge a resistência dos trabalhadores aos moldes de trabalho fordista e a onda de greves por melhores salários. As mobilizações trabalhistas, em 1968 na França e em 1969 na Itália, juntam-se à recessão de 1973 causada pela alta do preço do petróleo e o embargo árabe para sua exportação. Destaca-se, que o contexto histórico do maio de 1968 Francês foi marcado por manifestações estudantis, que fez emergir uma revolução cultural.

Em síntese,

> A ilusão dos ‘’anos dourados é enterrada em 1974-1975: num processo inédito no pós-guerra, registra-se então uma recessão generalizada, que envolve simultaneamente todas as grandes potências imperialistas e a que se seguiu outra, em 1980-1982 [...]. A longa onda expansiva é substituída por uma onda longa recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista: agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas. (NETTO e BRÁZ 2008, p. 214)

A necessidade estrutural do capital em restaurar a sua taxa de lucro o força a se reconfigurar, e foi assim, resgatando os princípios da doutrina liberal econômica de Adam Smith – que pregava a não intervenção estatal para regular a lei de mercado da oferta e da procura na relação capital x trabalho – e a partir de críticas ao Welfare State e Keynesianismo que a teoria proposta por Hayek (1944) ganhou força anos depois de sua publicação.

Para enfrentar o contexto da crise há a substituição do padrão produtivo fordista para o toyotista, a reestruturação produtiva acarretou um novo planejamento para os processos de trabalho, padrões de consumo e mudanças na implementação das políticas sociais. Sob uma perspectiva marxista, Harvey (1993, 2008) analisa que as décadas de 70 e 80 foram um período marcado por mecanismos de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, denominado de “acumulação flexível”. O regime de acumulação flexível gerou mudanças na divisão social e técnica no mundo do trabalho, e abriu espaço para flexibilização dos mercados.

Pinto (2010) entende que o Toyotismo se expressa como um novo sistema de organização do trabalho que se colocou como concorrente ao sistema taylorista/fordista, tornando-se mais tarde em uma prática que causou uma mudança brusca e notável no processo de organização do trabalho. A montadora japonesa Toyota no ano de 1949 passava por uma crise financeira e naquele período o Japão também passava por difíceis condições econômicas. Com o advento do término da Segunda Guerra Mundial, inicia-se no

Japão, na década de 1950, um novo sistema de organização do trabalho.

> O Toyotismo surgiu em um contexto de crescimento econômico lento, em meio a um mercado interno que, se por um lado visava o consumo de praticamente todos os tipos de bens e serviços, mostrando-se diversificado, por outro se caracteriza pela pequena expansão de demanda [...] (PINTO 2010, p. 61)

Nesse momento, a produção não estava baseada na grande escala e sim na capacidade de produzir quantidades diversas de pequenos modelos, de variados produtos. A junção dessas duas capacidades foi tendo êxito através de sucessivos ajustes no processo produtivo. As mudanças desse sistema de organização de trabalho interferem diretamente no processo de produção que tem como característica a rápida reposição de peças, alimentando os postos de trabalho com a quantidade ideal de peças necessárias para o processo de produção, eliminando deste modo os grandes estoques utilizados nas grandes no período fordista.

> A incorporação desse método na produção automobilística ocorreu do seguinte modo: considerando o fluxo contínuo da produção, cada trabalhador de um posto abasteceria, quando necessário, das peças do posto anterior ao seu, de modo que a fabricação de peças deste último apenas ocorreria em função da demanda ou alimentação daquele – nem mais nem menos. Para isso, paralelamente ao desenrolar o fluxo da produção, estabeleceu-se um fluxo inverso de informações, em que cada posto posterior emitia uma instrução destinada ao posto imediatamente anterior, de maneira que aí se mantivesse em produção, em dado momento, somente a quantidade de peças exatamente necessária. (PINTO 2010, p. 65)

O fluxo contínuo da produção toyotista reagrega operações em postos de trabalho multifuncionais, denominados ‘’células de produção’’. Diferente do processo de linha de produção em série empregado pelo Taylorismo/Fordismo, que consistia em uma sequência de operação linear desde a primeira transformação da matéria prima até o resultado da operação. Então, com a criação das células de produção, extingue-se o processo retilíneo dos postos de trabalho criado pelo sistema fordista.

Antunes (1999) e Pinto (2010) ressaltam que as características do processo de produção toyotista, estão na automação, polivalência e na celularização. Tais características permitiram a introdução do sistema Kaban, que é o estabelecimento de “um fluxo contínuo de informações e alimentação de produtos entre as empresas, suas operações de fábrica passaram a ser ativadas somente após as encomendas [...]” (PINTO 2010, p. 68). Através desses reajustes foi possível controlar o fluxo de produção, diminuir a formação de estoque das empresas e iniciar o Just-in-time, que significa produzir somente a quantidade necessária no momento necessário, ou seja, operando com estoque mínimo.

A implementação deste novo sistema na fábrica da Toyota tinha como propósito

aumentar a produção sem ter a necessidade de contratação de novos funcionários. Mas no contexto de crise do padrão de acumulação fordista o modelo japonês chega ao Ocidente como uma nova forma de organização do trabalho. Essa dimensão de expansão da crise é um dos pilares de fortalecimento do neoliberalismo, principalmente nas abordagens que o direcionam enquanto projeto de economia dos mercados e para implementação das políticas públicas. Nessas abordagens, o sistema neoliberal como economia política, afeta o mundo do trabalho e traz como consequências uma reorganização das dimensões política, social e cultural.

1.4. A finitude do trabalho, empreendedorismo e meritocracia: a produção do sujeito neoliberal

> Por que o labor humano tem sido, predominantemente, espaço de sujeição, sofrimento, desumanização e precarização, numa era em que muitos imaginavam uma proximidade celestial? (Ricardo Antunes)

Considerando a tendência de desvalorização do trabalho nas últimas décadas em escala mundial, analisarei neste tópico, a categoria trabalho no mundo contemporâneo recuperando o papel central que ela ocupa na sociabilidade e emancipação humana. Ao mesmo tempo, amparada em Antunes (1999, 2018) pretendo refutar a tese neoliberal sobre o fim do trabalho na sociedade contemporânea. Assim, o objetivo é discorrer sobre o trabalho a partir de seu processo histórico na construção do homem enquanto ser social e para expansão e acumulação do capital, tendo em vista, os acontecimentos de reestruturação produtiva, contra-reforma do estado e a precarização das relações de trabalho apoiada no projeto neoliberal. Com base em Dardot e Laval (2016) é essencial também apresentar os efeitos de produção dos sujeitos dentro dessa estrutura econômica, ou seja, pensar nos processos de transformação da empresa como modelo de subjetivação tanto no modelo de governar do estado quanto na vida dos indivíduos.

Para iniciar, vejamos o que nos diz Netto e Braz (2008):

> Na base da atividade econômica está o trabalho [...]. Entretanto, o trabalho é muito mais que um tema ou um elemento da economia política; categoria central para a compreensão do próprio fenômeno humano – social. (ibid, 2008, p. 28).

Na ontologia do ser social de Marx (2007) a categoria trabalho é central na humanização do homem porque é o trabalho que nos diferencia dos outros animais, isto é, “foi através do trabalho que, de grupos primatas, surgiram os primeiros grupos humanos” (NETTO; BRÁZ, 2008, p. 34). Marx admite que a atividade do trabalho humaniza o homem quando faz a mediação de transformar as matérias naturais em meios e instrumentos de

produção para atender às suas necessidades. O homem é o único ser vivo capaz de transformar a natureza para responder às suas necessidades. Isto é, diferente dos animais, que agem na natureza movida por determinação de seus instintos, a ação de transformação entre sujeito e o seu objeto (matéria natural) parte da capacidade teleológica do homem de projetar algo antes de iniciar. Quanto mais o homem transforma e se relaciona com a natureza, mais ele desenvolve habilidades e conhecimentos de transformar a matéria natural em instrumentos para novamente atuar sobre a natureza. Essa dinâmica desenvolveu as relações sociais, pois, sem o trabalho não existiria sociedade.

O ato do trabalho, enquanto processo que desenvolveu as características e traços que distinguem a espécie humana da natureza, é uma atividade impossível de se desenvolver de forma isolada. Em outras palavras, o trabalho não só fundou um novo tipo de ser, o ser social, como foi absolutamente central para sobrevivência e evolução da espécie humana, pois o conhecimento de modificar a natureza foi sendo passado e aprimorado. Lukács descreve que na esfera ontológica do ser social a categoria trabalho aprimora e desenvolve os atributos especificamente humanos

> [...] quando nos dedicamos às transformações que o trabalho provoca no sujeito, percebemos a peculiaridade dessa relação que domina o caráter de tal modo que as outras mudanças do sujeito, por mais importantes que sejam, são produtos de estágios mais evoluídos, superiores de um ponto de vista social, e certamente, têm como condição ontológica a sua forma originária no mero trabalho (Lukács, 2013, p. 78)

Para Marx, todas as outras categorias dependem ontologicamente do trabalho, isto é, na dinâmica do desenvolvimento humano o trabalho é a gênese do surgimento das objetivações humanas. Mas, no âmbito das sociedades capitalistas, de acordo com Marx, o trabalho perdeu o seu caráter emancipador e foi apropriado como forma de exploração entre os homens. A partir do desenvolvimento das forças produtivas a humanidade excedeu a capacidade de trabalho para além da satisfação das necessidades pessoais. No período primitivo, no escravismo e no feudalismo ou nas sociedades pré-capitalistas, a falta de comida, bem como, a pauperização, advinha da produção insuficiente com ferramentas de trabalho limitadas e da divisão desigual da coleta excedente. Diferente dos modos anteriores, a pobreza no capitalismo é oriunda da concentração privada de capital, ou seja, nesse sistema o maior desenvolvimento das forças produtivas não promove um critério de distribuição igualitária do trabalho excedente, as relações produção se constituíram através do trabalho assalariado. Sendo assim, no modo capitalista de produção, o domínio humano sobre a natureza perdeu a essência, ou seja, o trabalho sob o comando do capital converteu a satisfação de necessidade em mercadoria e como contradição fundamental desse sistema, o trabalho ao invés de desenvolver o ser social e humanizar o homem, o fez uma ferramenta através do trabalho assalariado. Nas palavras de Marx, ‘’o trabalhador se torna

uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria'' (MARX, 2004, p. 80).

Recuperada a dimensão ontológica do trabalho, nessa esteira Antunes (1999), afirma que na sociedade produtora de mercadorias o valor de troca é mais importante que o valor de uso. Segundo o autor, o sistema de metabolismo social do capital apareceu pela divisão social do trabalho, o que significou a subordinação estrutural do trabalho a acumulação e expansão do capital. Ou seja, para o autor em algum momento específico da história humana um sistema de mediação de segunda ordem, gerado pelo sistema de capital, subordinou as mediações de primeira ordem, que são as dimensões ontológicas de reprodução dos seres humanos enquanto ser social. A partir disso, o sistema de mediação de segunda ordem introduziu elementos ''fetichizadores e alienantes de controle social metabólico'' que transpassam todas as funções reprodutivas sociais e as transformam em relações sociais de produção. A interação homem/natureza passa por um processo de alienação em que o homem não se reconhece em seu produto final, o indivíduo torna-se o lugar que ele ocupa na esfera da produção e o seu propósito de vida passa a ser o de produzir e acumular riqueza para a propriedade privada. Como já foi dito, esse sistema de metabolismo social totalizante e incontrolável além de ser essencialmente destrutivo promove a inversão da lógica societal. Mas é no capitalismo contemporâneo que se desenvolve uma tendência decrescente do valor de uso das coisas. Isso decorre pela redução da vida útil da mercadoria imbricada a uma maior agilidade do seu ciclo reprodutivo. Antunes nos diz que,

> Essa tendência à redução do valor de uso das mercadorias, assim como à agilização necessária de seu ciclo reprodutivo e de seu valor de troca, vem se acentuando desde os anos 70, quando o sistema global do capital teve de buscar alternativas à crise que reduzia o seu processo de crescimento. Isso porque, sob as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontrolabilidade total, em uma forma que prefigura a autodestruição, tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade geral. (ibid, 1999; p. 29)

Nessa direção, temos uma ofensiva do capital e Estado aliado às tendências neoliberais contra o trabalho e a classe trabalhadora. A crise estrutural do capital subordinou as conquistas dos trabalhadores dos últimos anos às possibilidades impostas pela própria crise. Assim, seguindo o esgotamento do padrão de acumulação fordista, considerando, segundo Harvey (2008), o início do ciclo de acumulação flexível do capital.

> [...] o período de 1965 a 1973 tornou mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. (HARVEY, 2008; p. 135)

Harvey (2008) sinaliza que esse novo modelo de acumulação rompe com a rigidez do fordismo e como consequência, se impôs com flexibilidade dos processos de trabalhos.

Isso quer dizer, que a profundidade dessas mudanças não gerou somente novas condições de mercado para economia global, mas levou a reconfiguração da produção. No campo da produção econômica, a flexibilidade das relações de trabalho favoreceu o surgimento de contratos de trabalho temporário e trouxe como possibilidade para a indústria a realização do trabalho em tempo parcial e terceirizado. E isso não permitiu apenas uma mudança na organização industrial e na contratação de mão de obra, houve também uma modificação nos padrões de consumo e na demanda pela fabricação das mercadorias para favorecer esse novo padrão da acumulação capitalista. Ou seja, a produção de mercadorias passou a ser vinculada a uma demanda cada vez mais diversificada, heterogênea e de pequena escala, esse sistema de fabricação fragmentada orientou o surgimento de empresas terceirizadas, com foco no desenvolvimento e comercialização mundial de um setor até então pouco explorado, o de serviços. Visto que a utilização de novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho direcionou para o aumento da subcontratação, crescimento da informalidade da mão de obra e corte de trabalhadores, ou seja, as consequências do sistema de emprego flexível foram o agravamento do desemprego em massa e a manutenção do desemprego estrutural próprio da acumulação capitalista.

Nessa direção, Antunes (1999) defende que a reestruturação produtiva, precarizou de maneira nunca vista antes, a classe-que-vive-do-trabalho[5]. Segundo o autor, a expressão classe-que-vive-do-trabalho manifesta uma noção ampliada e contemporânea de classe trabalhadora, essa definição inclui todos que vendem a sua força de trabalho em troca de salário, Ou seja, a totalidade dos trabalhadores assalariados hoje deve incorporar as dimensões do trabalho produtivo e improdutivo para incluir os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores terceirizados e precarizados, além dos desempregados, altos gestores e os pequenos empresário.

Como já descrito acima, a introdução do Toyotismo na produção aliado ao Estado, foi uma estratégia do capital para intensificar e explorar sob novas formas o trabalho. A chamada (contra) reforma do estado volta-se para o intervencionismo Keynesiano, que ao longo do século XX havia implementado políticas sociais com uma perspectiva universalista de alcance de direitos, tal reforma, sob a vigência do neoliberalismo, deu lugar a uma política voltada para a refuncionalização do estado, no sentido de torná-lo menos

[5] A expressão ‘‘classe que vive do trabalho’’ tem como primeiro objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. [...] A-classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. [...] Sendo o trabalhador produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal. [...] Mas a classe-que-vive-do-trabalho engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para uso capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais valia. [..] Considerando, portanto, que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora, vista de modo ampliado, deve, em nosso entendimento incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados (ANTUNES, 1999; p. 102, 103).

intervencionista para os trabalhadores, mas com capacidade de auxiliar na ampliação do mercado. A (contra) reforma do estado sob o comando do neoliberalismo deu-se primeiramente nos países capitalistas centrais, como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e Dinamarca.

Antunes (1999) destaca que o neoliberalismo inglês esteve na vanguarda das novas experiências de exploração do trabalho. Os governos Thatcher, a partir de 1979 implementaram o projeto neoliberal ‘’na sua forma mais ousada e virulenta’’, transformando-se num modelo de governar de cunho conservador. Desta forma, a prioridade da nova agenda era fortalecer a liberdade de mercado, reformando o Estado e as políticas públicas. Na década de 80 essa nova agenda se expandiu de forma integral pela Inglaterra e Reino Unido, segundo Antunes (1999; p.68), colocando em prática:

1. A privatização de tudo o que havia sido mantido sob controle estatal no período trabalhista;
2. A redução e mesmo extinção do capital produtivo estatal;
3. O desenvolvimento de uma legislação fortemente desregulamentadora das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais;
4. A aprovação pelo Parlamento Conservador, de um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação sindical.

Nas experiências neoliberais isoladas em países da América Latina, a ditadura do general Pinochet, no Chile, se impôs com especificidades. Ao pontuar as políticas chilenas após o golpe de 1973, Dardot (2021) considera que houve uma lógica de poder disciplinar dos mercados sob os indivíduos. Para esse autor, a transferência do fundo público que financiou a educação ao setor privado não foi apenas uma medida de política econômica para enfraquecer o Estado, mas também, e de forma prévia, marcou a governamentalidade (Foucault, 2008) através da governamentalização do Estado.

Conforme apontado até aqui, a acumulação flexível marcou a divisão da produção por setores e regiões geográficas que antes eram consideradas pouco desenvolvidas ou recém-industrializadas. Nessa direção, Harvey (2008) explicita que muitos países passaram a integrar parte do processo produtivo industrial de uma mesma mercadoria, fabricada de maneira parcial, com as etapas distribuídas entre a mão-de-obra qualificada e a outra que desenvolve o trabalho menos técnico, sem especialização. A produção variada de mercadorias incrementada aos novos nichos de mercado e a rápida evolução do aparato tecnológico, através do padrão toyotista, trouxeram um melhor aproveitamento do tempo de giro da produção. Sobre este aspecto, o autor adverte, que a redução do tempo de giro na produção só funciona imbricada a aceleração do tempo de consumo. Cabendo destacar que a acumulação flexível diminuiu a durabilidade dos produtos em comparação ao padrão fordista. Esse fato gera ainda uma cultura, por parte do neoliberalismo, de novas e

diversificadas necessidades e elevados padrões de consumo.

> [...] a estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda, e a mercadificação de formas. (HARVEY, 2008; p. 148)

O autor discute a pós-modernidade como condição histórica, verificada no cenário de capital globalizado junto a evolução tecnológica na produção com ênfase no avanço da globalização e tecnologia da informação. Nesse sentido, Harvey (2008) afirma que o pós-modernismo entra na perspectiva da acumulação flexível quando o capital muda as relações sociais e estabelece aos indivíduos novas possibilidades de acesso para o consumo dos produtos, e a partir desses novos padrões de consumo cria-se a produção de mercadorias para determinadas demandas. Em uma perspectiva materialista, o autor reflete sobre as categorias de tempo e espaço na vida social para ‘’esclarecer vínculos materiais entre os processos político-econômicos e processos culturais’’ (HARVEY, 2008, p. 187). Ele afirma que a transição da rigidez fordista para organização flexível (re)criou a experiência humana frente ao tempo e espaço, ou seja, o capital no modelo de acumulação flexível acelerou o tempo de produção e consumo, assim como fragmentou e dispersou os espaços da produção.

O rebatimento da crise econômica na organização do trabalho e na vida dos trabalhadores direcionou as reivindicações por direitos trabalhistas para o campo das necessidades imediatas, com políticas sociais descentralizadas. Na economia flexível, as características do regime fordista de forte presença sindical e trabalho organizado, foram substituídas pela alta rotatividade do trabalhador nas empresas e ausência de uma organização dos trabalhadores. Nesse cenário, os empregadores passaram a pressionar a força de trabalho, exigindo um melhor aproveitamento do tempo de produção. A reestruturação do mercado de trabalho trouxe uma classe trabalhadora polivalente, obrigada a trabalhar bem mais através das multifunções que um único trabalhador passou a desempenhar na produção.

> A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘’centrais’’ e empregar cada vez mais força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins (HARVEY, 2008; p. 144).

As mudanças de poder na economia global tiveram efeitos na indústria, com a substituição de trabalhadores homens por mulheres e rápido crescimento dos pequenos negócios. No contexto de enorme exclusão de operários brancos do mercado de trabalho houve um quadro de crescimento na subcontratação organizada de negros, imigrantes e principalmente mulheres. Esses efeitos, colocam em evidência a transformação do papel

feminino na produção e acusam as novas bases do mercado de trabalho. Nesse sentido, Harvey (2008) observa que a estrutura flexível possibilitou uma maior exploração das mulheres em ocupações de tempo parcial e com menor remuneração. O autor argumenta que uma maior participação feminina nos processos de produção não foi no sentido progressista, de criação e favorecimento de diversidade. Para ele, trata-se do ressurgimento das condições informais de mercado e trabalho, como o ‘’retorno de sistemas de trabalho doméstico e familiar’’ advindas de ‘’práticas e trabalhos de cunho doméstico e patriarcal’’ (HARVEY, 2008, p. 146).

Como bem pontua Antunes (2018) ao longo das décadas de 80 e 90 as políticas neoliberais foram sendo adotadas pelos países de capitalismo avançado e países periféricos, mas economicamente a hegemonia neoliberal não resolveu os efeitos da crise capitalista. Assim, no século XXI, em escala global o avanço das Tecnologias da informação e comunicação (TICs) as empresas de serviço flexível e digital explodiram no mercado capitalista como uma nova forma de organização do trabalho. Na era da informação digital há uma nova morfologia do trabalho com modalidades informal, intermitente e flexível. Segundo o autor, na gênese do novo proletariado da era digital está a financeirização e a mundialização do capital em escala global.

> [...] ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam um novo impulso com as TIC’s, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho, [...] estamos vivendo o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. (ibid, 2018; p. 35).

Para pensar o surgimento e desenvolvimento do setor de serviços nas condições de formação do novo proletariado de serviços digitais no sistema como uma dominação mental (DARDOT e LAVAL, 2016), cabe uma breve caracterização, da mais recente crise que atingiu a economia cujo os efeitos ainda são perceptíveis.

Segundo Harvey (2011), os primeiros indícios da crise do século XXI começaram em 2006, mas somente um ano depois, em 2007, quando atingiu a classe média branca norte-americana, é que a situação ficou pública. O autor analisa a crise pelas ‘’hipotecas subprime’’, que congelou os mercados globais de crédito e a maioria dos empréstimos. A crise se estendeu a outros mercados, o comércio global caiu mais de um terço, com consequências sociais drásticas e aumento do desemprego. Mas a partir de dados econômicos e sociais, Harvey demonstra que os bônus em Wall Street continuaram bastante compensadores apesar da quebra de instituições de crédito como foi o caso do banco Lehman Brothers em 2006, ou seja, o capital tem poder de superar os seus limites devido a

sua fluidez e flexibilidade.

Para Antunes (2018), a expansão do setor de serviços pelo mundo do trabalho flexível e digital está ligada em dois aspectos. Aos mecanismos tecnológicos da indústria 4.0 ou ciberindústria do século XXI. Nascida na Alemanha em 2011, esse tipo de TIC passou a controlar toda logística empresarial sob o comando informacional-digital, substituindo consideravelmente o trabalho vivo pelo maquinário digital dos celulares, tablets e smarstphones. Outro ponto que também merece destaque para o autor, é a crise do setor financeiro Norte Americano de 2008 e 2009, considerada a pior desde a Grande Depressão de 1929. O seu ápice foi quando levou o banco Lehman Brothers, o quarto maior dos Estados Unidos, a declarar falência em setembro de 2008.

De acordo com a revista Veja, edição de 2014, a crise não se restringiu ao setor financeiro dos bancos, o primeiro reflexo da crise sobre as empresas brasileiras apareceu no mesmo ano de fechamento do banco norte americano, mas na indústria alimentícia. A Sadia anunciou que havia tido um prejuízo milionário com investimentos em derivados tóxicos. Esta foi a primeira empresa brasileira a registrar perdas ligadas diretamente à crise financeira nos Estados Unidos. O prejuízo culminou na fusão da companhia com outro gigante do setor alimentício, a Perdigão, que deu origem à BRF. e deixou milhares de desempregados.

Nas análises realizadas por Netto e Bráz (2006), a crise de 2008 é exemplo do ciclo econômico que se estabelece no modo de produção a cada doze anos. A partir da perspectiva apresentada pelos autores, o primeiro estágio do ciclo econômico é a crise, que pode ser detonada por incidente de viés financeiro como foi o fechamento do Lehman Brothers. Neste estágio da crise a saída é diminuir as forças produtivas, isso faz gerar milhões de desempregados e forças produtivas sobrantes. Na retomada do ciclo econômico as empresas que sobrevivem a crise se apropriam das outras concorrentes e monopolizam o mercado. A Sadia é exemplo desta apropriação, que para se manter no mercado se apropriou de novas tecnologias e deu origem a outra empresa, o que caracteriza o desencadeamento de recém-desempregados.

Para Antunes (2018), dentre os fenômenos vinculados às mudanças nas relações laborais se destaca o enorme impacto na forma de organização da empresa Uber. Fundada em 2010, em São Francisco, nos Estados Unidos, sendo uma empresa privada global que vem atuando por aplicativo em mais de setenta países sem a devida preocupação com deveres trabalhistas dos motoristas cadastrados. A empresa prevê um estilo de trabalho mais informal, flexível e por demanda, com autonomia nas tarefas, pois o motorista tem a possibilidade de optar o dia e horário de trabalhar, ou seja. de acordo com site da própria plataforma uber, não existe tempo mínimo diário, semanal ou mensal para que o motorista ‘’parceiro’’ use a plataforma. Com o crescimento das plataformas digitais no início da década

passada, como as redes sociais facebook, twitter e instagram, muitas empresas de tecnologia por aplicativo surgiram usando a autonomia profissional para disfarçar o assalariamento, como o ifood. No Brasil, a Uber ficou disponível para motoristas e usuários em 2014, primeiro no Rio de Janeiro, gerando grande concorrência aos serviços de táxi. Hoje ela atua em quase todas as cidades do país, com diferentes modalidades de serviço e preços.

Ainda de acordo com Antunes (2018), promovido pelo capitalismo atual como uma das formas de manutenção de sua dominação, a expansão do processo de uberização do trabalho vem acompanhado da precarização total

> Assim, movida por essa lógica que se expande em escala global, estamos presenciando a expansão do que podemos denominar uberização do trabalho, que se tornou um leitmotiv do mundo empresarial. Com o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e a pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualifade é o advento de uma nova era de escravidão digital que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais.(ANTUNES, 2018, p. 42;43)

Esses processos podem ser compreendidos como uma tendência neoliberal nas relações de trabalho, que promovem o discurso do trabalhador como patrão de si, um empreendedor de sucesso em busca do lucro, mas sem registro em carteira e desprovido de direitos trabalhistas. Assim, através dos aplicativos e das plataformas digitais houve nos últimos anos o crescimento do discurso de autogerenciamento que produziu ‘’uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletariado-de-si-mesmo’’.(ANTUNES, 2018, p.39). Mas o que está por trás do trabalho online e digital? Antunes responde que a precarização legalizada dos aplicativos tornaram invisíveis as grandes corporações que controlam o mundo financeiro. Enquanto que para os trabalhadores dessas modalidades de oferta de serviços resta a disponibilidade para servir quando o aplicativo ‘’chamar’’, a instabilidade financeira na falta de um piso salarial concreto e a insegurança com a proteção social. Isto é, as narrativas de empreendedorismo além de legitimar os novos modelos de trabalho escondem a precarização dessas relações. Os trabalhadores uberizados, pejotizados e intermitentes ultrapassam o mundo do trabalho e defendem o ideário empresarial em sua vida cotidiana.

Essas narrativas que geram nos sujeitos o imaginário de sucesso numa carreira empreendedora são compartilhadas principalmente pelo mito das empresas de garagem (El PAÍS, 2014). O símbolo da garagem vende a ideia de que empresas como Apple, Google e Facebook foram criadas através da criatividade, esforço e baixo orçamento de jovens empreendedores. Nessa mesma linha discursiva podemos encontrar tantas outras histórias de pessoas que começaram do zero e ficaram ricas depois de investir naquele sonho. Para

Dardot e Laval (2016), essa nova sociabilidade de vida e trabalho, são os pilares mais importantes do sistema neoliberal. Para os autores a expansão da mentalidade neoliberal se desenvolve pelo ideário de competição e concorrência entre os sujeitos e nas formas de governo. Vejamos o que nos diz Dardot e Laval sobre a propagação do capitalismo como uma dominação mental.

> O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilhamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam. O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida. (ibid, 2016, p, 8)

Para Dardot e Laval (2016), e como já mencionado no início deste capítulo, as abordagens marxistas produzidas nos últimos anos sobre o neoliberalismo se mostraram insuficientes. De acordo com os autores o erro de diagnósticos está em analisar o neoliberalismo como sendo o capitalismo de sempre, fadado a sua própria destruição enquanto sistema econômico. Nesse sentido, não apenas recusando as análises que centralizam o neoliberalismo como uma estrutura econômica que atinge todas as esferas da vida humana, os autores avançam em direção à construção das forças e poderes realizados por esse sistema. Segundo Dardot e Laval (2016), a nova razão neoliberal significa dizer que estamos na era pós-democrática.

> Além dos fatores sociológicos e políticos, os próprios móbeis subjetivos da mobilização são enfraquecidos pelo sistema neoliberal: a ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania. Abstenção eleitoral, dessindicalização, racismo, tudo parece conduzir à destruição das condições do coletivo e, por consequência, ao enfraquecimento da capacidade de agir contra o neoliberalismo contra o neoliberalismo [...] não devemos ignorar as mutações subjetivas provocadas pelo neoliberalismo que operam no sentido do egoísmo social, da negação da solidariedade e da redistribuição e que podem desembocar em movimentos reacionários ou até mesmo neofascistas. As condições de um confronto de grande amplitude entre lógicas contrárias e forças adversas em escala mundial estão se avolumando. (ibid, 2016, p. 9)

Para os autores, a atual crise iniciada em 2008 não se resume ao teor de uma simples crise econômica, mas está pautada em uma crise de governamentalidade neoliberal, ou seja, no modo de governar dos estados e gerenciar a economia com base em uma lógica de mercado e concorrência. O conceito de governamentalidade de Foucault,

permite a Dardot e Laval mostrarem como as técnicas de governo agiram nas sociedades de mercado desde o fim dos anos de 1970. Seguindo Foucault, os autores chamam atenção para as diferenças entre o liberalismo clássico e a novidade do neoliberalismo. Nessa direção, eles apontam que a crise do liberalismo clássico, que vai de 1880 até 1930, é uma crise da governamentalidade liberal o que, segundo os autores, se justifica pela própria doutrina política, econômica e social imposta pelo liberalismo. ‘’O que o liberalismo clássico não incorporou adequadamente foi precisamente o fenômeno da empresa’’ (DARDOT e LAVAL 2016, p. 31).

As leis e garantias democráticas se tornaram entraves para os lucros. Nessa direção, Brown discorre sobre o neoliberalismo a partir das bases antidemocráticas, segundo as suas formulações, Hayek, de todos os projetistas do neoliberalismo, foi o que mais rejeitou a noção de social e de sociedade. Em sua compreensão teórica a social-democracia é concebida como símbolo de tirania e ameaça a existência coletiva, e a idéia de justiça social além de ser uma ameaça à liberdade acaba servindo de justificativa para ação coercitiva do estado. Em sua crítica à social- democracia o autor reflete sobre a noção de sociedade; segundo ele, o uso contemporâneo do termo ‘’sociedade’’ suscita dúvidas, uma vez que a origem do termo remete a vários sentidos. Com base nessa reflexão, Hayek constrói sua hipótese sobre o conceito de sociedade não ser a relação de pessoas que buscam o bem-estar coletivo, mas de indivíduos orientados por regras ditadas no mercado e pelas tradições morais. Com isso, ele ressalta que conceber a sociedade como projeto de evolução dos próprios seres sociais é uma somente crença, além de mostrar que tal concepção enfraquece as tradições e liberdades individuais.

Entretanto, para está autora, o presente econômico e político de liderança da extrema direita não foi o entendimento construído pelos neoliberais originais, tais como Hayek, Milton Friedman e os ordoliberais alemães, que em suas teorias vislumbravam uma nova ordem econômica regida pelo mercado e moral tradicional, mas deixando os interesses econômicos e políticos em lados opostos. Diante da atual conjuntura, de regimes autocráticos e forças neofacistas, Brown argumenta, que esta é uma forma de racionalidade inédita, diferente do fascismo de 1930. A autora ressalta ainda que, o neoliberalismo hoje, se apresenta com uma ‘’criação franKensteiniana’’ (BROWN, 2019, p. 19).

O principal argumento de Hayek é que a tradição moral e mercado juntos geram a ordem, tendo em vista que essas duas esferas se reproduzem e se adaptam espontaneamente, sem qualquer interferência humana. Ou seja, mercado e moral estabelecem naturalmente regras de conduta em que os indivíduos se adaptam sem necessidade de consentimento coletivo ou forças coercitivas impostas pelo Estado. Assim sendo, o que Hayek quer destacar não é o livre mercado capitalista, mas o mercado e a moral como pilares da civilização que nasceram a partir da razão humana, uma ordem que

se movimenta ao longo do tempo acompanhando a evolução. Considerando a moral e o mercado como a capacidade de produzir a ordem ampliada, unidos também revelam a real noção de justiça. Seguindo esse raciocínio, a verdadeira natureza da justiça está nas próprias regras do sistema capitalista que são aplicadas e adaptadas em condições universais, ou seja, podemos compreender que a justiça opera pelas regras e não no sentimento de combater a desigualdade.

De acordo com Brown (2019), Hayek usa a expressão ‘’jogo’’ para se referir ao fato de que a construção da humanidade condiciona vencedores e perdedores, sendo a desigualdade um fator fundamental para o avanço da civilização, dessa forma, ao invés de tentar combater as ‘’injustiças’’ deve-se conter ou exterminar os sinais de fraqueza e o fracassado. Segundo Hayek, a preocupação com o social é um grande perigo a uma civilização livre, para ele, diz Brown

> Mais do que meramente desorientada, a justiça social ataca a justiça, a liberdade e o desenvolvimento civilizacional garantidos pelo mercado e pela moral. Se a crença na direção social e política na sociedade é o que nos leva para esse caminho, então a sociedade deve ser desmantelada. (HAYEK, apud BROWN, 2019, p. 48)

Desse modo, Wendy Brown afirma que‘’o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social’’ (BROWN, 2019, p. 23). Ou seja, tendo em vista que nas análises de Hayek a relação ontológica entre moral e mercado assegura a liberdade, a ordem e a civilização, a autora considera que essa moral tradicional conservadora que vemos hoje já existia nas formulações do pensamento neoliberal como uma ‘’emanação direta da racionalidade neoliberal, e não se limita aos assim chamados *conservadores*’’ (BROWN, 2019, p. 23).

Brown avalia que as condições de exclusão econômica e desmantelamento social e democrático impostas nas últimas décadas pela política neoliberal produziram um efeito complexo, principalmente nas classes trabalhadora e média branca dos Estados Unidos, que na contramão disso, adquiriu voz através da própria teoria neoliberal de ataque a igualdade como restrição da liberdade e resgatando como pilares: a reafirmação da hegemonia branca, racismo, orgulho hétero, nacionalismo, xenofobia e a fé cristã. Dito isso, Brown afirma que a ordenação masculina e branca está facilmente inserida no projeto neoliberal de valorização dos mercados e da moral. A desregulamentação dos mercados atua na reprodução de classes, estigmas de raça, gênero e nacionalidade, que resulta na manutenção da desigualdade social emergindo em múltiplas expressões da questão social, tais como: divisão racial e sexual do trabalho, profissões majoritariamente femininas como sub-remunerada, preconceito na contratação de imigrantes, entre outros. Enquanto as funções da moralidade é de lutar contra o combate às desigualdades como, assegurar a

liberdade reprodutiva das mulheres ou desmantelar a iconografia pública que celebra um passado escravocrata'' (BROWN, 2019, p. 24).

Logo, a moralidade tradicional é utilizada no neoliberalismo para conectar os indivíduos com sentimentos de resgate de um passado saudoso e de um patriotismo, pois, na medida em que se fortalece a ideia de amor pelas tradições do passado consideram-se anti patrióticas críticas destinadas a essas memórias, o que representa uma justificativa para o racismo, machismo e xenofobia.

2. As relações entre trabalho, gênero, classe e raça: reflexões sobre a centralidade das mulheres no desenvolvimento e manutenção do capitalismo

A proposta deste capítulo é pensar sobre o papel das mulheres como reprodutoras da classe trabalhadora, isto é, apresentar as questões do capitalismo, feminismo e o trabalho não pago. E dentro dessa perspectiva ainda aprofundar o debate da questão racial na luta de classes, para assim situar a trabalhadora negra brasileira. Para este capítulo destaco como principal desafio teórico subsidiar os temas debatidos por Silvia Federici (2021): Redefinir o que é trabalho sob uma ótica feminista e decolonial. De uma maneira crítica, pontuar que as atividades que reproduzem a vida, desempenhadas desde sempre pelas mulheres, se transformam em lucro para o capital. Isso significa ainda, refletir sobre gênero além de uma questão cultural.

2.1 A exploração feminina pelo capitalismo: a perspectiva feminista na luta de classes

Federici (2021), ao ingressar na história do marxismo afirma que as relações de discriminação racial e entre gênero e, o capitalismo não foram discutidas com a atenção necessária. A autora começa a sua crítica ao marxismo, na medida em que aponta as falhas de Marx na questão do trabalho percebido apenas como industrial ou assalariado e consequentemente subestima a importância das atividades reprodutivas da vida, como trabalho improdutivo e, dos efeitos destrutivos do machismo e do racismo. A esse respeito a autora diz,

> (...) um fator que permitiu ao capitalismo se reproduzir até os nossos dias foi precisamente sua capacidade de mobilizar setores do proletariado como instrumentos de políticas racistas, machistas e favoráveis aos avanços da colonização. Aliás, ao lado da discriminação racial, a habilidade dos homens de recuperar a força perdida no local de trabalho à custa das mulheres, provavelmente evitou revoluções. (FEDERICI, 2021, p. 17)

Para Federici (2021), Marx ao analisar o trabalho como instrumento da acumulação capitalista e terreno do confronto entre a classe trabalhadora e o capital, ignorou as atividades que reproduzem a vida. Com isso, a autora declara que o trabalho doméstico e o trabalho de cuidados, empurrado para as mulheres ao longo da história do capitalismo, foi marginalizado ou até mesmo ocultado nos escritos de Karl Marx e pela tradição marxista. Considerando que a expansão do capital é por meio do salário, nas análises marxistas e da

esquerda, trabalhadores e trabalhadoras não assalariados, embutido o trabalho doméstico, estão fora da exploração capitalista

> De Lênin a Gramsci, toda a tradição da esquerda concordou com a "marginalidade" do trabalho doméstico para a reprodução do capital e com a marginalidade da dona de casa para a luta revolucionária. Para a esquerda, na condição de donas de casa, as mulheres não sofreram por causa da evolução capitalista, mas pela ausência dela. (FEDERICI, 2021, p. 25).

A autora questiona porque o trabalho doméstico foi considerado externo ao capital sem importância para luta revolucionária contra esse sistema, ou seja, para Marx a organização da casa, do espaço privado é teorizado como algo que talvez tenha surgido antes do sistema capitalista, e por isso não tenha qualquer relevância para transformação social. Outro fator, é que grande parte da esquerda marxista considera que a linha divisória entre o proletariado e o lumpemproletariado é o salário e, como consequência dessa análise temos a divisão e\ou desunião da classe trabalhadora pela própria divisão capitalista do trabalho. Contudo, para Federici (2021) a exploração do trabalho pelo capitalismo é mais eficaz na ausência do salário, ou seja, por trás dos trabalhadores e trabalhadoras assalariados existe um trabalho reprodutivo oculto, realizado dentro de casa, desempenhado ao longo da história majoritariamente por mulheres, que proporciona as condições para que haja produção capitalista.

Em suas observações, a autora enfatiza que o trabalho doméstico é uma das bases de sustentação da sociedade capitalista, isto é, não se resume nas tarefas da casa. A mão de obra feminina que cuida das crianças e dos maridos que trabalham de forma assalariada, gera ‘'o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho''(FEDERICI, 2021, p. 28).

Como já foi dito, para Federeci a esquerda percebeu a opressão feminina no capitalismo a partir da exclusão das mulheres pelo sistema econômico, assim, longe do desenvolvimento tecnológico e das fábricas elas passaram a pertencer a classe de trabalhadores não assalariadas. Contraditoriamente, a luta da esquerda pela situação opressiva das mulheres na sociedade não oferece o reconhecimento delas enquanto trabalhadoras. Segundo Federici (2021)

> [...] a luta que as esquerdas oferecem a pessoas não assalariadas, ‘'subdesenvolvidas'', não é a luta contra o capital, mas a luta a favor de formas de trabalho capitalistas mais racionalizadas, mais produtivas. Em nosso caso, elas não nos oferecem apenas o ‘'direito de trabalhar'' (isso elas oferecem a todo trabalhador ou trabalhadora), e sim o direito de trabalhar mais, ou seja, o direito de sermos mais exploradas. (ibid, p. 26).

A autora problematiza o papel da família, afirmando que a essência da ideologia capitalista é glorificar a família como "esfera privada" (FEDERICI, 2021, p. 36). Silvia

Federici discorre, que anterior aos anos de 1830, homens, mulheres e crianças trabalhavam nas fábricas inglesas cumprindo a mesma carga horária e exercendo praticamente as mesmas funções. As condições sanitárias na qual viviam os operários favorecem o aparecimento de doenças e levou a morte parte considerável dos trabalhadores. Nesse contexto, a luta dos operários por condições de trabalho teve como resposta do capital a constituição da família operária pelas condicionalidades de mão de obra disciplinadora. O patriarcado sustentou a ideia de que o espaço privado e, com ele, o trabalho doméstico não remunerado, é destinado ao feminino. Ou seja, a família como institucionalização do trabalho não assalariado, mesclou feminilidade e trabalho doméstico e ainda serviu como base para manter os homens como provedores, nesse sentido, o capitalismo lucrou em cima da responsabilidade masculina em manter a qualquer custo suas mulheres e crianças.

Nesse sentido, Federici afirma que foi a partir da apropriação da força de trabalho pelo capital que o trabalho doméstico se transformou em mão de obra capitalista. Para a autora, o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres é muito mais do que limpar a casa, pois está diretamente ligado à principal função da organização capitalista: produzir a força de trabalho.

> É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças - os trabalhadores do futuro -, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. (FEDERICI, 2019, p. 68)

Na mesma linha de pensamento, a filósofa marxista, Saffioti (2013) destaca que as mulheres sempre perderam os seus direitos em nome da família, e que essa organização social funciona como uma espécie de elemento que fortalece práticas disciplinadoras para homens e mulheres. A respeito disso, considera que a família além de normativa, pauta-se numa hierarquia que privilegia o poder pátrio, ou seja, o poder do homem, chefe de família, sobre a mulher. Saffioti (2004) traz duas análises dentro da sociologia acerca de poder nas relações de gênero: o primeiro, proposto por Max Webber, diz que o poder se exerce a partir da possibilidade de impor sua vontade, mesmo que esta seja contra toda a resistência. Portanto, distingue-se poder de dominação. A outra análise de poder, de origem marxista, foi classificada como um poder que está ligado à classe social. No entanto, a autora entende que esse conceito de poder não seria útil para responder questionamentos como a dimensão da dominação, opressão e exploração.

Em Teixeira (2015) vemos que a família tem ressurgido no contexto das políticas sociais ‘’pós-ajustes’’ como agente de proteção social dos seus membros. As propostas neoliberais centralizam a família na formulação e condução das políticas públicas, a tendência do chamado familismo reforça a família como a principal provedora de bem-estar,

isso é, enfatizando os cuidados pelo âmbito doméstico que reafirmam os papéis tradicionais e direcionam as responsabilidades para as mulheres.Para tanto, como já mencionado até aqui, as questões de gênero refletem o modo como as relações sociais, em diversos períodos históricos, classificaram as atividades de trabalho na esfera pública (mercado de trabalho) e privada (o lar e os afazeres domésticos).

Silvia Federici (2017) discorre que a divisão sexual do trabalho e o patriarcado são anteriores ao capitalismo, sendo às mulheres desde a acumulação primitiva exploradas sexualmente como produtoras de herdeiros, mas também como produtoras de trabalhadores. Diferente de Marx, que analisa a acumulação primitiva a partir da formação do proletariado masculino e assalariado e da produção de mercadorias, a autora expõe que a acumulação capitalista introduziu sim transformações na força de trabalho, mas principalmente na posição social da mulher e na produção da força de trabalho.

Federici (2017) utiliza o conceito de Marx sobre acumulação primitiva elaborado no Tomo I de O Capital, que discorre sobre uma reação feudal entre os séculos XVI e XVII como as bases para a estrutura demográfica e econômica do capitalismo. Entretanto, nesse processo, a autora repensa a interpretação de marxista sobre a sujeição das mulheres na formação da força de trabalho e na sua relação com os homens. Na obra A origem da família, da propriedade, e do Estado, de Engels (1884) a opressão feminina ocorreu a partir da propriedade privada, isto é, o surgimento de um excedente de produção foi o que transformou as relações das mulheres com os homens. A propriedade privada exigiu das mulheres uma rigorosa fidelidade, a necessidade masculina de herdeiros diretos com intuito de garantir a produção de sua linhagem e resguardar a propriedade fez surgir a família monogâmica. A função da mulher em procriar herdeiros legítimos não só colocou o homem numa posição sexual superior como elevou a posição masculina na ordem de herança e na hereditariedade, sendo assim, nas suposições de Marx e Engels o ato de procriar e cuidar dos filhos dividiu o trabalho, assim como foi o responsável por excluir as mulheres da produção socialmente necessária.

Contra esse ponto vista, Federici (2017) argumenta que a submissão feminina no sistema capitalista foi causada pela não remuneração do trabalho doméstico que passou a ser considerado improdutivo somado também ao assalariamento, que conferiu poder aos homens. A autora afirma que a função de reprodutora da mulher na sociedade capitalista não é datada na Idade Média, foi na transição do feudalismo para o capitalismo que os corpos femininos passaram a ser regulados pelo Estado. Na idade média as diferenças sociais eram estabelecidas entre os senhores, camponeses livres e camponeses servil, entre os que tinham a posse na terra e os sem terra que trabalhavam por um salário e também entre homens e mulheres. Embora as mulheres fossem excluídas dos cargos que se designavam os camponeses mais abastados, segundo a autora nos ‘’espaços comunais’’

da comunidade servil, a dependência das mulheres em relação aos homens estava diretamente ligada à autoridade dos senhores que tinham a posse das pessoas e da propriedade de seus servos

> Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho: todo o trabalho contribuía para o sustento familiar. As mulheres trabalhavam nos campos, além de criar os filhos, cozinhar, lavar, fiar e manter a horta; suas atividade domésticas não eram desvalorizadas e não supunham relações sociais diferentes das dos homens, tal como ocorreria em breve na economia monetária, quando o trabalho doméstico deixou de ser visto como um verdadeiro trabalho [...] na sociedade medieval, as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares e que a maioria das tarefas realizadas pelas servas (lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais nos campos comunais) era realizada em cooperação com outras mulheres, nos damos conta de que a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres [...] , a posição das mulheres nos feudos não pode ser tratada como se fosse uma realidade estática.16 O poder das mulheres e suas relações com os homens estavam determinados, a todo momento, pelas lutas de suas comunidades contra os senhores feudais e pelas mudanças que essas lutas produziam nas relações entre senhores e servos..(FEDERICI, 2017, p.52-53).

Os estudos de Federici (2017) sobre a organização do trabalho no feudalismo mostraram que as mulheres tinham acesso a terras e bens antes das sociedades pré-capitalistas. A autora esclarece que a introdução do capitalismo na acumulação primitiva não foi uma fase evolutiva do sistema feudal, mas o capitalismo foi uma resposta dos senhores feudais, dos mercadores patrícios, dos bispos e dos papas para pôr fim às lutas de mais de dois séculos com o proletariado medieval. E nesse período, que a autora chama de contrarrevolução da luta feudal é que ocorreu a redefinição do papel das mulheres na sociedade.

Nesse sentido, para Federici entre os menicanismos de contenção da crise do feudalismo e desenvolvimento do capitalismo está a criminalização do controle de natalidade, que significou a intensificação da opressão e violência contra as mulheres por parte dos homens. O controle da sexualidade feminina mudou a forma das mulheres de se relacionarem com a maternidade, ou seja, a consolidação do princípio da divisão sexual do trabalho, que empurrou as mulheres para um lugar de submissão, não foi por condições biológicas ou diferenças naturais entre homens e mulheres.

> as mulheres haviam contado com muitos métodos contraceptivos, que consistiam basicamente em ervas transformadas em poções e 'pessários' (supositórios vaginais) usados para estimular a menstruação, para provocar um aborto ou para criar uma condição de esterilidade (FEDERICI, 2017,p. 181)

Para Federici (2021) o fato de Marx não ter associado teoricamente gênero e família como objeto de análise crítica, não exclui a contribuição do filósofo para desvendar as

complexas formas de exploração das mulheres no capitalismo. A obra marxiana tem grande relevância na construção da teoria feminista, a totalidade que engloba o materialismo histórico enquanto metodologia, evidência que a “natureza humana” é produto da ação social, e sua análise auxilia na construção da relação entre sexo, raça e classe. Apesar das críticas feitas sobre as limitações de Marx, não podemos ignorar o seu legado, sendo é fundamental reconhecer suas análises sobre os efeitos do sistema capitalista na vida dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como para a construção de uma teoria feminista anticapitalista. Sobre a relevância da crítica de Marx ao capital na luta mulheres, a autora diz

> Escrever sobre gênero em Marx, portanto, é reconciliar dois pontos de vista sobre o tema. Por um lado, há os comentários de Marx dispersos por suas primeiras obras e pelo Livro I de O capital. Por outro, há as visões de feministas que utilizaram as teorias dele sobre a exploração capitalista e as aplicaram a uma análise do trabalho das mulheres e da organização da reprodução, buscando enraizar o feminismo em uma perspectiva anticapitalista/de classe. (FEDERICI, 2021, p.63).

Seja na construção de um feminismo anticapitalista, como nos movimentos sociais por justiça social, é essencial o pensamento de Marx sobre valor de troca, propriedade privada e a superação desse sistema pelos valores do comunismo. Ou seja. na teoria feminista deve conter o elemento de base a política dos comuns, que é repensar as relações sociais a partir dos interesses coletivos. Os comuns ou a forma de política comunitária ‘’busca expandir a cooperação social, destruir o controle do mercado e do Estado sobre nossas vidas, promover o compartilhamento de riqueza e, dessa forma, dar fim à acumulação capitalista’’ (FEDERICI, 2021, p. 95).

Mas a política feminista também aponta para os limites da construção teórica e metodológica de Marx que precisam ser atualizados e repensados. A luta pela libertação das mulheres não é subalterna ou complementar à luta de classes, ela é central para que seja possível acabar com o sistema capitalista. Nessa perspectiva, é necessário problematizar novas formas de pensar a constituição do trabalho e luta de classe, bem como, ultrapassar a percepção de Marx sobre o capitalismo ser uma condição necessária para a emancipação humana e um estágio para o alcance de uma nova sociedade livre de exploração, de que a barbárie e violência da acumulação primitiva podem retroceder com o avanço das forças produtivas. Depois de quinhentos anos de domínio do capital sobre o trabalho, retomando as palavras de Federici

> Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época. (FEDERICI, 2017, p, 27).

2.2 A desigualdade no mercado de trabalho: meritocracia e racismo

> Ser mulher preta e periférica é uma combinação explosiva quando se vive em um país racista, classista e machista. Essas duas condições juntas, automaticamente significa menos chances de desenvolvimento relativo ao mercado de trabalho ou acadêmico. (Souza, 2021)

Como reconhece Eurico (2013) existe um discurso dominante que desvaloriza a população negra, sua cultura e suas tradições, mas este perde legitimidade na medida que o debate racial avança. O protagonismo do movimento negro viabiliza respostas em ações como a criminalização do racismo e políticas afirmativas na educação. Assim, os debates sobre disparidade de gênero, desigualdade racial nas empresas, políticas de diversidade nas organizações públicas e a implementação de ações afirmativas na sociedade brasileira (BENTO 2007; SILVA 2018), se materializam em pesquisas que apontam para manutenção de privilégios historicamente construídos através de uma estrutura racista que, sustenta a manutenção das desigualdades entre brancos e não brancos (BENTO 2002;2014; SCHUCMAN 2012).

As pesquisas e obras sobre a concepção institucional do racismo ampliam os estudos sobre reprodução de privilégios da branquitude e a urgência na implementação de políticas de ações afirmativas. Schucman (2012), ao pensar os brancos e a branquitude como parte das relações sociais afirma que

> [...] a branquitude é entendida como uma posição em que os sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso e recursos materiais e simbólicos, guiados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantém e são preservados na contemporaneidade. ‘’ (SHUCMAN, 2012, p. 23)

Ou seja, a autora fala da necessidade de pensar a construção das raças e a opressão racial a partir do lugar do branco na sociedade. Lugar este, construído e fixado historicamente em uma identidade racial vista como padrão, passível de privilégios materiais e simbólicos que proporcionam para pessoas brancas vantagens que pode ser tanto visível quanto invisível. Dessa forma, se explica o branco ocupando ‘’lugares’’ de destaque na estrutura social e tendo maior acesso à riqueza socialmente produzida. E mesmo aqueles brancos que não detém bens materiais ou vivem na pobreza, mas ainda assim, a cor da sua pele gera implícitos positivos em detrimento aos outros não brancos. As diversas referências à noção de privilégios são igualmente reveladas por Bento (2002; 2014). Para autora, ocorre desde então, um silenciamento sobre o papel da branquitude na permanência das desigualdades raciais, desde a exploração escravagista da força de trabalho de africanos e seus descendentes até no processo de construção das identidades dos negros e negras. Tão logo percebem-se os frutos desse silenciamento na valorização

da discriminação racial, e evidenciam historicamente os aspectos que fazem do branco sinônimos de beleza, inteligência, força e humanidade.

Com base em Foucault, Shucman (2012) destaca que a branquitude se constrói sobre estruturas de poder voltadas para desigualdade racial. Os efeitos desse poder operam nas vantagens sociais dos brancos e também pelos mecanismos de discriminação que restringem a igualdade de oportunidades para pessoas negras. Nesse sentido, a autora demonstra as características das posições de poder da branquitude:

1- Invisibilidade ou fantasia de invisibilidade: A invisibilidade é uma característica da identidade racial branca porque as pessoas brancas não se percebem como racializadas, ou seja, a brancura se descreve como algo normal; a identidade racial branca se torna invisível de acordo com interesse dos sujeitos brancos; a branquitude é visível para os brancos que usam das vantagens com a consciência da sua brancura; tanto a invisibilidade quanto a visibilidade aparecem nos momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos. 2- Privilégios materiais: Pesquisas internacionais e estudos aqui no Brasil apontam que os privilégios materiais estão relacionados a branquitude, isto é, as pessoas brancas têm mais facilidades no acesso à habitação, à hipotecas, à educação, à oportunidade de empregos e a transferência de riqueza herdada entre gerações; no acesso ao ensino médio, na dinâmica do mercado de trabalho, nas condições materiais de vida e no acesso ao poder institucional e políticas públicas; a opressão racial beneficia não só capitalistas brancos como também brancos não capitalistas; a pobreza dos negros negros é efeito do racismo (HASENBALG, 1979). 3- Privilégio simbólico: Nos indivíduos classificados socialmente como brancos recaem atributos e significados positivos ligados à identidade racial a qual pertencem, tais como inteligência, beleza, educação e progresso; valorização da concepção estética e subjetiva da branquitude; tese unificadora de que a branquitude foi construída sócio- historicamente como o lugar racial da superioridade (SHUCMAN, 2012, p. 24-27).

Logo, para falar de como os sujeitos brancos agem para manter os privilégios, a autora traz a discussão de Bento (2022) de que esses privilégios são formados e permeados pelas relações de dominação no gênero, raça, classe e território, imposto e reatualizado através de um pacto, denominado pacto narcísico da branquitude. Considerando o silencio sobre o legado da escravidão para o brancos, nos espaços de trabalho, seja na esfera pública ou privada, as relações de raça e gênero estão no centro dos grupos considerados superiores e dos considerados inferiores. Não é a toa que majoritariamente os cargos de liderança são ocupados por homens brancos, isto é, essa interdição dos negros dos espaços de poder tem como fundamentação a supremacia branca, que excluí todos aqueles que não fazem parte deste grupo étnico-racial-social. Para Bento, o pacto narcísico da branquitude é o que faz naturalizar a desigualdade social entre negros e brancos.

> Então, é importante, tanto simbólica como concretamente, para os brancos, silenciarem em torno do papel que ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil. Este silêncio os protege e os desonera de qualquer responsabilidade como também protege os interesses de seu grupo racial. (BENTO, 2002, p. 29)

Nesse sentido, Bento afirma que a discriminação aos negros não é movida somente por preconceito de cor baseado na ideia de superioridade racial, mas por interesses dos brancos em perpetuarem os seus privilégios. Sendo assim, a lógica estrutural do racismo contribui para a produção da lógica do capital como também para a reprodução dos privilégios da branquitude. Entre os mecanismos do pacto da branquitude para a não supressão destes privilégios, está o discurso da meritocracia, utilizado para encobrir a desigualdade racial. A herança racial de um passado de escravidão e exclusão social dos negros é justificada pelo esforço, trabalho duro e capacidade dos brancos, e assim, os brancos acabam merecendo ocupar as vagas nas universidades, os cargos de direção e a sua permanência na elite econômica. Vejamos o que Bento (2002) diz sobre a discriminação no mercado de trabalho

> Assim, para entender como se reproduz cotidianamente a discriminação racial no interior das organizações, é necessário compreender as relações entre negro e branco, herdeiros beneficiários ou herdeiros expropriados de um mesmo processo histórico, partícipes de um mesmo cotidiano. É necessário compreender como as organizações, com suas concepções, suas práticas cotidianas na administração de recursos humanos, são personagens ativas dessa dinâmica de relações raciais, que tem gerado persistente exclusão ou subvalorização do trabalhador negro. (ibid, 2002, p 59)

Nessa concepção, de reprodução de privilégios através do silenciamento da branquitude e por parte das instituições, considero ser fundamental para manter a centralidade da discussão sobre interseccionalidade e branquitude, dialogar a partir de agora com diferentes intelectuais negras. Digo isto, porque nas bases teóricas do feminismo negro latino-americano esta o entendimento do racismo estrutural para além do terno propriamente.

Mencionando a obra: A perspectiva Interseccional de Lélia Gonzalez, Akotirene (2019) apresenta o conceito de interseccionalidade afirmando a antecipação conceitual da pensadora ‘’ que militante acadêmica, articulava, o racismo, o sexismo e a exploração capitalista’’ (ibid, p. 22). Akotirene, entende que nas bases de teorização sobre o conceito de interseccionalidade está a obra Mulheres, raça e classe da escritora estadunidense Angela Davi (1981). A esse respeito, a autora também cita o livro Ain’t I a Woman, de Bell Hooks, do mesmo ano. As duas obras demonstram metodologicamente a interseccionalidade posicionada no mesmo patamar analítico de raça e classe-gênero. E assim como Patrícia

Hill Collins afirma que não não existe hierarquia entre os eixos de opressão gerados pelo capitalismo e mantidos no cisheteropatriarcado.

Akotirene (2019) entende a interseccionalidade como epistemologia que

> [...] permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e as opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem. (ibid, p. 24)

Grada (2019), em seu livro Memórias da Plantação, desenvolve a reflexão de que, “raça e gênero”, são inseparáveis. A autora confronta a literatura do movimento feminista que, historicamente, atesta gênero como aúnica forma de opressão sofrida pelas mulheres. Grada afirma que gênero e raça são formas de opressão que se estabeleceram dentro do mesmo sistema, portanto, separar essas narrativas é manter a hierarquia racial entre mulheres brancas e negras.

Nas obras de Carneiro (2003) e Gonzalez (2020) se destacam o protagonismo do feminismo negro latino americano, com as suas lutas e demandas históricas e datas das suas conquistas. Nessa mesma linha de pensamento, as duas autoras apresentam críticas ao movimento feminista ocidental. Argumentam que o feminismo ocidental dos anos de 1960 e 1970 se sustenta na definição contra a opressão de gênero, mas não aborda as outras discriminações sofridas pelas mulheres, a de caráter racial.

Gonzalez (2020) argumenta que ‘”geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são as referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial” (ibid, 2020, p.13). A autora fala de maneira profunda do estabelecimento de raça e gênero enquanto ideologias de dominação. Afirma que o esquecimento da questão racial está nas bases do feminismo, que tem uma visão de mundo eurocêntrica neo-colonialista da realidade.

Com a mesma proposta teórica, Sueli Carneiro (2003) pensa na dimensão racial no feminismo ocidental, que fica escondida no mito da democracia racial. Nesses termos, é possível pensar que o feminismo se estabeleceu nos meandros do capitalismo, e esse sistema de produção se desenvolveu pela exploração de gênero e raça, por esta razão, o feminismo não se coloca contra esse sistema. Nas palavras da autora

> [...] o feminismo, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como são as sociedades latino-americanas, tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades “ (CARNEIRO, 2003, p. 2).

A afirmação de Carneiro faz surgir muitas perguntas. Feminismo pra quem? Qual mulher a teoria feminista contempla? A autora responde de forma objetiva, que desde a colonização das Américas as mulheres negras e índias trabalhavam juntos como homens,

nunca foram vistas como sexo frágil. Enquanto as mulheres brancas tentavam conquistar o mundo da rua, as não brancas continuavam no lugar servil. Nesse sentido, Djamila Ribeiro (2018) destaca que a situação da mulher negra é diferente da mulher branca. Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto aberto, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas. As mulheres negras e trabalhadoras que enfrentavam as discriminações constantes, não compartilhavam das reivindicações do movimento feminista da metade do século XIX e início do século XX, na Inglaterra e Estados Unidos. Para a população negra, especialmente às mulheres, trabalhar é uma realidade bem antiga que a luta feminista branca não compreendia.

> Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão. (DAVIS, 2016, p. 17).

O racismo institucional está no cerne da divisão sociotecnica do trabalho, e enquanto sistema repressivo que, desvaloriza negros e negras, é mais uma ferramenta de manutenção do capital como sistema de exploração do trabalho.

Na década de 80, Carneiro (1985) já denunciava a situação desconfortável das mulheres no Brasil e em São Paulo: Com base em dados do censo de 1980, ela mostrou que as mulheres negras estavam em desvantagem social por questões raciais relativas ao acesso à educação. Mais de trinta anos depois e a situação revelada no estudo acima citado não mudou.O neogolpismo (Araújo e Pereira, 2018) que arrancou a única mulher eleita à presidência do país provocou efeitos nefastos principalmente para as mulheres negras Vejamos alguns índices de pesquisas:

De acordo com o IBGE, em 2018 a dimensão educacional revelou grande desigualdade existente entre as mulheres, segundo sua cor ou raça: 23,5% das mulheres brancas tinham ensino superior completo, um percentual de 2,3 vezes maior que o de mulheres pretas ou pardas que concluíram esse nível de ensino. Segundo o registro censitário de 2019 tanto nas ocupações formais quanto nas informais, trabalhadores brancos recebem consideravelmente mais que pretos e pardos. Mas a diferença de salário médio chega a 73% para os homens brancos, que têm vantagem quando comparados às mulheres brancas e às mulheres e homens negros. Ou seja, as mulheres negras recebem menos da metade do salário de um homem branco. Esses dados revelam ainda que a mulher negra trabalhadora continua recebendo a menor remuneração em comparação ao homem negro, à mulher e ao homem branco. O censo de 2019 apontou também que tanto nas ocupações formais quanto nas informais, trabalhadores brancos recebem consideravelmente mais que pretos e pardos.

A pesquisa encomendada em julho de 2022 pela Fundação Getúlio Vargas usou

dados do IBGE para comparar que no primeiro trimestre de 2022 a taxa de desemprego entre as mulheres negras apresentou uma forte queda em relação ao primeiro trimestre de 2021, mas permaneceu na casa dos dois dígitos (16,3%) e distante dos demais grupos demográficos. Os 16,3% representam mais de 4,1 milhões de mulheres negras desempregadas no país. Outro dado divulgado pelo indicador de ocupação mostra que entre janeiro e março de 2022, das 49 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, somente (51;2 %) que corresponde a metade estavam no mercado de trabalho. Em comparação aos homens brancos esse índice sobe para (72.2%). A pesquisa serviu de fonte para matéria do site de notícias G1.

De acordo com a pesquisa desenvolvida pelo Dieese, em 2022, (53,3%) das famílias chefiadas por mulheres negras não têm acesso a nenhum benefício trabalhista. Das subocupadas (7,8%) delas estavam nessa condição, enquanto entre os homens, o percentual de desocupação ficou em (5,1%). Quando se analisa essa informação por cor/raça, o percentual de trabalhadoras negras subocupadas, ou seja, que trabalharam menos de 40 horas, mas gostariam de trabalhar mais foi de (9,3%) maior do que o registrado entre as não negras, que ficou em (6,1%). A mesma pesquisa também revelou que a taxa de desalento, desocupação e subocupação registrou (30,2%) para as mulheres negras e, entre as não negras, em (19,2%).

Os dados mostrados acima evidenciam a histórica desvantagem socioeconômica das mulheres negras em nossa sociedade. E a insegurança das mulheres negras se impõe atualmente no contexto brasileiro de retirada de direitos através das contrarreformas do estado. Portanto, contextualizo a seguir de que maneira a reforma trabalhista aprovada em 2017, sob Lei número 13.467/2017 e a reforma da previdência aprovada em 2019, sob a emenda constitucional nº103/2019, impactaram na realidade das mulheres negras e no seu modo de vivenciar o mundo do trabalho a que estão inseridas.

Diante do exposto, me baseio nas intelectuais acima citadas, para pensar que hoje o feminismo negro é o maior instrumento epistemológico de luta contra sistema de subordinação étnica que estrutura a exploração de classe e discriminação racial no mundo.O feminismo afro-latino-americano como o grande protagonista enquanto movimento de oposição ao sistema. dialoga com outros movimentos, para revelar de maneira crítica a dinâmica social, econômica e política dos países capitalistas centrais e periféricos. Por ora, penso no poema Tempo de nos aquilombar, de Conceição Evaristo que, alerta, mas pede cautela, ela diz que *“é tempo de caminhar em fingindo silêncio, e buscar o momento certo de grito*". Vejo que é tempo de pensar sim uma nova ordem societária, não somente na superação do capital, mas em uma sociedade sem exploração de classe, gênero, e divisões de grupos humanos por cor da pele. Mas devemos estar atentos, pois o capitalismo lança

mão de necropoliticas[6] para esmagar qualquer vestígio de ameaça à sua acumulação.

2.3 O que foi o golpe de 2016? Uma discussão sobre as (contra)reformas do Estado e seus impactos na vida das mulheres negras

Os últimos acontecimentos de ataque à previdência e de flexibilização das políticas de proteção social no Brasil são frutos diretos do golpe de estado que ocorreu no país em 2016 e destituiu do governo a então presidente Dilma Rousself. Mas antes de descrever as circunstâncias e interesses que moveram o golpe é necessário verificar alguns aspectos da macroeconomia estrutural da economia global e também da nova geopolítica do imperialismo, assim como, no cenário brasileiro repensar a política dos governos anteriores ao PT.

Na última década vemos a ascensão política de grupos de extrema direita com base antidemocrática em países de democracia liberal. Em vários países cresceu o patriotismo atrelado ao discurso de ódio nas redes sociais e violência praticada por grupos assumidamente racistas. No parlamento Alemão e na Itália neonazistas assumindo o poder, nos Estados Unidos a vitória de Trump, concomitante ao trumpismo, na Escandinávia, Turquia e Leste Europeu vemos chegar ao poder líderes que atacam os direitos humanos e, o Brexit sendo conduzido pela xenofobia. (BROWN, 2019). Visto que, o discurso contemporâneo da nova extrema direita combina liberdade econômica, nacionalismo, cristianismo e racismo, a autora observa esse fenômeno falando sobre a dificuldade de conceituar o que está acontecendo. Para Brown, estamos diante de aspectos já conhecidos do neoliberalismo como favorecimento do capital, desmonte do Estado social, retirada de direitos trabalhistas, ódio ao estado e exaltação da liberdade, unificado com valores que até então eram opostos a estes, como autoritarismo, moralidade e crescente reivindicação por apoio estatal em setores da economia.

O Brasil não ficou inerte aos últimos acontecimentos mundiais. Para começar, o golpe de 2016 quebrou um ciclo de governos de esquerda desde a eleição de Lula em 2003, sobre o cenário complexo que envolve o golpe, Alves (2016) conclui

> Para que possamos conhecer a natureza essencial do golpe de Estado ocorrido no Brasil em 2016 temos que levar em consideração não apenas a processualidade imediata da conjuntura política nacional, com os bastidores do jogo de poder entre PT, PMDB e PSDB e as articulações sinistras entre Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal e Polícia Federal no seio do aparelho de Estado, ao lado da Operação Lava-Jato e a intensa manipulação da opinião pública pela grande imprensa, com

[6] Necropolítica: Trata-se da vida subjugada ao poder da morte através de políticas de morte em países colonizados. Segundo Mbembe, a necroplítica são as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte e reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. (ACHILLE MBEMBE, 2016, p. 146)

destaque para a TV Globo. (ALVES, 2016, p.01)

Santos (2012) indica que depois da redemocratização do país, no contexto das décadas de 1980 e 1990 houve a ampliação dos espaços democráticos e criação de centrais sindicais. Apesar de que ao longo da década de 80 permaneceu o padrão de superexploração da força de trabalho através do baixo custo dos salários. A característica determinante da economia daquela década estava concentrada no setor produtivo estatal, no capital nacional e capital internacional.

Ainda de acordo com Santos (2012), a partir dos anos 90 a política neoliberal entrou no país por meio da adoção de políticas de combate à inflação para estabilizar a economia. O governo Collor de Mello permitiu que as empresas transnacionais e as suas subsidiárias no Brasil implementassem medidas de flexibilização inspiradas no toyotismo. A reorganização das empresas brasileiras teve como foco a competitividade internacional. Durante os dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso o crescimento do setor de serviço se intensificou. O aperfeiçoamento dos sistemas just-in-time e Kanban foram acompanhados pela expansão do trabalho em call-centers e telemarketing das empresas de tecnologia. Isso significou uma forte redução dos empregos formalizados e abriu espaço para a terceirização e a informalidade.

Durante os governos de Lula inicialmente foi mantida a política econômica de FHC, mas ao mesmo tempo que beneficiava o capital financeiro, o governo tomou medidas com uma política de cunho social-liberal com políticas assistencialistas focadas no combate à miséria. Lula implementou programas para estabilizar a economia e superar a inflação, como por exemplo, a unificação dos programas de transferência de renda pelo Bolsa Família, assim, as famílias em vulnerabilidade social aumentaram o seu poder de consumo. A concentração de renda e a desigualdade social permaneceram, mas entre os anos de 2003-2010 houve significativa valorização do salário mínimo. (ANTUNES, 2018). Outros mecanismos implementados pelo governo Lula para enfrentamento da questão social foram o Fome Zero e a implementação do Sistema único de assistência social, o SUAS (SANTOS, 2012).

Como argumenta Antunes, comparado a política anterior, o governo Lula diminuiu os índices de desemprego e elevou os postos de trabalho formais. No contexto da crise de 2008 a orientação neoliberal no país foi encaminhada da seguinte forma

> Quando a crise atingiu fortemente os países capitalistas centrais a partir de 2008, o governo Lula tomou medidas claras no sentido de incentivar, através do Estado, a retomada do crescimento econômico, com a redução de impostos em setores fundamentais da economia, como o automobilístico, o de eletrodoméstico e o da construção civil, todos eles expressivos incorporadores de força de trabalho. Assim, estimulou a expansão do mercado interno brasileiro, para compensar a retração do

> mercado externo, que reduziu a procura pelas commodittes produzidas no Brasil. Combinando uma política de de privatização baseada nas parcerias público-privadas (PPP), seu governo ainda incentivou bastante a transnacionalização de vários setores da burguesia brasileira (de que foi exemplo o da construção civil), que passaram a investir em outras partes do mundo, sempre com o apoio decisivo dos governos do PT. (ANTUNES, 2018, p. 138)

A grande popularidade obtida por Lula garantiu a permanência do PT no comando do país, a eleição de Dilma deu continuidade nos programas e na condução da política econômica dos governos Lula, o receituário social-liberal garantiu a sua reeleição em 2014. Mas, de acordo com Alves (2016), o cenário global gerado pela crise financeira de 2008/2009 trouxe instabilidade não só para economia internacional, mas provocou mudanças na situação econômica, social e política do Brasil.

Desde a entrada da década de 2010, a classe média brasileira, impulsionada pela crise da economia latino americana e pela preservação do poder do dólar, seguiu a tradição de golpes-brancos de estado. Esses golpes vinham sendo orquestrados pelos Estados Unidos em países cuja política pós-neoliberal não favorece os interesses do desenvolvimento do capitalismo global .Sobre os passos que se desenvolveram depois da crise financeira dos Estados Unidos, Alves (2016) observa

> A recessão nas economias da União Europeia e do Japão, além do baixo crescimento do PIB norte-americano, demonstraram a inversão da conjuntura da economia global. [..] Países capitalistas como Brasil, Argentina e Venezuela, por exemplo, tiveram na década de 2000, um ciclo de expansão ou choque de capitalismo vinculados ao crescimento da economia chinesa e ao boom do preço das commodities. Foram os anos dourados do neodesenvolvimentismo e constituição do movimento de articulação de países capitalistas não alinhados com o Império Neoliberal (os BRICs). [...] Na virada para a década de 2010, a crise das economias latino-americanas lastreadas nas commodities tornou-se aliada da política reacionária das oligarquias locais de direita vinculadas aos interesses geopolíticos do Departamento de Estado norte-americano. [...] A experiência do “golpe branco” ocorrido no Paraguai em 2012 serviu de laboratórios políticos para se derrubar governos mantendo-se a aparência de legalidade democrática. Essa estratégia de subversão hegemônica (o “golpe branco”) seria utilizado no Brasil em 2016. (ibid, 2016, p. 11)

Para Antunes (2018) vale destacar que desde 2008 no cenário internacional as manifestações de massa ocupavam os espaços públicos, como as ruas e praças. No cenário político brasileiro de 2013 ressurgiram os escândalos de corrupção do PT desde o mensalão até o desencadeamento na Lava-jato. A Copa das Confederações que, excluiu dos estágios negros e pobres, serviu de palco para demonstrar a insatisfação da classe média branca com o governo Dilma. As jornadas de junho de 2013, inicialmente formada pela juventude estudantil reivindicando transporte público de qualidade, começa a demonstrar o interesse de outros setores, principalmente os que estão no comando da classe média. Naquele momento a presença da direita era mascarada pelo teor apolítico das manifestações originadas pelo movimento do passe livre.

No Brasil, a explosão popular de 2013 agrupava demandas diversas, nesta conjuntura a direita se organizou fazendo frente ao descontentamento das camadas médias assalariadas que reivindicavam melhorias na oferta das políticas públicas como transporte público, saúde e educação pública de qualidade. Além do cenário de crise econômica, a direita teve como aliado o trabalho da imprensa na destruição do partido dos trabalhadores. Nesse ponto, Alves (2016) sublinha também a importância da Copa Mundo de 2014 como o marco da virada das forças reacionárias no Brasil, ele diz que ‘’a derrota para a Alemanha por 7×1 tornou-se a metáfora da tragédia farsesca no Brasil’’. (ibid, 2016, p. 12).

Mas ao contrário do que a direita previa, a vontade do povo nas eleições de 2014 foi reeleger Dilma para um segundo mandato. Já reeleita, Antunes destaca que uma das primeiras medidas do governo Dilma serviu também aos opositores para o pedido de impeachment

> [...] em outubro de 2014, Dilma nomeou para ministro da fazenda um nome escolhido entre representantes dos maiores bancos privados do país. Coube a Joaquim Levy implementar um ajuste fiscal profundamente recessivo, que começou com o apoio de todas as grandes frações do capital, mas que, ao intensificar a recessão e aumentar os juros de forma explosiva ao longo de 2015, começou a despertar um crescente descontentamento dos setores industriais. A dimensão aumentou na medida em que os empresários viram seus lucros se reduzirem significativamente frente ao um PIB que encolhia. Em dezembro de 2015 já era possível constatar que o descontentamento empresarial havia se convertido em clara oposição política ao governo.(ANTUNES, 2018, p. 265)

Entre os anos de 2013 e 2014 o clamor por mudança na política amparou a construção de um ódio social, inicialmente por parte da classe média voltado para as políticas sociais de transferência de renda e as ações afirmativas. Segundo Souza (2016), a direita conservadora passou não só a negar os investimentos do PT em saúde e educação como associava as políticas de direitos humanos à ausência de investimentos em outros setores. Fruto de um medo pela perda de privilégios, o rancor da classe média branca com o acesso de negros e pobres nos últimos anos aos espaços elitizados pela branquitude serviu de base para o avanço ideológico de outro discurso, o moralista, depois claramente fascista, propagado pela direita reacionária contra o partido dos trabalhalhadores. As pautas e projetos de combate a desigualdade social ou qualquer outra bandeira defendida dentro dos partidos de esquerda na luta por justiça social passaram a ser sinônimo de perversidade e imoralidade. Presenciamos um crescimento avassalador do conservadorismo avesso à ampliação de direitos para as mulheres e populações negras ou LGBTs, combinado com a propagação de notícias falsas pelas redes sociais. Engrossando esse caldo estavam os líderes religiosos de denominações evangélicas e católicas que entraram na luta contra o ‘’comunismo’’ e a ‘’ideologia de gênero’’ nas escolas. O resgate da moralidade teve como principal figura o juiz Sérgio Moro.

> Foi esse medo, representado pela rápida ascensão social de setores

> populares, que ajudou a consolidar uma barreira de classe ao projeto inclusivo do PT. Faltava a narrativa adequada, um discurso que tornasse racional o medo irracional, e um líder carismático com o mesmo peso que Lula linha junto às classes populares. O discurso foi o moralismo de ocasião típico do combate seletivo à corrupção que já discutimos. O líder carismático foi o juiz Sérgio Moro, que “exemplificava” e sintetizava nas suas maneiras e nas suas ações, ou seja, na sua estética e na sua moral, os anseios dessa classe por uma higiene moral redentora do país (SOUZA, 2016, p. 86)

A operação lava-jato foi denominada pela mídia como a maior operação anticorrupção da história do Brasil. Em 2015, ao passo que o país caminhava para o golpe, a liderança política do PMDB no governo, sua presidência no senado e na câmara dos deputados faziam frente contra as acusações de Dilma, dizendo que a presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso. Sobre isso Souza argumenta

> A divisão de trabalho entre o linchamento televisivo e os vazamentos seletivos produziu dois efeitos conjugados que se retroalimentaram. O cerceamento da defesa das acusações sem provas se dava tanto na dimensão das ruas, com os panelaços e as vaias sempre que a presidenta fazia pronunciamentos públicos procurando se defender, quanto na esfera processual. O juiz Sérgio Moro passou a transformar- prisões temporárias de cinco dias prorrogáveis por mais cinco em prisões preventivas, que se alongavam por meses a fio. Os recursos levados às instâncias superiores eram invariavelmente recusados. (SOUZA, 2016, p. 112)

O processo de impeachment de Dilma Rousseff teve início em dois de dezembro de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com transmissão ao vivo, o golpe branco se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma. Alves (2016) reconhece o golpe de estado pela entrada antidemocrática da direita no poder através de Michel Temer

> O governo Temer como governo ilegítimo adquiriu em 2016 o caráter de governo de transição com uma missão suprema: reestruturar o capitalismo brasileiro de acordo com a agenda neoliberal dando-lhe novo fôlego na América Latina para o Projeto hegemônico dos EUA (ALVES, 2016, p.13)

O cenário político e social depois do Golpe de 2016 é marcado pelo desmonte de políticas públicas e desinvestimento em áreas estratégicas. Longe de tentar combater a estagnação econômica, a escalada da direita ao poder com Temer e depois Bolsonaro, promoveu transformações em termos gerais para a classe trabalhadora, mas que atingiram especificamente as mulheres. As contrarreformas trabalhista e previdenciária potencializam o quadro de exploração da classe trabalhadora, pois as medidas ajustadoras, ao invés de combater o desemprego e garantir o acesso dos trabalhadores à seguridade social, trouxeram mais retrocessos aos direitos sociais e trabalhistas. (PRÁXIS, 2022)

Logo após o golpe, o ataque à seguridade social teve início pela Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os investimentos do governo federal por vinte anos para a Assistência Social, Educação e Saúde. Os contornos que consolidaram a emenda de congelamento e mudaram a realidade social do Brasil atual, estão sendo reafirmados através de dados de pesquisa. As estimativas do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontam que em 2022 a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres, sendo que dos 75 milhões de lares visitados, (50,8%) tinham liderança feminina. Ainda de acordo com o Dieese, em 2022 as famílias monoparentais com filhos e chefia feminina representaram cerca de 14,7% dos arranjos em comparação daquelas com chefia masculina. E levando em conta que as mulheres não enfrentam as mesmas dificuldades de classe, o estudo marcou a especificidade de diferenças entre elas pela raça. Sendo assim, no terceiro trimestre de 2022, o Dieese apontou que as mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%). No caso das famílias chefiadas por mulheres negras com filhos, os dados apontam que (20,6%) são trabalhadoras domésticas sem carteira; (15,1%) trabalhavam sem carteira no setor público ou privado; e 17,6% eram autônomas sem CNPJ.

Sendo assim, os dados evidenciam que seis anos após a redução de financiamento das políticas públicas não resultaram somente na precarização dos equipamentos de saúde e assistência (PRÁXIS, 2022) mas os impactos objetivos no corte de investimentos governamentais na saúde pública (SUS), educação pública e assistência social foram mais sentidos no cotidiano das famílias em vulnerabilidade, que corresponde em maioria às chefiadas pelas mulheres negras. Isso vem expressando no Brasil um efeito de mercantilização dos direitos, por exemplo o SUS e a educação sendo substituídos pela esfera privada dos planos de saúde e colégios particulares para os que podem pagar e, a política de assistência social sendo colocada de lado obriga a família a prover o bem-estar dos seus membros. O corte de investimentos governamentais se torna mais devastador para as mulheres negras em virtude da nossa desigualdade social amparada pelo racismo estrutural. Sobre as medidas tomadas pelo governo para conter a estagnação econômica, Teixeira (2020) observa

> Quanto menor o acesso às políticas públicas e maior o nível de pobreza das famílias, maiores são as dificuldades para as mulheres se inserirem na atividade econômica remunerada. No Brasil, país de características históricas e estruturais marcadas pela pobreza, profunda desigualdade social, precária estruturação do mercado de trabalho e alta concentração de renda, as múltiplas dimensões dessa gritante desigualdade se expressam de forma diferenciada dependendo do gênero e da cor ou raça. (ibid, 2020, p. 1-2)

No sentido de precarização dos trabalhadores assalariados está a reforma trabalhista de 2017. Com o véu de ‘’modernização trabalhista’’ a reforma promoveu mudanças estruturais para o mundo do trabalho desde a consolidação da CLT. De acordo com o (CESIT, 2017) o processo de modernização das relações de trabalho para se adaptar ao mercado competitivo e globalizado, esconde o desmonte da CLT e o fim da Justiça do Trabalho. Dentre as principais mudanças feitas pela reforma e seus impactos para os trabalhadores estão: o aumento do trabalho informal e das condições menos estáveis de trabalho, com modelos que permite legalmente o contrato de trabalho intermitente; fim da obrigatoriedade de contribuição sindical, com a redução do poder de mediação e negociação dos sindicatos, substituído pela negociação direta entre empregador e empregado; suspensão da obrigatoriedade do pagamento de horas in itinere (deslocamento até o trabalho) e do pagamento de horas-extra em detrimento do banco de horas. (PROJURIS, 2020). A lei instituiu ainda que as férias poderão ser divididas em até três períodos de descanso; nenhum dos períodos pode ser menor do que cinco dias corridos, e um deles deve ser maior do que 14 dias corridos; a regulamentação do teletrabalho, conhecido como home-office; a possibilidade de grávidas trabalharem em condições insalubres; atualmente, elas não podem trabalhar em ambiente insalubre, em nenhuma hipótese; regulamentação da pejotização, ou seja, o profissional poderá prestar serviços de forma contínua e para uma única empresa sem que isso seja caracterizado como vínculo empregatício (TEIXEIRA e PINHO, 2018, p 22).

Observando as medidas da reforma a partir do seu principal fundamento proposto pelo governo de Michel Temer que era gerar emprego, podemos afirmar que o efeito foi totalmente o oposto. Quatro anos depois da implementação da reforma, uma matéria divulgada pela CartaCapital mostrou que as mudanças na legislação trabalhista afetaram negativamente a dinâmica econômica do país. De acordo com a matéria, o IBGE registrou que em 2022, o Brasil tinha cerca de 14,1 milhões de pessoas em busca de emprego; 7,3% a mais do que no mesmo período de 2021. A taxa de trabalhadores sem carteira assinada chegou a (40,8%) da população ocupada. No ano anterior, 2021, o índice foi de 14.8 milhões de desempregados, o maior nível registrado desde 2012.

A permissão de contratos intermitentes através da reforma, nada mais é que a precarização da precarização. O curto prazo de validade dos contratos intermitentes além de ter diminuído potencialmente a estabilidade dos trabalhadores no emprego excluiu muitos direitos que eram garantidos pela carteira assinada. A realidade é que os contratos têm um curto prazo de validade e o excesso de renovação por diferentes empresas faz com que os profissionais aceitem a redução nos salários e também fiquem longe de gozar de férias remuneradas, rescisão no momento da demissão e saque dos 40% do FGTS, sem falar nos critérios para alcance dos direitos previdenciários como auxílio desemprego, auxílio doença

e licença maternidade. Para Cesist (2017) e Lolatto (2019) os efeitos da contrarreforma trabalhista causaram o fortalecimento e a ampliação das desigualdades para população mais vulnerável que são os jovens, as mulheres, negros e negras.

> [...} elas compõem a maior fatia do chamado setor informal no mundo do trabalho, se tornam “empreendedoras” que trabalham em casa ou nas ruas sem qualquer cobertura para acidentes ou doenças decorrentes do trabalho; são as que contam com menores remunerações, em comparação aos homens’ (LOLATTO, 2019, p. 138)

Fruto desse compromisso do governo brasileiro com a agenda neoliberal, em 2019 tem mais uma Emenda Constitucional de ataque à Seguridade Social expressa na Constituição de 1988. De acordo com o artigo 194, o tripé da seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.(BRASIL, 1988). A proposta de Emenda à Constituição n. 6, sobre a Reforma da Previdência de Jair Bolsonaro usou como principal argumento a elevação dos gastos públicos devido ao aumento da expectativa de vida dos brasileiros e consequentemente o aumento do número de idosos aposentados no país. As alterações previdenciárias impostas afeta todos os brasileiros que contribuem ou não com a previdência social, mas de acordo com Teixeira (2020) as novas regras que foram impostas pelo governo se voltaram com mais intensidade para as mulheres, seja por meio da ampliação da idade mínima para a aposentadoria por idade urbana de 60 para 62 anos, com 15 anos de tempo de contribuição e, para receber 100% do valor do benefício será necessário 30 anos de contribuição ininterruptas, assim como no corte 40% do valor pago na pensão de morte. Após a reforma não é mais possível solicitar a aposentadoria por tempo de contribuição, ou seja, é obrigatório que as mulheres tenham 62 anos de idade e os homens 65 anos, independente de já terem completado os anos de contribuição, isto é, as mudanças implicaram em regras de transição que somam pontos com idade mínima e tempo de contribuição. Para Teixeira (2020)

> As exigências de idade mínima e a ampliação do tempo de contribuição forçará a permanência das mulheres por mais tempo no mercado de trabalho cujas características como a elevada informalidade, rotatividade e desemprego de longa duração afetam mais as mulheres [...] Assim, a formalização e a proteção social convivem lado a lado com a ilegalidade, a precariedade e a vulnerabilidade social, são milhões de mulheres que transitam entre o desemprego aberto e oculto e trabalhos com jornadas insuficientes, por conta própria ou informais. A impossibilidade de manter contribuições regulares por um período mais longo de tempo por aquelas que circulam no mercado de trabalho mostra o quanto já é difícil para a maioria conseguir cumprir o atual mínimo de 15 anos de contribuição. (TEIXEIRA, 2020, p.1-2)

As mulheres e as mulheres negras, como já mencionadas, historicamente sempre ocuparam os postos informais de trabalho sem carteira assinada. Em comparação com as brancas, as mulheres negras sempre foram as menos valorizadas, ou seja, desde de muito cedo experimentaram a precariedade do mercado de trabalho brasileiro. (BENTO, 1995). Sendo que as mulheres negras foram as primeiras trabalhadoras, mesmo no período de escravidão das pessoas negras elas já tabalhavam para comprar a carta de alforria e depois da ‘’libertação’ trabalhavam vendendo seus quitutes para manter suas famílias. É importante ressaltar, que a desigualdade racial no mercado de trabalho não se refere somente aos estudos que situam o passado escravagista do Brasil, estou também atrelando a reprodução das desigualdades raciais no Brasil aos interesses particulares da branquitude

> [...] destacam-se velhos credos que atribulam as desigualdades raciais da atualidade a um difuso legado do passado escravista que não por coincidência teria incidido exclusivamente sobre os descendentes de escravos dado que os estudiosos nunca se referiram ao legado do escravismo sobre os brancos mas tão somente sobre negros Tratar se-ia portanto de um pais composto apenas por ex-escravos sem a contrapartida da presença de ex escravocratas. (ibid, 1995, p. 482-483)

Os vínculos frágeis, cada vez mais comum em espaços públicos administrados por organizações sociais (OS) e a entrada cada vez maior de empresas terceirizadas no quadro de profissionais para as funções de menor escolaridade como limpeza, portaria, almoxarifado, provocam a incerteza e adoecimento dos pobres e trabalhadores (ANTUNES, 2018). Nos últimos anos o medo crescente do desemprego deixou a classe trabalhadora brasileira sem opção, pois todos precisam trabalhar e por consequência aceitam essa afronta neoliberal aos seus direitos. Nesse sentido, concordo com Menezes (2019) ao afirmar que além dos textos das reformas explicitarem a exploração da classe trabalhadora e restringirem o acesso das mulheres ao direito de aposentadoria, as novas leis trabalhistas ‘’realoca a população negra e mulher num contexto histórico de desigualdades’’ (MENEZES, 2019, p. 9).

3. O lugar da trabalhadora negra é mesmo onde ela quiser?

Conforme exposto anteriormente, este último capítulo mostra de que modo os paradigmas teóricos abordados se concretizam, por meio da análise de notícias veiculadas em diferentes mídias de internet, selecionadas ao longo do meu processo de pesquisa.

Para analisar as relações raciais de gênero no mercado de trabalho, penso que é de suma importância fazer menção a uma frase que é repetida diariamente em redes sociais, programas de televisão e revistas, repetida também por muitas mulheres nas mobilizações urbanas e coletivos femininos . Quem nunca escutou: lugar de mulher é onde ela quiser.

Com base no pensamento decolonial essa afirmativa aponta para uma universalização das pautas feministas, ligadas às narrativas de que na nossa sociedade as questões de desigualdade de gênero refletem da mesma forma em todas as mulheres, fatores de classe, raça, etnia e religião são problemáticas a parte da opressão de gênero. Percebemos que essa e muitas outras frases ganharam destaque na mídia quando o assunto é sobre o lugar que a mulher ocupa no mundo corporativo. A frase ‘’Lugar de mulher é onde ela quiser’’ quando dita é sempre em contextos que reforçam a ideia de igualdade feminina, de um feminismo unificado e coletivo, e principalmente, constrói a noção de liberdade de escolha e protagonismo para todas as mulheres.

Desde os movimentos que debatem a centralidade da condição feminina no capitalismo contemporâneo e a busca das mulheres por autonomia enquanto classe trabalhadora (FEDERICI, 2020) somados aos movimentos sociais de temáticas lgbtqia+ e de igualdade racial têm sido substituídos ou transformadas em pautas de empoderamento e soam como método para superação das desigualdades sociais, mas sem mexer nas estruturas que envolvem a relação capital/trabalho. Segundo Castelo (2011) às respostas à questão social junto aos movimentos que buscam por emancipação foi capturado pelo discurso social- liberal, por outro lado, nessa variante ideológica do neoliberalismo

> promove-se um sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social. Ou seja, as desigualdades sócio-econômicas deixaram de ser uma solução para questões específicas do capitalismo e passaram a ser um dilema social a ser tratado pela burguesia e seus intelectuais. Assim, as classes dominantes promoveram uma ofensiva na direção das bandeiras ideológicas da esquerda, tradicionalmente vinculadas às lutas igualitaristas. O que antes era um ideal progressista passou a ter novos significados políticos e culturais após a ofensiva conservadora. (CASTELO, 2011, p. 250)

Ainda de acordo com Castelo (2011) o social-liberalismo consiste em uma reorganização político-ideológica do projeto neoliberal com objetivo de retomar a hegemonia ideológica desse projeto, alcançada nos anos de 1980. A determinação principal é derrubar as fronteiras ideológicas entres as esquerdas e as direitas e assim trazer a noção de

consenso no combate às desigualdades. Com a maior atuação política dos movimentos sociais, até mesmo dos que fazem oposição as bases conservadoras do neoliberalismo, a ideologia social-liberal passa a impressão de legitimidade à democracia representativa, tanto à esquerda quanto direita passaram a reconhecer ‘’que as desigualdades devem ser combatidas, mas também a impossibilidade de superá-las, dadas as diferenças entre os indivíduos’’ (CASTELO, 2011, p. 151).

Nessa dimensão, Fraser (2018) analisa que a atual estrutura do capitalismo, chamada por ela de neoliberalismo progressista, é composta pela aliança de grupos historicamente excluídos pelo capital e defendem pautas emancipatórias com os que defendem o poder econômico da burguesia. Embora a autora afirme que a hegemonia do neoliberalismo progressista esteja em declínio, visto o avanço mundial da extrema direita na política, a adesão do capital às pautas emancipatórias foi através do discurso de reconhecimento e liberdade para às mulheres, imigrantes, homossexuais e negros, tudo junto, numa mesma bolha inclusiva de direitos sociais e trabalhistas para estes grupo, mas que não estão sendo concretizadas da maneira que foram idealizadas.

Sobre a frase ‘’lugar de mulher é onde ela quiser’’, é importante ressaltar, que não se refere somente a interesses partidários ligados com a agenda social do neoliberalismo. Portanto, o uso dessa formação discursiva não se restringe à esfera governamental para atender às reivindicações de determinados grupos, à aplicação dos conceitos progressistas contemplam, também, os interesses do neoliberalismo na maneira de constituir os sujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Vale destacar, que historicamente a luta do feminismo está em conscientizar e mudar o conceito do feminino em nossa sociedade, as suas mobilizações desde o final do século XIX teve como objetivo a equidade de gênero, buscando a liberdade de padrões opressores baseados em normas de gêneros. Sobre o as conquistas das mulheres, dando ênfase no movimento feminista brasileiro, Sueli Carneiro destaca:

> O movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo. Ele também é um dos movimentos com melhor performance dentre os movimentos sociais do país. Fato que ilustra a potência deste movimento foram os encaminhamentos da Constituição de 1988, que contemplou cerca de 80% das suas propostas, o que mudou radicalmente o status jurídico das mulheres no Brasil. A Constituição de 1988, entre outros feitos, destituiu o pátrio poder. (CARNEIRO, 2003, p.117)

Segundo Sueli Carneiro (2003), o movimento das mulheres se destacou na década de 1980 ao participar e impulsionar o processo de organização política para nova Constituição Federal. Nesse contexto, importantes e significativos avanços foram percebidos, garantindo a igualdade a todos os brasileiros perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e assegurando que homens e mulheres são iguais em direitos e

obrigações. O movimento feminista conquistou nas últimas décadas a ampliação dos direitos da mulher, as suas ações foram decisivas para articular o caminho político e profissonal. Além disso, sobre os avanços conquistados pelas mulheres obtidas na Constituição Federal de 1988, podemos destacar os mecanismos para promover a igualdade com a abolição das discriminações legais e a inserção de políticas públicas para melhorar as condições de vida da população.

Mas Carneiro (2003) também aponta, como já debatido no capítulo II desta dissertação, que existem distinções sociais entre as mulheres, que mesmo com as modificações legais para promover a equidade nas relações de gênero, persiste a opressão em cima das mulheres negras. Nesse sentido, a autora afirma que ‘’o movimento feminista brasileiro se recusa a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres’’ (CARNEIRO, 2003, p.121).

3.1. A análise do discurso: Conceito e Utilização

> Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. O emprego da língua efetua- se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana (BAKTIN, 2000).

Segundo Deusdará e Rocha (2021), a análise do discurso é uma área de estudo dentro da Linguística que tem seus esforços teóricos voltados para a ‘’indissociabilidade e simultaneidade entre a produção linguageira e a produção social’’(DEUSDARÁ E ROCHA, 2021 p. 52). Os autores destacam que o campo teórico da análise do discurso não é propriedade da Linguística.

Este campo de estudo analisa o significado que existe para além das classes gramaticais, propõe pensar a linguagem em funcionamento com aquilo que não está visível no texto ou na fala, mas nos efeitos de sentidos provocados pelos enunciados.

Diante do que foi mencionado acima, parto do princípio de que a linguagem é o instrumento em comum de todos os profissionais que atuam na área de ciências humanas e sociais, portanto, a perspectiva discursiva pode estar presente em qualquer pesquisa método de produção de córpus, pois ela propicia a análise do que se fala, ou seja, os enunciados, os discursos e o interdiscurso. (BAKHTIN 2006; MAINGUENEAU 2008**).** E, complementarmente, me debruço sobre compreensão foucaultiana que o acontecimento e efetivação do discurso acontece sempre no âmbito da materialidade, em uma relação de poder e em uma realidade corpórea. Para Foucault (2009) a produção de discurso é organizada por determinados procedimentos, responsáveis por dominar seus poderes e perigos.

> A análise do discurso (AD) é domínio de estudo que se caracteriza, desde sua emergência no campo do saber, por interrogar permanentemente as fronteiras nas quais se inscrevem suas paisagens disciplinares. Seja como crítica ao centramento dos estudos linguísticos nos limites da sentença (em gestos muito identificados com as propostas de Z. Harris), seja como projeto de recusa de aprisionamento da significação ao sujeito individual e sua fixação sob a materialidade textual (movimentos mais próximos aos gestos de M. Pêcheux), esse domínio tem se desenvolvido por meio de inúmeras iniciativas que buscam ancoragem em teorias críticas diversas e, eventualmente, antagônicas. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 21).

A análise do discurso surgiu na França no fim da década de 1960 como crítica aos pressupostos apresentados pela análise de conteúdo. Assim como Rocha e Deusdará (2006) afirmam, a análise de conteúdo se mostrou insuficiente na análise textual, pois se pauta em um modelo de ciência positivista com uma pretensa neutralidade em que o funcionamento de uma pesquisa está na busca por descoberta de resultado que existe por trás do texto ou anterior à elaboração do projeto de pesquisa, ou seja, na análise de conteúdo a linguagem é entendida como representação do próprio texto. Sendo assim, o método conteudista de análise sugere uma objetividade frente ao objeto pesquisado e ocultação dos planos ideológico e subjetivo. Os mecanismos de funcionamento da análise de conteúdo supõem uma interpretação do texto na busca ou descoberta de resultados.

> Sob os auspícios da ciência, seria possível aprender a realidade oculta: existiria uma verdade a ser recuperada por intermédio da ciência. Nesse sentido, a concepção de linguagem em jogo reproduz inequivocadamente um projeto de representação de um real pré- construído.'' (DEUSDARÁ; ROCHA, 2006, p. 311).

Como refletem Deusdará e Rocha (2006) o conceito do discurso vai além da escrita. Logo, entendo que estabelecem que o discurso não é um conceito distante da prática, ou seja, diferente do que o senso comum sugere, o discurso vai além do texto escrito reproduzido em falar diante de uma plateia. Sendo assim, a opção por trabalhar com a análise do discurso supõe do pesquisador um entendimento que articula linguagem e sociedade, entremeados pelo contexto ideológico. Portanto, o que interessa para o analista do discurso são as relações sociais onde estão se materializando os fenômenos através dos diferentes discursos produzidos com o atravessamento de outros discursos.

Construo, portanto, esta dissertação em cima da percepção de linguagem como prática social e construção da sociedade (BAKHTIN, 2000; 2006), entendendo que toda enunciação, individual ou coletiva, está condicionada às relações sociais. Segundo Bakhtin, a palavra é onde se confrontam valores sociais contraditórios e, tem o seu sentido determinado por seu contexto, sendo o enunciado uma unidade do processo de comunicação as palavras entram em nosso discurso a partir de enunciados alheios, ou seja, ''ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte'' (BAKHTIN, 2006, p.

115). Cada enunciado é individual e dialoga com o presente, passado, além de ser uma resposta futura, logo, as enunciações linguísticas trazem em si uma natureza social e subjetiva condicionado ao contexto sócio-histórico em que estão presentes. No que tange às palavras como signos ideológicos ou, melhor dizendo, as enunciações linguísticas, o autor afirma que:

> [..] a forma linguística, [..], sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 2006, p. 95)

Diante da concepção de que os discursos são interligados por outros discursos está a noção de dialogismo, compreendida por Barros (2003) ‘’como a condição do sentido do discurso." (ibid, p. 2). É em oposição ao monologismo[8] que Bakhtin (2000) destaca a linguagem sendo constituída pelo princípio dialógico. Para o autor, a língua é complexa, ou seja, produz vários discursos que se opõem a outros discursos, se complementam e concorrem em uma relação que nunca é neutra e nem pacífica. Conforme a concepção dialógica proposta por Bakhtin, todos os enunciados possuem uma ligação entre si dentro da rede discursiva.

> Os enunciados não são indiferentes uns dos outros nem auto- suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum de comunicação verbal (BAKHTIN, p. 316, 2000)

O filósofo da linguagem russo afirma que é impossível pensar no homem fora das relações que o ligam ao outro, ou seja, o discurso acontece com pelo menos dois interlocutores. Nesse sentido, ‘’falante e ouvinte integram um processo comunicativo e dialogam por enunciados’’ (BEZERRA, 2016, p. 161). Nas relações dialógicas entre os discursos, o ouvinte percebe e compreende o significado linguístico do que eu digo ou quero dizer. E dentro do processo de comunicação falante-ouvinte se estabelece uma interação em que o falante espera uma resposta, logo, o ouvinte deixa lugar passivo e torna-se falante. ‘’E não há nesse diálogo a primeira nem a última voz’’ (ibid, 2016, p.161).

Dessa forma, a questão dialógica me permite problematizar a circulação de dados sobre a mulheres negras e o mercado de trabalho neoliberal, bem como, refletir em como estão sendo produzidos e recebidos pelos leitores tais dados.

É importante para o andamento desta pesquisa analisar o gênero discursivo ao qual os enunciados e os discursos pertencem. Nos termos de Bezerra (2016), estudioso das teorias de Bakhtin:

> As reflexões de Bakhtin, que afirma sempre ouvir vozes e vê a língua estruturada sobre a bivocalidade ‘’como fenômeno social em formação histórica e socialmente estratificada’’, transbordam naquilo que certamente se constitui em sua contribuição para compreensão da língua como sistema estratificado: a concepção dos gêneros. (BEZERRA, 2016, p. 157)

Bezerra salienta que o gênero discursivo é o campo de emprego da língua onde se integram o individual e o coletivo. Portanto eles têm a sua funcionalidade no processo de comunicação entre o sujeito falante e a maneira como ele se comunica na sociedade com outros falantes. Para Bezerra (2016)

> Bakhtin define os gêneros do discurso como tipos relativamente estáveis de enunciados, elaborados por campos específicos do emprego da língua. Nesse sentido, há três traços distintivos na teoria dos gêneros de Bakhtin: gêneros primários, gêneros secundários e enunciados como unidade dialógica. (BEZERRA, 2016, p.158)

Em outras palavras, para Bezerra (2016), conforme aponta Bakhtin, o processo de produção de um determinado gênero está ligado a sua função, isto é, cada campo do emprego da língua elabora o seu tipo de comunicação. Conforme o autor, para Bakhtin os gêneros primários são as inúmeras modalidades de diálogo, ou seja, são os gêneros da vida cotidiana, ao passo que os gêneros secundários são os gêneros literários e todos os outros gêneros que fazem parte da cultura mais elaborada do dia a dia. Além disso, gêneros secundários utilizam-se dos primários, que ao serem incorporados se transformam em outro tipo de gênero.

Dito isto, outro pressuposto teórico-metodológico que orienta o presente trabalho é a noção de interdiscurso (PÊCHEUX, 1995). Para este autor, toda formação discursiva dos sujeitos-falantes é sustentada pelas formações ideológicas dadas a partir da luta ideológica de classes e submetidas ao todo complexo dominante, chamado por Pêcheux de interdiscurso.

Para Pêcheux os sujeitos produzem os seus discursos introduzidos pela ideologia e pela conjuntura social. Ele esclarece que nos fundamentos de uma teoria materialista do discurso estão presentes as condições ideológicas da reprodução\transformação das relações de produção, sendo essas condições contraditórias, constituídas em um dado momento histórico, e para uma dada formação social. E é na base da formação social estão os aparelhos ideológicos de estado[7] e os seus elementos de “contradição-desigualdade-

[7] Com base no ensaio Aparelhos Ideológicos de Estado (Althusser, 1970), Pêcheux apresenta a sua definição sobre o que são os aparelhos ideológicos: ‘’os aparelhos ideológicos do Estado constituem, simultânea e

subordinação" (PÊCHEUX, 1995, p. 145).

Nessa perspectiva, é na materialidade concreta da instância ideológica que existem as formações ideológicas. E ao explicar esse movimento entre o surgimento das novas relações de desigualdade-subordinação que revelam e acarretam uma transformação do conjunto do complexo dos aparelhos ideológicos do Estado, Pêcheux nos esclarece que

> [...] a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do ‘’todo complexo com o dominante’’ das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é se não a da contradição reprodução\transformação que constitui a luta ideológica de classes’’ (PÊCHEUX, 1995, p. 147).

Com a negação de que as ideologias são feitas de ideais, o autor critica a forma-sujeito do idealismo, em que o sujeito é criador de si mesmo pelo chamado ‘’efeito Münchhausen’’[8]. Assim, o autor considera que as formações ideológicas são geradas a partir de mecanismos não somente lógicos ou linguísticos que estão diretamente ligados ao domínio do pensamento do sujeito. Ou seja, ‘’o sujeito é desde sempre um indivíduo interpelado em sujeito’’ (PÊCHEUX, 1995, p. 155). Com isso, Pêcheux mostra que é sob a evidência do sentido do eu individual que há o processo de interpelação que produz o sujeito. Isto é, a evidência oculta ou o esquecimento daquilo que determina o sujeito resulta na interpelação-identificação que constitui o próprio sujeito.

O autor aponta para o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados e considera que o caráter material do sentido depende da formação ideológica e de uma formação discursiva a que ele pertence, isto é, ‘’as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam’’ (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Desse modo, ele afirma a preexistência de um objeto que leva o indivíduo ao pensamento, e o conteúdo desse pensamento já está articulado na linguagem e nas formações discursivas.

Logo, o efeito do sentido das palavras e dos enunciados, bem como, a forma-sujeito do discurso não se estabelece somente por meio da relação do indivíduo com o que se identifica, mas no interior de uma dada formação discursiva, numa dada conjuntura histórica, social, cultural e política.

> [...] esse efeito do pré-construído consistiria numa discrepância pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘’antes, em outro lugar, independentemente’’. Podemos considerar o efeito do pré-construido como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito...ao mesmo tempo é ‘’ sempre-já sujeito’’. (PÊCHEUX, 1995, p. 156)

---

contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista).’’ (PÊCHEUX, 1995, p. 145)

[8] Efeito de ilusão subjetiva a partir do assujeitamento ideológico que coloca o sujeito como origem do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1995, p.157 e 158)

Afinal:

> Diremos então que o ‘’pré-construído’’ corresponde ao ‘’sempre-já- aí’’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘’realidade’’ e seu sentido sob a forma da universalidade (‘’o mundo das coisas’’), ao passo que a articulação constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito. (ibid, p. 164).

O terceiro pressuposto é a concepção de linguagem-intervenção sistematizada por Rocha (2006, 2014). Tal qual como afirma o autor citado, a linguagem não é apenas uma representação do real, uma vez produz determinadas realidades. Sendo assim, possui uma dupla função: representar e intervir, indicando a indissociabilidade entre a produção linguageira e a produção social.

> [...] a linguagem como forma de ação sobre o mundo. Ora, assim como os como os homens se organizam em sociedade, trabalham modificam a ordem das coisas que o rodeiam, eles também produzem linguagem, produzem textos, o que seria uma outra forma de atuar sobre esse mundo (ROCHA, 2014, p. 623)

A partir do debate iniciado por Maingueneau sobre a noção de prática discursiva, Rocha (2014) elaborou a noção de linguagem-intervenção. É nesse sentido, a partir de uma perspectiva discursiva, que a concepção de linguagem- intervenção me permite contextualizar a circulação de dados quantitativos não apenas como meros instrumentos de validação sobre a desigualdade social, mas sim como a materialização de interesses sociais e políticos que antecederam a coleta daqueles dados até a sua divulgação e utilidade em textos e artigos.

3.2 A produção de sentido em torno da divulgação dos dados censitários sobre a situação da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro

Conforme já mencionado gostaria de destacar, que para as análises, serão utilizados os gêneros textuais artigo de opinião e reportagem que exploram em seu discurso midiático o uso de dados quantitativos. Embora o foco aqui seja refletir acerca do lugar das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro a partir de dados quantitativos que circulam em textos, já adianto que os textos selecionados priorizaram os dados que apontam para as diferenças de gênero e raça em esferas do mercado de trabalho contemporâneo, tais como as taxas de informalidade e desemprego e as diferenças entre as mulheres negras que realizam trabalhos domésticos ou informais e aquelas que ocupam

cargos de liderança ou que tenham nível superior.

As matérias e artigos que serão analisados seguem uma ordem não muito rígida, sendo aproximados por semelhança de tema e de questões abordadas, como níveis de ocupação e desocupação, informalidade, desigualdade salarial, cargos de chefia, dentre outros, de forma a traçarem um panorama sobre a situação da mulher negra nesse mercado de trabalho.. Não é demais registrar que as redes sociais, assim como as mídias e plataformas digitais abrigam e reforçam um discurso hegemônico e contra-hegemônico.

Sendo assim, a hipótese inicial nesta pesquisa é de que ambos os sites em que os textos foram retirados podem apresentar narrativas que as diferenciam, por exemplo, a revista Exame online transmite valores capitalistas, por apresentar sempre um conteúdo com abas que direcionam para matérias sobre investimentos, carreira, ESG e negócios e economia. O site da revista Exame constrói um sentido de que as matérias publicadas são para um perfil de leitor (a) interessado no mundo dos negócios ou que almeja ser um empreendedor bem sucedido. Diante disso, considero que a revista propaga um discurso hegemônico de que o trabalho está associado ao alcance de dinheiro e sucesso profissional. Em lado oposto, o Portal Geledés é um site que apresenta conteúdos sobre a questão racial com abas que direcionam os interessados na área dos direitos humanos e mercado de trabalho, questões de gênero, África e sua diáspora. Portanto, considero que a proposta de trabalho do Portal Geledés está voltada para leitores (as) que já tenham ou buscam um letramento racial e, principalmente, preza pela construção de um leitor (a) consciente frente ao que é o racismo e os seus desdobramentos como tecnologia de exploração no capitalismo, isso evoca um sentido de ser uma mídia que faz um trabalho contra-hegemônico.

Como o córpus selecionado para esta análise se concentra em publicações de dois sites que publicaram textos marcados pelo uso de dados sobre a mulher negra e o mercado de trabalho, estabeleço um paralelo entre a racionalidade neoliberal, que abriga um conjunto de discursos e práticas na forma de governar e na constituição do sujeito neoliberal (DARDOT E LAVAL, 2016), para dizer que não espero encontrar em minhas análises um lado discursivo que positiva e outro que negativa o projeto neoliberal, e sim refletir sobre as relações discursivo-ideológicas que perpassam o processo de criação/divulgação de dados sociais e que podem tanto interferir quanto produzir a realidade.

Considerando que nas mídias impressas o texto de legenda é sempre acompanhado por uma foto para formar a chamada da notícia, no território digital dos sites, das redes sociais e dos aplicativos o uso de imagem não é diferente. Isso mostra, como já afirmou Bakhtin (2000; 2006) que o enunciado é de natureza dialógica e social, isto é, todo discurso deve ser analisado em sua função translinguística. A esse respeito, Maingueneau (2008) considera a prática discursiva como uma prática intersemiótica, ou seja, para este autor a

produção discursiva se configura para além das palavras. Maingueneau (2008) analisa ‘’a coexistência de textos que pertencem a domínios semióticos diferentes não é, entretanto, livre no interior de uma formação discursiva determinada’’ (MAINGUENEAU, 2008, p. 147). Sendo assim, considerando as relações dialógicas constituintes de todos os discursos, proponho uma análise da dimensão verbal, a partir dos trechos retirados dos textos e não-verbal pelas diferentes fotos usadas nas chamadas das matérias e artigos, na tentativa de descobrir como essas imagens também contribuem para efeitos de sentidos dos enunciados.

A seguir, incluo a tabela 1 na qual estão incluídas todas as matérias, artigos de opinião e imagens que serão analisadas, organizados da seguinte forma:

Tabela 1 – Figura, Texto e Mídia

Figura	**Texto**	**Mídia**
1	‘’Racismo nos negócios mantém mulheres negras nas bases das empresas’’	Revista exame online
2	‘’Encontro online busca impulsionar mulheres negras no mercado de trabalho’’	Revista exame online
3	Trecho do texto: ‘’Encontro online busca impulsionar mulheres negras no mercado de trabalho’’	Revista exame online
4	‘’Escolaridade de mulheres negras aumenta, mas disparidade salarial continua’’	Revista exame online
5	‘’Mesmo com ensino superior, racismo dificulta avanço das mulheres negras no mercado de trabalho’’	Portal Geledés
6	‘’Desafios das mulheres negras no mercado de trabalho’’	Portal Geledés
7	‘’Cai participação de mulheres negras no mercado de trabalho em relação ao período pré-pandemia’’	Portal Geledés

Fonte: Elaboração Própria, 2023



Figura 1 – Revista Exame Online.
Publicado em 31 de outubro de 2020.

Logo abaixo da chamada com a imagem temos, na página dois, o seguinte enunciado, retirado da matéria da revista Exame online, postado em 21 de outubro de 2020,

> As mulheres negras representam 28% da população brasileira, compondo o maior grupo racial e também a maior força de trabalho do país. Juntos, negros e negras representam 54,9% da força de trabalho do Brasil e 57,7 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE. No entanto, são também os representantes mais comuns entre os profissionais desocupados e subutilizados. A falta de oportunidades de crescimento profissional é a principal causa de insatisfação entre mulheres negras. Questionadas, 51% das entrevistadas afirmaram que receber promoções foi difícil ou muito difícil nos últimos anos -- com aumento para 54% nas classes CDE; 37% se disseram insatisfeitas ou muito insatisfeitas com esse fator.(REVISTA EXAME ONLINE, 2020, p.2)

No enunciado acima, são apresentados dados de pesquisa da Box1824 e Indique uma preta. A matéria destaca que o maior índice de informalidade e desocupação está entre os trabalhadores negros e negras. O enunciado ainda aponta as dificuldades de oportunidades de crescimento profissional para as mulheres negras como a principal causa de insatisfação dessas trabalhadoras entrevistadas. É possível observar que a produção dos dados feitos através das respostas das entrevistadas apresenta uma discussão mais

abstrata sobre a percepção do racismo institucional, isso se revela nas respostas das entrevistadas que fizeram a associação direta da desigualdade racial sofrida por ela sendo possivelmente combatida através do crescimento profissional dentro da empresa que trabalham.

Considerando que a análise do discurso articula linguagem e sociedade (ROCHA; DEUSDARÁ, 2006) a percepção sobre o mercado de trabalho ser construído por etapas de crescimento é difundida no mundo corporativo e, não se restringe às mulheres negras. Nessa perspectiva, o crescimento profissional de pessoas negras no mercado de trabalho em igualdade entre as pessoas brancas engloba a ideia de que vivemos numa democracia racial.

O mito da democracia racial (GUIMARÃES, 1999) explica que os brasileiros se imaginam vivendo em um país onde não existe discriminação das pessoas pelos traços físicos ou pela cor da pele. Para o autor, esse pensamento dialoga com o fato que desde a abolição não tivemos segregação no plano legal, como por exemplo, os Estados Unidos e seu padrão segregacionista. A representação do Brasil como uns pais sem conflitos raciais se construiu através do discurso político e acadêmico. Os estudos especializados de antropólogos e sociólogos a partir da década de 1930 popularizaram a ideologia da democracia racial sendo, justificada através do casamento e das relações sexuais entre os brancos e negros. De acordo com Paixão (2013) nas pesquisas de Florestan Fernandes o modelo de discurso acadêmico sobre raça no Brasil do século XX resultava da relação dialógica entre a questão racial e as desigualdades sociais, naqueles estudos a justificativa para as desigualdades raciais entre negros e brancos vinham da falta de oportunidades das pessoas negras no sistema econômico, ou seja, as desigualdades entre brancos e negros eram sociais e não raciais.

Sendo assim, o enunciador da matéria recorre discursivamente a falta de oportunidade das mulheres negras no mercado de trabalho para construir o sentido de empoderamento dos grupos considerados minoritários. Ao se pensar nas diferentes marcas lingüísticas usadas, elas transmitem a posição ideológica do enunciador dentro contexto social em que o país estava sendo governado por um presidente de direita, que negava o racismo e a desigualdade de gênero, e em nível global o discurso produzido pela direita é empoderar mulheres, gays e imigrantes através do capital. De acordo com Pêcheux (2009), destaco que os processos discursivos não podem ser considerados ‘’ enquanto expressões de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva, que utiliza ‘’acidentalmente’’ os sistemas lingüísticos’’. (PÊCHEUX, 2009, p. 82).

No contexto social em que se enquadram o enunciado e seus interlocutores, a narrativa de empoderamento reflete as pautas emancipatórias em defesa das mulheres negras, mas não no intuito de igualdade entre elas, pois de acordo com a matéria somente

aquelas que alcançam os cargos de destaque e as melhores oportunidades nas empresas é que não serão vítimas do racismo, nota-se nesses dois fatores que o enunciador está dividindo a pauta que é uma só, trabalho, renda e racismo. Nesse ponto, Fraser (2018) destaca que os movimentos sociais dos últimos anos foram captados pela lógica neoliberal meritocrática que reinterpretou valores como empoderamento e diversidade para ser compatível com o mercado capitalista.

Portanto, além das marcas linguísticas as relações discursivas estabelecidas na matéria descrevem o que Rocha (2014) afirma que ‘’é pela palavra que se atualizam as ações e, por isso, a palavra é o agente mesmo que intervém, que modifica, que produz e altera relações no mundo apresentado”. (ROCHA, 2014, p. 629)



Figura 2 – Revista Exame Online
Publicado em 11 de abril de 2022

A chamada acima foi publicada pela Exame Online no dia 11/04/2022. A matéria informa que no dia 13 de abril de 2022 vai acontecer um evento intitulado Potências Negras Mulheres. O encontro será online e gratuito, com o objetivo de ‘‘empoderar mulheres negras e conectá-las com uma jornada de desenvolvimento pessoal e de carreira, abrindo oportunidades de recolocação e crescimento no mercado de trabalho’’ (REVISTA EXAME ONLINE, 2022, p. 1). Menciona que a Jornada Potências negras é uma co criação da Escola

Profissas e de Ana Minuto, ‘’especialista em diversidade e inclusão com mais de 25 anos de experiência’’(REVISTA EXAME ONLINE, 2022, p.2). Para falar sobre essa temática de mulheres negras e trabalho, o enunciador da matéria utilizou os mesmos dados quantitativos que foram publicados na edição da Exame online do dia 31/10/2020, com a seguinte notícia: ‘’as mulheres negras são 28% da população brasileira. Juntos, homens e mulheres negras representam 54,9% da força de trabalho do Brasil e 57,7 milhões de pessoas. (REVISTA EXAME ONLINE, 2022, p. 2). O dados acima usados na matéria são do IBGE, assim como utilizou dados coletados a pesquisa Potências (In)visíveis realizada em 2020, pela consultoria indique uma preta e a empresa de pesquisa Box1824, sendo um levantamento sobre a inclusão de mulheres pretas ao mercado de trabalho.

Interessa destacar que os enunciados acima falam diretamente para a mulher negra que já se considera uma profissional e objetiva ter uma carreira. A narrativa que segue é de estímulo para essas mulheres participarem do ‘’encontro online’’ trazendo relatos de sua vida de negócios e empreendedorismo. A partir dos trechos destacados, percebemos que o discurso do empreendedorismo aparece como solução para mulheres negras frente às mudanças no mundo do trabalho provocadas pelo neoliberalismo. Aqui trata-se, então, como já referido anteriormente, do conceito de linguagem-intervenção (ROCHA, 2014) em que a palavra não é apenas uma representação do real, ela produz determinadas realidades e interfere em narrativas já estabelecidas, o que leva aos sujeitos novas formas de perceber a vida em sociedade.

Dando continuidade a análise, vejamos a fala de Sônia Lesse, diretora de experiência de uma das empresas participantes do evento online, ela afirma ‘’que o encontro vai propor discussões propositivas sobre como formar mulheres negras potentes, oferecendo a elas acesso a oportunidades reais.’’ (REVISTA EXAME ONLINE, 2022, p.3). Ainda nesse sentido, vejamos também a fala de Ana Minuto organizadora do evento

> O evento tem como objetivo trazer e contar histórias de pessoas que conseguiram alcançar seus objetivos profissionais, inspirando as mulheres participantes a não desistir de seus sonhos. “O meu desejo é fazer com elas enxerguem novas perspectivas e possibilidades de ascensão na carreira, preenchendo vagas nas áreas que desejam e movimentando a economia do nosso país. (REVISTA EXAME ONLINE, 2022, p.3)

As falas destacadas acima constroem alguns sentidos importantes que merecem destaque, observamos nos trechos ‘’**formar mulheres negras potentes; e possibilidade de ascensão na carreira’’**(grifo meu) que a construção de uma carreira profissional é uma abordagem recorrente na produção da imagem de um indivíduo de sucesso. E muito embora a matéria esteja falando sobre impulsionar mulheres negras no mercado de trabalho, a noção de sucesso no capitalismo está ligada aos privilégios da branquitude

(SCHUCMAN, 2012). E nesse sentido, percebemos marcas do processo de significação da identidade discursiva aplicada ao negro no sistema publicitário contemporâneo, proposto por Trindade (2011). O autor parte de uma representação exploratória e hegemônica da imagem do negro na publicidade no contexto brasileiro e observa que um dos tipos dessa lógica de representação se manifesta em buscar

> [...] a lógica da superação de estereótipos, visando à inclusão do negro na sociedade e de sua imagem positiva de sucesso no trabalho, na educação, dentro das lógicas das classes média e alta no contexto brasileiro ou da conquista de dignidade social por membros dessa etnia, bem como dá lugar a um olhar social politizado, em que o negro não pode ser visto apenas como subalterno, buscando romper também com a visão histórica colonial, escravocrata, mas que vem sendo combatida nos últimos 30 anos com maior veemência, sobretudo, graças às ações dos movimentos negros do país (TRINDADE, 2011, p.176-177)

A fala das organizadoras do evento dialoga com as representações contemporâneas do negro veiculadas na publicidade brasileira e no contexto brasileiro, representações estas empreendidos pelas classes dominantes. Assim, na composição do enunciado, Sonia Lesse e Ana Minutto, assumem um etos pedagógico, que tem como intuito inspirar mulheres negras e ensinar as demais participantes do evento a não desistirem da carreira profissional. A partir da noção de etos, ‘’conceito que, ao vincular “modos de dizer” e “modos de ser” na linguagem, guarda articulações importantes com a noção de subjetividade’’ (DEUSDARÁ e ROCHA, 2019, p.2) notamos que essa postura pedagógica das enunciadoras, de apresentar novas possibilidades de crescimento profissional para mulheres negras, constrói para o leitor a imagem de que elas são duas mulheres experientes, autoridade no assunto de desigualdade racial e contradições do cotidiano, comprometidas com a formação profissional de mulheres negras.

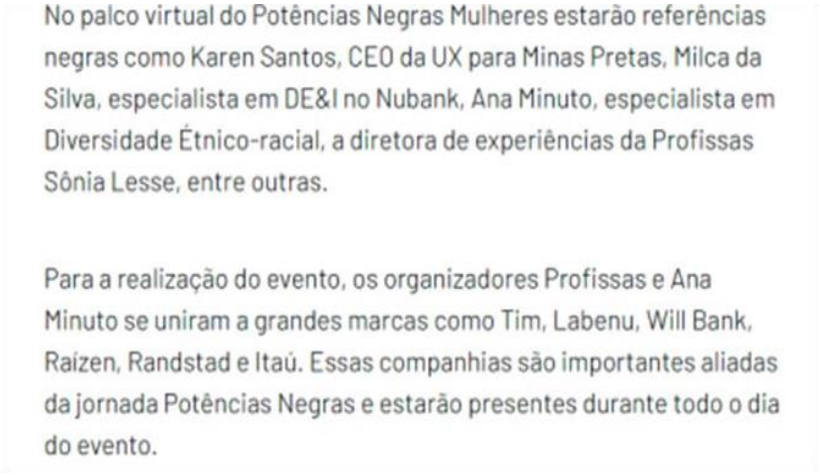
Sobre a figura do fiador na enunciação Maingueneau (2006, p. 62) destaca

> Assim, acaba-se por atribuir ao fiador um “caráter” e uma “corporalidade” [...] O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela é associada a uma compleição física e a uma forma de se vestir. Além disso, o ethos implica uma forma de moverse no espaço social, uma disciplina tácita do corpo, apreendida por meio de um comportamento. O destinatário o identifica apoiando-se em um conjunto difuso de representações sociais, avaliadas positiva ou negativamente, de estereótipos, que a enunciação contribui para reforçar ou transformar. (apud GOMES e LARA, 2019, p. 6).

Constatamos pela rede social Linkedin que Ana Minutto é CEO da empresa Consultoria Minutto, por sua vez, na página do Instagram de Sonia Lesse informa que além de ser Diretora de experiências da Profissas ela também é CEO da SL Transformare, consultora de diversidade e inclusão, mentora de carreiras e uma questionadora social, que atua há mais de 10 anos em prol da Diversidade, Equidade e Inclusão. Assim, percebemos

que no texto, a figura do fiador (MAINGUENEAU, 2006; 2008) utiliza da vivência profissional das organizadoras do evento, para reforçar a idéia do ouvinte/leitor de que é possível estabelecer uma nova formação identitária das pessoas negras a partir da conquista de melhorias das condições financeiras e sociais.

Portanto, como base para o domínio ideológico, em que os sujeitos produzem os seus discursos introduzidos pela ideologia e pela conjuntura social (PÊCHEUX, 1995) percebemos através da figura do fiador que o texto valoriza as alegações neoliberais de ‘’empoderar’’ mulheres através do capital. A figura universal da mulher negra periférica que cuida da casa e dos filhos, dá lugar à mulher negra que detém o cargo na diretoria. Outra seqüência discursiva que chamou a atenção foi a questão das empresas selecionadas para participarem do evento. Vejamos no recorte de imagem retirado da mesma matéria publicada no dia 11/04/2022



No palco virtual do Potências Negras Mulheres estarão referências negras como Karen Santos, CEO da UX para Minas Pretas, Milca da Silva, especialista em DE&I no Nubank, Ana Minuto, especialista em Diversidade Étnico-racial, a diretora de experiências da Profissas Sônia Lesse, entre outras.

Para a realização do evento, os organizadores Profissas e Ana Minuto se uniram a grandes marcas como Tim, Labenu, Will Bank, Raizen, Randstad e Itaú. Essas companhias são importantes aliadas da jornada Potências Negras e estarão presentes durante todo o dia do evento.

Figura 3 – Revista Exame Online
Publicado em 11 de abril de 2022

Como podemos ver, no evento estão confirmadas a participação de grandes marcas como Tim, Labenu, Will Bank, Raízen, Randstad e Itaú ‘’(REVISTA EXAME, 2022, p. 2). Essas são empresas e monopólios, como o banco Itaú, que exercem a sua função social contratando pessoas negras, trans e portadores de deficiência.

A função social da empresa é um princípio que está atrelado a função social da propriedade, estabelecido no artigo 170, inciso II da Constituição Federal de 1988. As mudanças de paradigma na atuação/produção das empresas estão inseridas nas mudanças da sociedade ocorridas na década de 1970, ou seja, o conceito de função social é essencial à ordem econômica Atualmente a tecnologia é uma das principais organizadoras da atividade empresarial, isto é, a empresa contemporânea, através das plataformas digitais e aplicativos, é constantemente regulada pela concorrência e pelo mercado consumidor, e

também é avaliada através da satisfação dos clientes. Os limites de atuação agora são relacionados a uma série de outros fatores que envolvem responsabilidade social e civil das empresas com os trabalhadores, meio ambiente e a comunidade de uma maneira geral. Porém, mesmo sendo supervisionada e avaliada pela sociedade, a indústria capitalista mantém nas empresas as relações mercadológicas de lucro, concorrência e exploração dos trabalhadores e recursos naturais. (ANTUNES, 2018).

Quanto à participação de ‘’grandes marcas’’ no evento, novamente as referências são de tendência ao neoliberalismo progressista e seu ‘’verniz carismático’’ (FRASER, 2018). A meu ver, a presença de grandes empresas no evento aparece como a classe que exerce a prática do poder, pois além de representar a possibilidade de um emprego, a confirmação dessas empresas no evento estimula a consciência de que as mulheres negras participantes são parte de uma mudança inclusiva no mundo do trabalho, mas no fim, os patrocinadores são homens brancos, donos das grandes empresas, que necessitam da dedicação e comprometimento de mulheres negras com o trabalho. Sobre as relações de poder entre as classes funcionar para atender aos interesses e necessidades da classe dominante, Foucault (2007) considera que o ‘’poder não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (FOUCAULT, 2007, p. 42).

O enunciado também dialoga com a imagem, uma mulher negra está em destaque na foto com mais duas pessoas no que parece ser uma sala de reunião de uma empresa. Dentro da formação discursiva ‘’como uma jornada de desenvolvimento pessoal e carreira’’ e de ‘’realocação e crescimento no mercado de trabalho’’(EXAME ONLINE, 2022, p.1) a imagem da mulher negra em destaque ganha um significado, e permite aos leitores fazer referência que é possível para outras mulheres negras também alcançar seus objetivos e metas profissionais. Sendo assim, trata-se de um sistema semiótico que a imagem (não verbal) e o texto (verbal) se relacionam na formação discursiva.



Figura 4 – Revista Exame Online
Publicado em 29 de novembro de 2022

A chamada acima é da matéria publicada pela Revista Exame Online no dia 29/11/2022. Os dados quantitativos utilizados no texto são da pesquisa: A mulher negra no mercado de trabalho: desigualdades salariais, representatividade e educação entre 2010 e 2022, realizada pela Associação Pacto de Promoção pela Igualdade Racial. Vejamos abaixo como a matéria fez a divulgação desses dados

> **Mulheres negras** são as mais afetadas pelas desigualdades salariais quando se compara com homens negros, mulheres brancas e homens brancos, é o que revela a pesquisa "A mulher negra no mercado de trabalho brasileiro: desigualdades salariais, representatividade e educação entre 2010 e 2022", promovida pelo **Associação Pacto de Promoção da Equidade Racial**. O rendimento da mulher negra é 81,6% do rendimento do homem negro, enquanto na comparação de mulheres brancas e homens brancos este rendimento é de 76,8%. "A pesquisa prova o que já suspeitávamos. Sabíamos, por exemplo, que dos 4% de pessoas negras que ocupam a liderança nas empresas no Brasil, apenas 0,4% são mulheres. São elas quem têm os menores rendimentos, mesmo com o avanço da escolaridade. A pergunta que fica é, por que este racismo segue ocorrendo em 2022?", diz Guibson Trindade Torres, gerente executivo do Pacto de Promoção da Equidade Racial. (REVISTA EXAME ONLINE, 2022, p. 1-2)

Percebemos no enunciado traços diferentes que não foram mostrados nos outros exemplos analisados. Neste, temos o perfil da mulher negra no mercado de trabalho traçado a partir do menor percentual de liderança e rendimento em comparação aos demais trabalhadores, mas com a diferença que os índices estão sendo condicionados diretamente

ao racismo. Na seqüência discursiva ‘’mesmo com o avanço da escolaridade’’ e também no trecho ‘’por que este racismo segue ocorrendo em 2022?’’ percebemos pela fala do enunciador, gerente executivo do Pacto de Promoção de Equidade Racial, que o racismo estrutural desenvolve o racismo institucional, isto é, o para o enunciador o racismo estrutural aparece como elemento principal nos resultados obtidos na pesquisa.

Corroborando a fala do enunciador, Almeida (2019) aponta que o racismo é sempre estrutural porque ele é um elemento estruturante da economia do capital, ou seja, a lógica estrutural do racismo é parte integrante das relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas na qual fazemos parte enquanto sujeitos. A categoria raça no âmbito institucional seja público ou privado é o que mantém os privilégios da branquitude, e através da discriminação racial confere desvantagens aos não brancos (BENTO, 2002).

A matéria não revelou quais são as empresas que as mulheres negras entrevistadas trabalham, somente informa que a análise da pesquisa foi realizada com três das trinta e cinco empresas signatárias que participam do Pacto de Promoção da Equidade Racial. Com relação à posição destas empresas no Pacto de Promoção de Equidade Racial, destaco que elas são enquadradas nos critérios de sustentabilidade empresarial, o chamado ESG (do inglês Ambiental, Social e Governança).

Na página do Pacto de Promoção de Equidade Racial o caminho percorrido pelas empresas interessadas em promover a equidade racial é calculado pelo índice ESG de Equidade Racial. O termo ESG, conforme edição da revista Exame de 08/10/2020, foi adotado primeiramente pelas grandes instituições do mercado financeiro internacional para cumprir as exigências do Pacto Global da ONU em parceria com o Branco Mundial, a meta estabelecida era para empresas adotar fatores sociais, ambientais e de governança dentro dos negócios. Tal responsabilidade das tendências ESG continua sob a égide do estado

> Assim, a criação de uma governança implicitamente vinculada às normas de boas práticas ambientais interfere, diretamente, no mercado econômico e financeiro, de modo que a economia passa a tomar frente na necessidade de zelar pelo meio ambiente. Uma das formas que isso se idealizou foi a instituição do ESG – Environmental, Social and Governance, um índice que discrimina as boas práticas socioambientais das empresas, que interfere diretamente na economia, por meio da ressonância nos investimentos e quantificação de lucros. (SILVA e OLIVEIRA, 2021, p. 96).

Quanto às empresas a que a matéria se refere, que assinam o termo de parceria com o Pacto de Equidade Racial, o combate ao racismo é feito pela implementação de medidas de ações afirmativas e investimentos sociais que são definidos e medidos pela forma de mercado, através de requisitos impostos no regulamento ESG. Com isso, entendemos que os dados produzidos, assim como, a sua divulgação na matéria da revista Exame, estão ligados ao discurso da sociabilidade neoliberal. Esses discursos, que não são

propagados individualmente por pessoas isenta, vão ao encontro da vulnerabilidade das mulheres negras no mercado de trabalho, para justificar a padronização das empresas em escala global, isto é, novas condutas e regras de gestão que direcionam e orientam as empresas e as pessoas.

Outra parte da matéria que merece destaque

> "O total de trabalhadores com ensino superior entre homens negros saltou de 6% para 10%, enquanto para mulheres negras esse salto foi de 13% para 21%. Entendemos que isto é fruto da política de cotas e que derruba um discurso de que não há mão de obra negra qualificada". (REVISTA EXAME ONLINE, 2022, p. 3-4)

O trecho destacado estabelece dialogicamente a relação entre acesso à educação e desigualdade racial no mercado de trabalho. O enunciador afirma que o avanço das mulheres negras no ensino superior é fruto da política de cotas, porém, os dados apresentados no enunciado sobre o total de trabalhadoras negras com ensino superior confirmam que as mulheres brancas ainda são maioria com esse tipo de escolaridade e na conclusão dele.

Observamos no texto que as características políticas e ideológicas sobre as diferenças nos níveis de ocupação e cargos entre as mulheres brancas e não brancas ser justificada pelo nível de escolaridade são confrontadas pelo enunciador. Nesse sentido, o enunciador, que é um indivíduo interpelado por outros discursos e ideologia (PÊCHEUX, 1995) ativa no leitor/interlocutor a perspectiva que ainda que as mulheres negras tenham nível superior elas enfrentam os impactos do racismo e ainda estão sujeitas ao subemprego. A sua fala abre caminho para apontar o quanto ainda temos que avançar além das políticas de ações afirmativas na educação.

É importante atentar-se que as ações afirmativas constituem medidas políticas implementadas com o objetivo de corrigir as desigualdades históricas impostas a determinados grupos sociais. Ou seja, referente a questão racial a intenção por trás delas é reconhecer que não é possível erradicar o racismo em tempo real, e a partir disso, tentar diminuir seus impactos nas gerações futuras. No âmbito da educação, além da lei 12.711/12, que prevê cotas em instituições federais através da reserva de vagas de corte racial e social, as políticas de ações afirmativas se configuram também pela 10.699/03; 9.394/96, ambas instituem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino de história e Cultura- Afro brasileira nas escolas. Ainda temos o Decreto 7.234/10, que institui o Plano Nacional de Assistência Estudantil com o principal objetivo de combater a evasão escolar e viabilizar a permanência dos estudantes de baixa renda matriculados na rede federal de educação. (PRÁXIS, 2022). Vejamos que embora as ações afirmativas passem para as próximas gerações uma perspectiva de futuro mais ampla com relação a

formação estudantil e acesso ao mercado de trabalho, os trabalhadores negros de agora continuam enfrentando o racismo como uma das barreiras ao mercado de trabalho.

Pensando sobre o contexto econômico social que o texto foi publicado na revista Exame em, 29/11/2022, o Brasil havia passado recentemente por uma contrarreforma trabalhista e estava atravessando o terceiro ano de um governo federal pautado em retrocessos e retiradas de direitos, o desemprego atingia milhares de brasileiros deixando trabalhadoras e trabalhadores a margem do sistema, e isso não foi mencionado no texto. No que tange a inserção profissional de mulheres negras, o enunciador, como vimos no trecho acima, usa dos dados para criticar as empresas, mas não as políticas públicas e concepções de trabalho neoliberais que estavam sendo impostas pelo governo federal. Desse modo, embora o discurso que o número de pessoas negras com ensino superior seja baixo tenha sido confrontado na matéria, o enunciador não apresentou argumentos contrários à agenda neoliberal e seu discurso que mantém os desinvestimentos em áreas estratégicas.



Figura 5 – Portal Geledés
Publicado em 08 de março de 2023

A chamada acima é parte do artigo publicado em, 08/03/2023, pelo Portal Geledés, no dia internacional da mulher, descreve a trajetória das mulheres negras no mercado de trabalho com ensino superior, que a enunciadora chama de avanço, sendo dificultada pelo racismo. Antes de apresentar os dados quantitativos desta realidade, a enunciadora descreve situações de racismo que confrontam a perspectiva da garantia dos direitos humanos das empregadas domésticas. Vejamos

Notícias como a da empregada doméstica que foi proibida de esquentar a

> marmita no local de trabalho costumam gerar grande repercussão nas redes sociais e exemplificam como as mulheres negras ainda estão majoritariamente distantes de oportunidades de trabalho onde ao menos o direito à alimentação seja garantido. (PORTAL GELDÉS, 2023, p. 1)

A partir do exemplo sobre a empregada doméstica no local de trabalho, a enunciadora remete para o ouvinte/leitor um sentido de que quanto menor for à escolaridade e a situação econômica das mulheres negras, maior é o nível de racismo que ela está exposta. Esse sentido também orienta a enunciadora na apresentação dos dados censitários. Vejamos o trecho destacado

> O acesso à educação é a primeira porta de entrada para a conquista de um emprego digno. Nas últimas duas décadas, a presença de mulheres negras no ensino superior teve um salto de 42%, de acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o que transformou a vida de muitas famílias negras. (PORTAL GELEDÉS, 2023, p. 1)

Na formação discursiva, as palavras ‘’conquista’’ e "emprego digno’’ acionam a lógica do esforço individual e do trabalho acima de tudo. O discurso meritocrático que valoriza o diploma de nível superior e as pessoas que ocupam os cargos de gestão nas empresas estrutura o imaginário social e assim elucida o controle do capital para além da produção (DARDOT e LAVAL, 2016). E aí se incluem o acesso dos grupos considerados minoritários as políticas de educação, que serve como um instrumento de organização funcional, isto é, o ‘’emprego digno’’ só vem através da formação universitária, que serve como uma alternativa positiva de transformação e mudança para os grupos sociais historicamente marcados por exclusão e discriminação.

A circulação de discursos sobre o indivíduo que busca qualificação profissional é o que tem a melhor chance no mercado de trabalho, se conecta a tantos outros discursos sobre oportunidades e privilégios, e nessa rede discursiva, constrói ‘’verdades’’ que a desigualdade social não é um problema estrutural do capital e sim de gestão econômica, e o racismo é questão de falta de oportunidade. É importante ressaltar a relação entre produção de subjetividade, realidade discursiva e o poder das instituições, que controlam e regulam todo corpo social (FOUCAULT, 2004). Nas reflexões foucaultianas a produção do discurso não é neutra, ou seja, o autor considera que o discurso é regulado, selecionado, organizado e redistribuído dentro da sociedade. Para o autor, cada sociedade produz as suas verdades, pautando-se em seus próprios discursos, isto é, o discurso e a produção de verdade refletem as relações de poder que são disseminadas em todas as esferas sociais (FOUCAULT, 2004; 2007).

A meu ver, ‘’o emprego digno’’ apontado na formação discursiva ressalta um aspecto interessante considerado por Antunes (2018). A produção capitalista cada vez mais exige a

formação de uma elite de trabalhadores qualificados para empresas, está elite qualificada fica próxima aos privilégios da alta remuneração e podem desfrutar de uma vida com dinheiro. Longe do trabalho considerado digno e decente está uma maioria de trabalhadores desempenhando as funções que não geram lucro, a diferença é que para driblar o desemprego completo e não serem descartados pelo mercado a qualquer momento estes trabalhadores aceitam condições informais ou as funções de menor remuneração.

No trecho ‘’a presença de mulheres negras no ensino superior teve um salto de 42%’’ e no trecho ‘’transformou a vida de muitas famílias’’ pressupõem na formação discursiva que o acesso a educação é peça fundamental na vida das mulheres negras para deixarem esses lugares de subalternização. Considerando que os espaços de ensino superior são símbolos de privilégios materiais relacionados à branquitude (SHUCMAN, 2012), a ocupação de pessoas negras nesses espaços, não desempenha apenas o papel de representatividade e sim uma mudança efetiva no perfil socioeconômico das mulheres negras e de suas famílias.

Os argumentos da enunciadora que nas ‘’duas últimas décadas, a presença de mulheres negras no ensino superior teve um salto de 42%’’ apresentam um cenário que houve uma mudança estrutural na educação, e dessa forma permeia a idéia de que as políticas de ações afirmativas são suficientes para eliminar a desigualdade social.

Dando continuidade às análises, vejamos outro trecho em destaque

> Por outro lado, mesmo com o diploma universitário, o acesso ao mercado de trabalho quando se é uma mulher negra permanece marcado por exceções à regra.. O censo Diversidade, Representatividade e Percepção, elaborado pela consultoria Gestão Kairós, identificou que em 2022 ainda havia uma forte disparidade em relação à presença de mulheres negras nas empresas. Dentro do total de 32% de mulheres no quadro funcional, somente 9% eram autodeclaradas negras, número quase 10 vezes menor que o de mulheres brancas, que representam 88%. Ainda, mulheres pretas têm percentuais de representatividade ainda menores, com 2% comparados a 7% de mulheres pardas. Mulheres amarelas e mulheres indígenas são 0,23% e 2%, respectivamente. (PORTAL GELEDÉS, 2023, p. 1)

Com base na sequência discursiva acima, o diploma universitário novamente aparece como um signo que facilita a entrada no mercado de trabalho. O interdiscurso é identificado no trecho ‘’o acesso ao mercado de trabalho quando se é mulher permanece marcado por exceção à regra’’, quando a enunciadora faz referência não somente a opressão do racismo, mas ao sexismo que impõe a mulher negra os estereótipos de empregada doméstica, faxineira, cuidadora da casa, servente. O lugar de servil naturalmente destinado a mulher negra está relacionado ao passado de escravidão em que elas ocupavam o lugar de mucama das senhoras brancas. (GONZALÉZ, 1984). O uso de dados do censo Diversidade, Representatividade e Percepção no trecho destacado acima,

promove na formação discursiva as determinações de classe, raça e gênero. Assim, fica perceptível no texto a aproximação com as pautas identitárias e a racialização da classe trabalhadora (THEODORO, 2008). Nota-se nesse enunciado que a classe trabalhadora não é considerada homogênea, possui raça, gênero e outras características de individualidade e identidade.



Figura 6– Portal Geledés
Publicado em 06 de março de 2021

A foto e o texto de legenda acima são parte da chamada do artigo publicado pelo portal Geledés, em 06/03/2021. Vejamos o trecho do texto que aparece logo abaixo da legenda

> As mulheres negras enfrentam desafios históricos na sua inserção no mercado de trabalho. A escravização deixou marcas duradouras na trajetória laboral desse grupo populacional, as quais perpassam início precoce e saída tardia do mercado de trabalho; desemprego elevado; concentração em ocupações subordinadas; bloqueios à competição por posições com maiores remunerações e prestígio e então, baixo retorno em relação ao avanço da escolaridade; ameaças constantes de rebaixamento e expulsão, provocadas por mudanças sócio-econômicas, mudanças no ciclo de vida ou pelo racismo direto. (PORTAL GELEDÉS, 2021, p. 1)

Percebemos que a enunciadora ressalta o poder do racismo na estruturação do mercado de trabalho brasileiro, assim como, dialoga com o passado de escravidão da população negra. O texto menciona a escravização na época colonial, período em que as pessoas negras eram associadas a uma raça inferior, destinadas a elas o trabalho braçal e outros tipos de serviço considerados inferiores naquela sociedade. No texto, as formações discursivas ‘’a escravização deixou marcas duradouras na trajetória desse grupo

populacional'' e ''desemprego elevado, concentração em ocupações subordinadas'' apontam que nos dias de hoje raça e gênero ainda são marcadores sociais de desigualdade. (CARNEIRO, 2003). Para falar sobre os desafios das mulheres negras no mercado de trabalho, a enunciadora destacou o perfil dessas trabalhadoras, a partir de uma entrada precoce com ampla permanência em ''ocupações subordinadas''. A partir dessas colocações percebemos a compreensão da enunciadora sobre o Estado, as relações econômicas e sociais, bem como dos aspectos político-institucionais que atravessam as relações raciais e de gênero.

Em outro trecho do texto a enunciadora evidencia as políticas públicas de ações afirmativas no território institucional, ela afirma que ''é por obra do movimento negro que hoje existem ações afirmativas nas universidades, no serviço público, nas maiores empresas brasileiras e multinacionais''. (PORTAL GELEDÉS, 2021, p. 5). Posso citar esse trecho como exemplo de uma posição contraria as concepções da política meritocrática e individualista por parte do neoliberalismo, que confrontam a perspectiva de empoderar e potencializar mulheres negras usadas nos textos da revista Exame.

Vejamos algumas partes do último tópico da matéria intitulado ''Cumé que fica? – ou rotas de saída.

> Do ponto de vista individual, as saídas possíveis para as mulheres negras são "tornar-se negra", apoderando-se desse conhecimento produzido para transformar as armadilhas encontradas no caminho. Para as pessoas brancas, a saída é: também assimile esse conhecimento e não se imobilize quando detectar seus privilégios. Aja pela transformação, em diálogo constante com organizações negras. (PORTAL GELEDÉS, 2021, p.5)

A expressão ''Cúme que fica?'' que aparece no artigo faz referência ao título da epígrafe ''Cumé que a gente fica'' do artigo "Racismo e sexismo na cultura brasileira", de Lélia Gonzalez (1984). Assim, neste enunciado se estabelece um diálogo com o interlocutor, inicialmente voltado para as leitoras negras, a expressão ''tornar-se negras'' dentro da formação discursiva se refere a construção e afirmação de uma identidade negra a partir da busca que as mulheres negras fazem pelo conhecimento, ou seja, é passando pelas teorias de decolonialidade e interseccionalidade que se confirma a negritude. No diálogo, a enunciadora também menciona as pessoas brancas, e aponta para uma postura antiracista com uma possível ''saída", fazendo um convite à leitura de autoras negras como Kilomba, Collins, Gonzalez que foram sistematizadas no artigo. Tais afirmativas feitas pela enunciadora são, além de uma forma de afirmação identitária para as leitoras negras, um questionamento do lugar que a branquitude ocupa na permanência das desigualdades raciais (BENTO, 2002; 2014). Com isso, vemos no texto que o diálogo estabelecido entre locutor e interlocutor está em consonância com as narrativas contra-hegemônicas, e visa modificar o ponto de vista dos leitores/ouvintes a uma hegemonia dada.



Figura 7 – Portal Geledés
Publicado em 26 de julho de 2022

A figura acima, corresponde à legenda do artigo publicado pelo Portal Geledés no dia 26/07/2022, postado logo depois do dia Nacional da Mulher Negra, e tem o seguinte texto de legenda: Cai participação de mulheres negras no mercado de trabalho em relação ao período pré-pandemia.

Com base nas teorias da Análise do discurso, que avalia os discursos na sociedade no momento histórico em que foram produzidos, o destaque temporal no texto de antes e depois da pandemia, incluem decisões político-ideológicas que refletem as ações e omissões do projeto neoliberal. Em 2020 a pandemia de covid- 19 evidenciou as fragilidades e incoerências dos Estados neoliberais para proteger a população diante de uma ameaça de adoecimento e morte (HARVEY, 2020). Em face de uma crise sanitária mundial provocada pelo coronavírus, a falta de investimento nos serviços de saúde agravou a desigualdade e a pobreza não só no Brasil.

Nesse contexto, quarenta anos de um modelo econômico com uma política de austeridade destinada ao corte em políticas sociais e investimentos nas corporações, refletiu na incapacidade dos países para enfrentar uma emergência de saúde pública e de lidar com as suas consequências. A ausência de proteção social do neoliberalismo, somada a propagação do vírus, teve impactos econômicos e sociais na força de trabalho, em sua

maioria uberizada e precarizada, expondo ainda quem são esses trabalhadores. Os trabalhadores informais e assalariados foram os mais prejudicados, seja pela perda do emprego ou pela impossibilidade de praticar o distanciamento social, o home oficce não foi uma opção para os entregadores do iFodd, vendedores ambulantes, empregadas domésticas, motoristas de aplicativos e tantas outras categorias não foram consideradas como trabalho essencial, mas que mostram a fragilidade e a diversidade da classe trabalhadora de hoje. ‘’Assim o progresso da COVID-19 exibe todas as características de uma pandemia de classe, de gênero e de raça’’ (HARVEY, 2020, p.21).

Após dois anos de circulação do vírus, seguindo a legenda acima o artigo publicado pela Geledés em 2022 faz comparação de um mercado de trabalho brasileiro anterior à pandemia de Covid-19. O recorte analítico utilizado na formação discursiva, situa o mercado de trabalho e traz a pandemia para justificar as escolhas econômicas do governo Bolsonaro, a reforma na previdência e o avanço nas privatizações, que já vinham afetando negativamente as trabalhadoras negras nos últimos anos. Em termos gerais, a forma como o governo federal brasileiro enfrentou a pandemia de covid-19 foi marcada pelo discurso de ‘’salvar a economia’’ e a renda dos brasileiros, que de acordo com a Fiocruz (2020), alimentou uma agenda negacionista à respeito da doença. O governo Bolsonaro além de não propor uma política de enfrentamento da pandemia aos estados e municípios desaprovou as medidas de distanciamento social defendidas pelo Ministério da Saúde, assim como, subestimou as recomendações da Organização Mundial e toda comunidade científica. Por parte do ministério da economia, houve atrasos na alocação de recursos destinados ao SUS e para execução das medidas de proteção à renda e emprego, isso gerou conflitos entre os profissionais de saúde, governadores e prefeitos Sendo assim, as respostas políticas do governo federal na pandemia foram insuficientes para compensar o fechamentos dos postos de trabalho e amparar a população economicamente mais vulnerável, caracterizando a estrutura social e racial excludente do Brasil. (PRÁXIS, 2023)

> No primeiro trimestre desse ano, das 48,8milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, apenas metade estava inserida no mercado de trabalho,mostra pesquisa da FGV. No mercado de trabalho, só metade das mulheres negras consegue uma vaga e, mesmo assim, com salários baixos e em condições ruins. É o que mostra uma pesquisa divulgada nesta segunda-feira (25), Dia Nacional da Mulher Negra. (PORTAL GELEDÉS, 2022, p.1).

No trecho acima, respectivamente, podemos perceber que os dados da pesquisa da Fundação Getúlio Vargas não apenas dão suporte ao enunciador, mas aparecem no texto como um recurso que valida o discurso sobre a participação e vulnerabilidade das mulheres negras no mercado de trabalho em 2021. O modo de enunciação integra elementos que sombreiam a realidade social do trabalho, como a definição de idade para trabalhar e a

oferta de oportunidade de trabalho por parte das empresas sendo menor que a procura por emprego por parte dos trabalhadores.. As palavras ‘’salários baixos’’ e ‘’condições ruins’’, assim como confirmam na formação discursiva existir diferentes condições de trabalho na sociedade de classe, reproduzem para leitor/ouvinte um padrão que as mulheres negras estão inseridas no rol das condições de trabalho mais precárias. Essa reflexão gira em torno da forma com a qual a sociedade mantém as mulheres negras em um lugar de sujeição a partir da ocupação delas no mercado de trabalho. É importante atentar-se que discursos assim emergem da condição de vulnerabilidade das mulheres negras, que beneficia o sistema capitalista desde o período escravista até o uso de mão de obra assalariada (VIEIRA, 2017), e serve como diz Bento (1995) para “reforçar uma visão que insiste em atribuir as desvantagens experimentadas pela população negra e do mesmo modo pela mulher negra a baixa escolaridade ou ao despreparo profissional’’(BENTO, 1995, p.481).

Para contextualizar ao leitor/ouvinte a experiência de mulheres negras no mercado de trabalho como sendo um lugar social de subalternidade e vivência de racismo, o texto apresenta trechos de uma entrevista feita com duas mulheres negras. A primeira tem 19 anos, e trabalha como vendedora em uma loja de produtos para cabelo no Mercadão de Madureira. A segunda refere que trabalhava na padaria, mas foi demitida na pandemia e agora vende doce na rua.

> “Eu sou uma mulher negra que trabalha. Privilégio. Carteira assinada, tudo direitinho. Mas até para eu poder ter minha carteira assinada foi uma batalha. Lá foi questão de: ‘nossa, você, bem vestida, trabalha com isso. Agora estou vendo cada vez mais pessoas como você trabalhando assim. Antes era uma menina branquinha que tinha vindo aqui em casa, hoje é você? Foi basicamente isso” [...]
> “Às vezes aqui fica ruim, mas às vezes melhora. Meu sonho é conseguir um serviço melhor e trabalhar para manter o que a gente tem que manter’’ [...]
> “Eu tenho que comemorar as minhas raízes. Não posso esquecer de onde eu vim; não posso esquecer de jeito nenhum para que eu vim e porque eu vim. E tenho que mostrar, sim, o meu valor para as pessoas. Trabalhando, estudando, fazendo o seu melhor para você poder sobreviver. Porque hoje é o que a gente faz, a gente sobrevive, mais nada” (PORTAL GELEDÉS, 2022, p. 1 – 3).

Na escrita dos enunciados com a fala das mulheres negras foi utilizada uma fonte de letra diferente do restante do texto. Os recursos gráficos, como a escrita diferenciada, são marcações no texto que ‘’contribuem para construção de efeitos de sentidos diversos’’(GIORGI; DEUSDARÁ, 2019, p.71). Logo, o destaque com fala das trabalhadoras negras serviu para legitimar um cenário de informalidade descrito pelo enunciador.

Abaixo com a fala da primeira entrevistada, aparece a seguinte formação discursiva

> Mesmo enfrentando o racismo e dificuldades, ela não desistiu. Mas não é sempre assim. Entre janeiro e março deste ano, das quase 49 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, apenas metade estava inserida no mercado de trabalho (51,2%). Entre os homens brancos e amarelos, eram 72,2%. A pesquisa é da FGV e usou como base dados do IBGE.

(PORTAL GELEDÉS, 2022,p. 1-2)

Sobre as situações de ‘’racismo e dificuldades’’ enfrentadas pela jovem entrevistada, o enunciador assume a perspectiva neoliberal de responsabilizar os indivíduos pelo sucesso ou fracasso. Ao enfatizar que ‘’ela não desistiu’’, o efeito de sentido produzido é o de que o esforço próprio a habilita a ocupar o cargo que ela ocupa hoje. A meu ver, a perspectiva meritocrática e individualista usada acima na formação discursiva também pode contribuir para gerar uma dúvida entre os leitores/ouvintes de ate quando estamos diante de situações de racismo no mercado de trabalho ou é apenas falta de profissionalismo para que metade das mulheres negras estejam fora do mercado de trabalho. Nessa mesma linha de pensamento é que os discursos neoliberais seguem ignorando as condições de classe e raça. A questão interessante que o enunciado abordou foi que na sociedade o ser humano está associado ao trabalho, neste caso, as mulheres negras foram caracterizadas pelo emprego informal, exercendo profissões de baixa escolaridade e menos valorizada socialmente.

Como defendia Marx (1989), o sistema capitalista exerce a dominação sob o trabalho junto com a opressão e exploração dos trabalhadores. Na compreensão sobre as contradições do capitalismo, a centralidade do trabalho na sociedade neoliberal continua atual (ANTUNES, 1999), mas a imagem do operário de fábrica explorado pelo patrão agora é outra. Além de uma nova configuração da classe trabalhadora, temos no neoliberalismo a idéia de viver para o trabalho, desta forma, aqueles que têm o privilégio de trabalhar concorrem entre si e isso favorece o aumento da exploração, pois a escassez de emprego transforma a maior parte da população economicamente ativa em desempregados.

Considerações Finais (Atuais)

É um pouco difícil estabelecer conclusões de uma experiência e de um sentimento que eu, como mulher preta e trabalhadora, oprimida e precarizada de todas as formas sinto. Prefiro, por isso, usar considerações atuais, termo este, que aprendi com o meu amigo Marllon do Nascimento e, me parece à expressão mais adequada, afinal, as análises apresentadas nesta dissertação foram apenas iniciadas e não tem o objetivo de esgotar a produção do córpus.

Esta pesquisa é fruto primeiramente das minhas inquietações sobre a divulgação de registros censitários com indicadores de disparidade de gênero no mercado de trabalho e, que na minha concepção não vinham acompanhados de uma análise sobre a questão racial e a estrutura opressiva que envolve as mulheres negras. Já no desenvolvimento deste trabalho, percebi que a principal motivação para pesquisar as mulheres negras no mercado de trabalho neoliberal está entrelaçada com as minhas vivências como mulher preta, que diariamente convive com o racismo na rua, nos relacionamentos amorosos, nas redes sociais e, também como trabalhadora precarizada, preocupada em se manter no emprego e pagar as contas nesse cenário de relações trabalhistas cada vez mais frágeis.

Sou assistente social e o serviço social é uma profissão inserida em espaços públicos e privados, compondo as equipes multiprofissionais. Nos últimos anos, minha categoria profissional tem sido frequentemente exposta em processos seletivos simplificados para a contratação temporária de pessoal. Atualmente, o número de assistentes sociais atuando em instituições estaduais e municipais é feito através de contratos firmados por Organizações Sociais e empresas terceirizadas.

Nessa direção, dentro da perspectiva em análise do discurso, na qual não se exige neutralidade do pesquisador frente ao campo sócio-histórico (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021), a escolha da temática, bem como, a produção do meu córpus de pesquisa está vinculada com as angústias que vivo diariamente. Dito isto, no decorrer da pesquisa tentei esboçar o aspecto desumano que está presente nas relações trabalhistas, especialmente com a perspectiva neoliberal.

O cenário de desigualdade de gênero e racismo entre negros e brancos é um fato persistente que está posto pelo capitalismo e para a sua permanência. Conforme Iamamoto (2011) a análise da questão social deve ter a premissa de se indissociável das configurações assumidas pelo trabalho, contudo, observo que quando a desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho aparecem em números elas são colocadas em lados opostos, ou seja, o uso de dados quando são divulgados em textos midiáticos, tendem a separar as expressões de uma mesma desigualdade social.

Dito isto, esta pesquisa procurou refletir o lugar das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro a partir da articulação de dados quantitativos de pesquisa, com o principal objetivo de discutir a relação entre o processo de produção discursiva desses dados e o apagamento das mulheres negras na sociedade brasileira. Nesse sentido, o conceito de linguagem-intervenção (ROCHA, 2006; 2014) esteve presente desde a produção do corpus até a análise deste material. Além disso, o racismo foi compreendido como categoria discursiva.

> Antes de mais nada, importa caracterizar o racismo como uma construção ideológica cujas as práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado, de acordo com os interesses do que dele se beneficiam. (GONZALEZ, 1982, p. 94-95)

Durante a pesquisa, foi demonstrada a já conhecida distância que separam negros e brancos no mercado de trabalho (CARNEIRO, 2003) ficando claro que a posição ocupacional sustenta a estrutura de desigualdade que envolve as mulheres negras na sociedade. Sendo assim, na busca pelo efeito de sentidos questionei como estão sendo apresentados pela mídia os tópicos de gênero e raça no mercado de trabalho.

No contexto sócio-histórico atual, os enunciados produzidos sobre a situação da mulher negra no mercado de trabalho se configuram no sistema neoliberal, como já mencionado, o neoliberalismo produz seus efeitos tanto na estrutura econômica quanto nos processos de subjetividade que exige um padrão de conduta das pessoas. No Brasil, especialmente após o golpe de 2016, as políticas de cunho neoliberal vieram acompanhadas de uma onda bastante conservadora com tendências de comportamento que ‘’constitui os discursos produzidos por aqueles que se reivindicam ‘’cidadão de bem’’. Esse signo lingüístico é atravessado por diversas posições subjetivas nacionalistas, racistas, machistas. ’’ (SANTOS, 2020, p. 127).

Como já descrito, o processo de análise desta pesquisa foi feito através de textos que utilizam dados quantitativos na sua construção discursiva. Inicialmente os textos colhidos foram de mídias opostas, na tentativa de antecipar uma comparação com discursos neoliberais que estejam associados a uma sociedade marcadamente patriarcal e, do outro lado, encontrar textos que contribuem com a produção de sentidos para uma prática antirracista. Porém, na observação dos textos publicados na mídia considerada de caráter contra hegemônico o discurso neoliberal também esteve presente. Por exemplo, como vimos nos artigos do Portal Geledés a vivência das mulheres negras no mercado de trabalho em alguns enunciados apareceu descolada das questões de gênero e classe, perdendo de vista a critica ao racismo como elemento do capital. A questão central pensada a partir da leitura desses enunciados foi a reinterpretação do liberalismo meritocrático. Já nos enunciados da

revista Exame online, que as matérias trabalham com assuntos de negócios, empresas, investimentos e exaltam a livre concorrência do mercado, ou seja, dialoga com a teoria liberal de liberdade econômica. Destaca-se nos textos da revista a condição econômica sendo abordada junto com gênero e a raça, mas com enunciados voltados para ampliação da qualificação profissional, no sentido de responsabilizar as mulheres negras pela sua condição de sucesso ou fracasso em comparação às outras mulheres negras ou brancas.

A obra de Gonzalez (1984), publicada a mais de três décadas, pensa a posição da mulher negra na sociedade a partir da sua exaltação no carnaval com a figura da mulata, que promove a hiperssexualização dos seus corpos negros, até chegar na exploração sexual, onde aparece a figura da emprega doméstica que está sempre pronta para servir. De acordo com Gonzalez, esses dois estereótipos destinados às mulheres negras são ‘’herança’’ do papel da mucana. A violência sexual sofrida pela ‘’mucama’’ pelos seus senhores no contexto colonial, é novamente exposta pela erotização da mulher negra com a figura da mulata no carnaval.

> Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí ela ser o oposto da exaltação: porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. (ibid, 1984, p. 230)

É indiscutível que a trabalhadora negra continua liderando os índices de informalidade e desocupação, tendo a menor escolaridade e rendimentos no mercado de trabalho. Enfim, a categoria trabalho continua afirmando a representação das mulheres negras na sociedade com ‘’uma dupla imagem: mulata e doméstica’’ (GONZALEZ, 1984, p. 224), mas existem outras características que orientam os enunciados tanto na revista exame quanto no portal Geledés. Ou seja, diferente das décadas anteriores, hoje, já é possível pensar que as mulheres negras podem alcançar o ‘’sucesso’’ no mercado de trabalho, mas isso virá através do estudo e do esforço delas. Dentro dessa rede discursiva, a igualdade passa a ser sinônimo de singularidade, onde existe uma falsa sensação de inclusão.

Como os subentendidos são múltiplos (DUCROT, 1987), não tendo uma visão unilateral, os enunciados analisados nesta pesquisa transmitem informações sobre a realidade das mulheres negras no meio institucional que, podem também contribuir para reivindicar ações de combate à lógica do racismo estrutural. Convém destacar as conquistas dos movimentos sociais negros, que nas três ultimas décadas alcançou visibilidade para o debate racial. Junto às estratégias que tem o objetivo de promover a justiça social estão a implementação de políticas de ações afirmativas por meio da adoção de medidas reparatórias. Essas medidas tiveram seu pilar na Constituição Federal de 1988 que, através da regulamentação de Igualdade de direitos Raciais direcionou para aplicação

de uma política compensatória com o uso de cotas para negros nas universidades e em concursos públicos. (MUNANGA, 2001). Outras mudanças percebidas, foram na formação cada vez maior de intelectuais negros e as publicação de um referencial teórico em que se problematiza a questão do branco na sociedade brasileira e o seu papel na discriminação racial.

Não sou da área da Linguística, mas espero que esta dissertação, dentro dos meus limites como analista do discurso, contribua com as pesquisas que procuram identificar as desigualdades raciais e a reprodução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho e, sobretudo, desconstruir o discurso meritocrático repetido pela ideologia neoliberal. Assim como Dardot e Laval (2016) descrevem sobre a necessidade de uma outra racionalidade em oposição à governança neoliberal, entendo que a esquerda precisa assumir a produção discursiva a nosso favor**.**

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: BOITEMPO, 1999.

_____. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviço na era digital. 1. ed. São Paulo. BOITEMPO, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** Feminismos plurais. São Paulo. Polén, 2019

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. Pólen Produções Editoriais. São Paulo, 2019.

ALVES, Giovane. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal.** Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de- 2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/.

ARAÚJO, M. A.; PEREIRA, V. S. **Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 125-136, jan./abr. 2018.

AVENDAÑO, Tom C. **A verdade oculta das 'empresas de garagem' do Vale do Silício.** El PAÍS, 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/24/tecnologia/1416831260_738423.html. Acesso em: 28/02/2023

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovic. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem.** 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, Daina Luz Pessoa de. **Dialoismo, Polifonia e Enunciação.** Dialogismo, Polifonia, Ipertextualidade, 2ª ed. – p. 1-9. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011(Biblioteca básica do serviço social; v: 2**)**

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: http://www.media.ceert.org.br/portal- 3/pdf/publicacoes/branqueamentoe-branq.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude e poder: a questão das cotas para negros**. In: SANTOS, Sales Augusto dos. (Org.). Ações afirmativas e o combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC e UNESCO, 2007, p. 165-177.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). 2002. 169f. São Paulo: IP/USP, 2002.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **A mulher negra no mercado de trabalho.** Estudos

feministas. Universidade de São Paulo. Edição. v. **3** n. **2** (**1995**) Ano 3. 2º semestre, 1995. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16466.

BEZERRA, Paulo. Posfácio. In. BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** São Paulo. Editora 34, 2016. p. 151-170.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.288/10. Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm.

BRAVO, Maria Inês. Política de saúde no Brasil. In: Mota, Ana Elizabete. **Serviço social e Saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: Cortez; ABEPSS; OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2006.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: POLITEIA, 2019.

CARNEIRO, Sueli; Santos, Tereza; Costa, Albertina G.de O. **Mulher Negra**; **política governamental e a mulher.** São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina.1985. https://pesquisa.bvsalud.org/bv

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher na America Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003.

_____ **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p.117-133; 2003.

CARTA CAPITAL. **O grande feito da reforma trabalhista foi o aumento do desemprego e a volta da fome.** Publicado em: 13/01/2022. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/justica/o-grande-feito-da-reforma-trabalhista-foi-o- aumento-do-desemprego-e-a-volta-da-fome/. Acesso em: 18/04/2023.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. Aimé Césaire; Carlos Moore (org.) – Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CESIT. **Contribuição crítica à reforma trabalhista.** Dossiê: reforma trabalhista. Unicamp, 2017. Disponível em: https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie-14set2017.pdf.

CHAGAS, Eduardo F. **O pensamento de Marx sobre a subjetividade.** Trans/ Form/ Ação/ Marília, v. 36, n. 2, p. 63-84, Maio/Agosto, 2013.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Práxis.** Nº 106 - Ano XII, 2022.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de trabalho profissional. A política de Seguridade Social no Brasil.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. 1ª ed. Brasília: CFES; ABEPSS, 2009, p. 651-663.

DARDOT, Pierre. **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo.** São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: BOITEMPO, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória**. *Alea*, vol.7, n.2, p. 305-322, Jul/Dez, 2005.

_____. **Análise cartográfica do discurso: Tema em construção.** 1. ed. Campinas.São Paulo: Mercado das letras, 2021.

DIEESE. **As dificuldades das mulheres chefes de família no mercado de trabalho.** Boletim especial 8 de março dia da mulher. Março, 2023. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Campinas, SP: Pontes, 1987.

EURICO, Marcia Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional.** Serviço social e sociedade, São Paulo, n. 114; p. 290-310, abr/jun. Disponível em : https://www.scielo.br/j/sssoc/a/8Vhsxg8xGgrBL6GnCjknqyL/?format=pdf&lang=pt

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

_____**Tempo de nos aquilombar.** 2019

FEDERICI, Silvia. **O salário do patriarcado: notas sobre Marx, gênero e feminismo.** v.1. São Paulo:Editora Boitempo, 2021.

_____ **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo. Editora Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7. ed, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo. Martins Fontes, 4 ed. 2005.

FRASER, Nancy (2018). **Do neoliberalismo progressista a Trump – e além**. Revista Política & Sociedade. Disponível: https://movimentorevista.com.br/2018/02/do-neoliberalismo-progressista-a-trump-e- alem-nancy-fraser/

GIORGI, Maria Cristina. **Da escola técnica à universidade tecnológica: o lugar da educação no nível médio no Plano de Desenvolvimento Institucional do CEFET/RJ.** Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2012.

_____.DEUSDARÁ, Bruno. **'É coisa de preto?' É coisa de branco: um estudo discursivo do racismo na mídia brasileira.** In: WIEDEMAR,Marcos Luiz (org.). Estudos linguísticos contemporâneos: questões e tendências. Rio de Janeiro: Editora

Autografia Edição e Comunicação Ltda, 2019. p. 35-89.

GOMES, Tânia Mara de Oliveira; LARA, Glaucia Muniz Proença. **As pin-ups contemporâneas: um estudo sobre éthos em blogs com temática retrô.** Cad.Est.Ling. Campinas, v 61,p. 1-15. 2019. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8654900/21144/57083 acesso em: 29/05/2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: Rios, Flávia &Lima, Márcia (org). Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

_____. **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências sociais hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes**. Revista Política e Sociedade. Abril de 2011. In.: O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. Política & Sociedade (ufsc.br). Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175- 7984.2011v10n18p133/17537.

_____ O movimento negro educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017

GLOBO.COM. **Cai participação de mulheres negras no mercado de trabalho em relação ao período pré-pandemia.** . Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/25/cai-participacao-de- mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho-em-relacao-ao-periodo-pre- pandemia.ghtml. Acesso em: 06/04/2023

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil** .São Paulo, Editora 34, 1999.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo : Editora Martins Fontes, 2017.

HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org.). Belo Horizonte: UFMG, 2003. **Perturbando a linguagem de "raça" e "etnia"** (capítulo "A questão multicultural") "Que negro é esse na cultura negra?

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Tradução de João Alexandre Peschanki. São Paulo, SP. Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Edições Loyola, 2008. 17ª ed.

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) **Síntese dos Indicadores Sociais. Estudo e Pesquisa. Informação demográfica e socioeconômica** 12/2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores- sociais.html. Acesso em: 20/01/2021

IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) **Microdados das pesquisas nacionais. Síntese de Indicadores sociais Mercado de Trabalho nos grupos populacionais**; **Tabelas sobre trabalho, rendimento e educação.** 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese- de-indicadores-sociais.html?edicao=23289&t=resultados. Acesso em: 20/01/2021

_____. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** Matérias especiais. IBGE educa jovens. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais- por-cor-ou-raca-no-brasil.html. Acesso em: 25/02/2022.

_____. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica; n.41.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 25/02/2022

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JACCOUD, Luciana. **Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil.** In: THEODORO, Mario (org). As políticas e a desigualdade no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano:** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LOLATTO, Simone. **Impactos das contrarreformas nos direitos sociais observando os recortes de classe, gênero, raça/etnia.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v.19, n.1, p. 124-143, jan. / jul. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/27778

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013. MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de Comunicação.** 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

_____, **Gênese dos Discursos.** São Paulo: Parábola, 2008

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de o capital.** 2ª ed. São Paulo: Centauro editora, 2004

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo em seus diferentes profetas (1845-1846).** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A ideologia alemã: (I - Feuerbach).** São Paulo: Hucitec, 1993

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte.** Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufrj | n. 32 | dez. 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169.

MENEZES, Maria Clara de Lima. “A carne mais barata do mercado é a carne negra”– mulheres negras, feminismos e reforma trabalhista. II Copene Nordeste. Epistemologias negras e lutas antirracista. Maio, 2019. Disponível em: https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/arquivo/downloadpublic?.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo. 1ª ed. Revista, 2011.

MONTANO, Carlos. DURUGHUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2011. Coleção biblioteca básica do serviço social.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____ Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura,** v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43**..**

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____ **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 7. ed, São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. BRÁZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.**

4ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIXÃO, Marcelo. **A lenda da modernidade encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado- nação.** Curitiba: CRV, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, [1975] (1995). Disponível em: https://www.sergiofreire.pro.br/ad/PECHEUX_SED.pdf.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp. [1975] (2009).

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PORTAL GELEDÉS. **Desafios das mulheres negras no mercado de trabalho.** Fonte: Clara Marinho Pereira. Publicado em 06/03/2021. Disponível em: https://www.geledes.org.br/desafios-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/. Acesso em: 20/04/2023.

PORTAL GELEDÉS. **Mesmo com ensino superior, racismo dificulta avanço das mulheres negras no mercado de trabalho.** Fonte: Nataly Simões. Publicado em: 08/03/2023. Disponível em: https://www.geledes.org.br/racismo-e-desigualdade-no- trabalho-mulheres-negras-nao-avancam-como-as-brancas/. Acesso em: 20/04/2023.

PORTAL GELEDÉS. **Cai participação de mulheres negras no mercado de trabalho em relação ao período pré-pandemia.** Publicado em: 26/07/2022. Disponível em: https://www.geledes.org.br/cai-participacao-de-mulheres-negras-no- mercado-de-trabalho-em-relacao-ao-periodo-pre-pandemia/. Acesso em: 20/04/2023.

PASSOS, Eduardo; TEDESCO, Virgínia kastrup e Silva. **Pistas do método da cartografia:**

a experiência da pesquisa e o plano comum. Porto Alegre Sulina, 2014. p. 153-174.

PROJURIS. com.br. Atualizado em: 26/10/2022. Disponível em: https://www.projuris.com.br/blog/reforma-da-previdencia/. Acesso em: 28/03/2023

REVISTA ÉPOCA. Disponível em: https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/09/o-mundo- depois-da-crise-de-2008.html. Acesso em março de 18/04/2023

REVISTA EXAME ONLINE. Edição: 31 de outubro de 2020. Disponível em : https://exame.com/negocios/racismo-nos-negocios-mantem-mulheres-negras-na- base-das-empresas/. Acesso em: 18/04/2023.

REVISTA EXAME ONLINE. Edição: 11 de abril de 2022. Disponível em: https://exame.com/bussola/encontro-online-busca-impulsionar-mulheres-negras-no- mercado-de-trabalho/. Acesso em: 18/04/2023.

REVISTA EXAME ONLINE. Edição: 29 de novembro de 2022. Disponível em: https://exame.com/esg/escolaridade-de-mulheres-negras-aumenta-mas- disparidade-salarial-continua-aponta-pesquisa/. Acesso em: 18/04/2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**.São Paulo. Editora Schwarcz S.A., 2018.

ROCHA, Décio. **Representação e Intervenção: produção de subjetividade na linguagem.** Niterói, n. 21, p. 355-372, 2006. Disponível em: https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33231/19218.

_____ Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. Linguagem em (Dis)curso, Sc, v.14, n. 3, p. 619-632, set/dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ld/a/cMYCwn43CZP6wBxmXvRzF5L/?lang=pt&format=pdf.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**: Rio de Janeiro; UFRJ, 2008.

SANTOS, Roberta da Silva Calixto dos. **‘’ Sou daltônico, não vejo cores: novas [velhas] estratégias de manutenção do racismo no Brasil neoliberal.** Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2020

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe. Entenda Como e por que Você Foi Enganado**. LeYa: 2016, São Paulo.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquissimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.** São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Os impactos da reforma da previdência sobre as mulheres em condições de maior vulnerabilidade.** 2020 Disponível em: https://outraspalavras.net/wp-content/uploads/2020/09/Os-impactos-da-reforma-da-previd%C3%AAncia-sobre-as-mulheres-em-condi%C3%A7%C3%B5es-de-maior-vulnerabilidade.pdf.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Política Social Contemporânea: a família como referência**

para as políticas sociais e para o trabalho social. In: MIOTO, Regina Célia. Familismo, direito e cidadania: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015, p. 2011-239.

THEODORO, Mário. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil.** In: THEODORO, Mário (org.). As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília, DF: Ipea, 2008, p. 15-43.

TRINDADE, Eneus. **Perspectivas dos usos e consumo da imagem do negro na publicidade contemporânea brasileira.** O negro nos espaços publicitários brasileiros: perspectivas contemporâneas em diálogo. São Paulo: Escola de comunicações e arte/USP. Coordenadoria dos assuntos da população negra, 2011; pág. 173-187.